



# RELATORIO E CONTAS 2015

Arsenal do Alfeite, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de  
15 de março de 2016

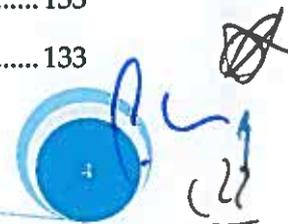
  
P. L. M. C. L.

**Índice**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	7
I - OBJETIVOS DA GESTÃO.....	12
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	15
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	17
Perspetiva global da atividade .....	17
Perspetiva setorial da atividade .....	20
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio.....	22
IV - RECURSOS HUMANOS.....	25
Gestão de Recursos Humanos .....	25
Saúde no Trabalho.....	29
Formação profissional.....	30
Ação Social .....	31
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA .....	34
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO .....	40
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	45
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS.....	47
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	52
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	62
XI - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	64
Objetivos de gestão .....	64
Gestão do risco financeiro e endividamento .....	64
Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos.....	64
Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista.....	65
Remunerações .....	65
Suspensão do Pagamento de Complementos de Pensões .....	65
Estatuto do Gestor Público.....	65
Despesas Não Documentadas .....	66
Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens .....	66
Contratação Pública .....	66
Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção.....	67
Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	67

Frota Automóvel.....	67
Medidas de redução de gastos operacionais .....	68
Princípio da unidade de tesouraria do estado .....	70
Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.....	72
Informação a constar no Site do SEE .....	72
<b>XII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>76</b>
<b>XIII - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>82</b>
1. Nota Introdutória.....	82
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	84
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	84
3.1 Ativos fixos tangíveis.....	85
3.2 Intangíveis .....	87
3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira .....	88
3.4 Locações.....	88
3.5 Inventários.....	88
3.6 Ativos e passivos financeiros.....	89
<b>Clientes e outras contas a receber.....</b>	<b>89</b>
<b>Caixa e equivalentes a caixa .....</b>	<b>89</b>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar.....</b>	<b>90</b>
3.7 Imparidade de ativos financeiros.....	90
3.8 Provisões e passivos contingentes.....	91
3.9 Subsídio.....	91
3.10 Imposto sobre o rendimento .....	92
3.11 Rédito .....	93
3.12 Trabalhos para a própria entidade.....	94
3.13 Julgamentos e estimativas .....	95
3.14 Acontecimentos subsequentes.....	96
3.15 Especialização dos exercícios.....	96
4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro.....	97
4.1. Risco de crédito.....	97
4.2. Risco de liquidez.....	98
5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros.....	98

6.	Fluxos de Caixa .....	99
7.	Partes Relacionadas .....	100
8.	Ativos Tangíveis.....	101
9.	Ativos Intangíveis .....	106
10.	Participações Financeiras .....	107
11.	Locações.....	107
12.	Inventários .....	108
13.	Clientes .....	109
14.	Adiantamentos a Fornecedores.....	111
15.	Outras Contas a Receber .....	111
16.	Composição do Capital Social, Reservas e Resultados Transitados .....	113
17.	Outras Variações de Capital Próprio.....	114
18.	Provisões .....	116
19.	Fornecedores.....	116
20.	Adiantamentos de Clientes.....	117
21.	Estado e Outros Entes Públicos.....	117
22.	Outras Contas a Pagar .....	118
23.	Diferimentos .....	119
24.	Imposto Sobre o Rendimento .....	120
25.	Rédito.....	123
26.	Subsídios à Exploração.....	125
27.	Fornecimentos e Serviços Externos .....	125
28.	Gastos com Pessoal .....	127
29.	Outros Rendimentos e Ganhos .....	128
30.	Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização .....	129
31.	Juros e Rendimentos Similares Obtidos.....	129
32.	Contratos de Prestação de Serviços em Curso.....	130
33.	Resultado por Ação.....	131
34.	Outras Informações.....	131
35.	Referencial Contabilístico - Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho.....	133
36.	Eventos Subsequentes .....	133
37.	Informações Sobre Matérias Ambientais.....	133





APÊNDICES..... 134



*[Handwritten signature]*  
M  
CLP

# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---



## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi marcado pela análise estratégica do acionista relativamente ao futuro da Arsenal do Alfeite, S.A.. Assim, foi desenvolvido um estudo por consultores externos que o assessoraram em 2008 aquando da constituição desta empresa em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Após uma análise comparativa internacional, foram estudados diversos cenários e escolhida a solução de manutenção da Arsenal do Alfeite, S.A. como uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, mantendo a sua obrigação de serviço público de construção, manutenção e reparação da esquadra da Marinha Portuguesa, convertendo-se, através de ações de curto e médio e longo prazo, numa verdadeira Plataforma Naval Global. Isto é, como polo de manutenção e reparação naval militar de vocação internacional, com separação entre as áreas de operação e infraestrutura, onde venha a ser estabelecido um centro de competências navais, promovido o empreendedorismo e a formação de recursos humanos, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

Esta nova visão foi vertida em despacho ministerial e levou à nomeação de um novo Conselho de Administração, em 24 de abril de 2015.

Desta forma, a Arsenal do Alfeite, S.A. concentrou os seus esforços na concretização da estratégia delineada, através do reforço da sua relação institucional e comercial com o seu principal cliente, a Marinha Portuguesa, com vista à promoção de uma lógica de proximidade e confiança, garantindo o aprontamento da esquadra dentro dos prazos contratuais, aumentando a eficácia e a geração de valor para ambas.

A empresa adequou a sua estrutura orgânica ao desafio futuro, preparando-a para, progressivamente, vir a dar resposta aos novos desafios traçados. No âmbito da relação com os trabalhadores, assumiu o Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite,

*Handwritten notes:*  
M  
C12

S.A. serem estes o seu principal ativo estratégico e como tal, promoveu o reconhecimento destes, através dos mecanismos legais e institucionais ao seu alcance, melhorando e potenciando o diálogo social e a relação com as estruturas representativas dos trabalhadores.

Mais definiu e sujeitou à apreciação tutelar um plano de investimento nas infraestruturas do estaleiro, por forma a posicionar-se no contexto competitivo dos mercados em que a empresa opera e com o objetivo de bem manter a esquadra da Marinha Portuguesa, em cumprimento das suas obrigações de serviço público. A aposta no investimento e na modernização das infraestruturas portuárias e oficinais é um fator determinante na sustentabilidade futura do estaleiro.

O Conselho de Administração definiu, também, como prioritário o cumprimento estrito das regras e das boas práticas ambientais e industriais, e promoveu todas as diligências jurídicas e ações e iniciou o investimento adequado a este desiderato fundamental. Ainda assim, com este esforço não previsto no orçamento, foi possível à empresa manter um resultado líquido positivo em 2015.

A Arsenal do Alfeite, S.A. continuou, também, a apostar na internacionalização do estaleiro, através da apresentação de propostas comerciais em diversos mercados, como Angola, Argélia, Marrocos, Uruguai e Filipinas, nomeadamente, em colaboração com as embaixadas, com vista a captar novos clientes, em particular, na área da construção, reparação e dotação de capacidade naval.

Tem vindo a ser desenvolvido, em colaboração estreita com a Marinha Portuguesa, um Programa de Trabalho com a TKMS GmbH, construtor dos submarinos da classe «Tridente», destinado a planear e a realizar a transferência de tecnologia e conhecimento que permita à Arsenal do Alfeite, S.A. manter e reparar em larga escala, em Portugal, este tipo de navios.

Mais foram promovidas Parcerias com a Escola Naval e outras instituições de ensino com vista a garantir a efetiva promoção da ciência e do conhecimento, vocacionado para a área das ciências e tecnologias do mar. A formação dos nossos trabalhadores foi reconhecida como determinante, o que levou à negociação de um Regulamento de Formação, aposta na formação interna, através da designada «Escola do Alfeite» e negociação de formações externas em colaboração com entidades acreditadas, para manter o nível de qualidade do nosso trabalho.

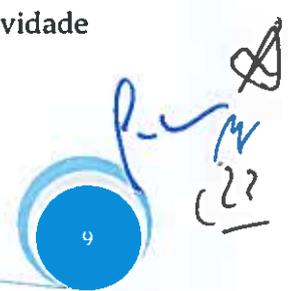
A Arsenal do Alfeite, S.A. participou, também, no Acordo para instalação futura da *Start up Defesa Alfeite*, com a idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A., e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

O Conselho de Administração reforçou, também a colaboração com a Câmara Municipal de Almada e com a sua Assembleia Municipal, verdadeiros parceiros estratégicos, que vieram a reconhecer no final do ano de 2015, a atividade da Arsenal do Alfeite, S.A. como de reconhecido interesse público municipal.

Estão criadas as condições para, num clima de responsabilidade, trabalho, reforço constante das parcerias institucionais e comerciais, garantir o desenvolvimento da atividade económica da empresa, reordenar e requalificar o seu espaço de implantação e potenciar as atividades ligadas à Economia do Mar e da Defesa.

Por fim, importa enaltecer o mérito e o esforço dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A. pelo seu compromisso, responsabilidade e bem-fazer que permitem o reconhecimento desta empresa pelos seus clientes e pelo mercado. Cumpre, também, agradecer à Câmara Municipal de Almada, que sempre acompanha com interesse e num espírito de entreajuda a atividade desta empresa, o que potencia o seu desempenho.

Cabe, também, agradecer a outras Autarquias o interesse demonstrado pela atividade da Arsenal do Alfeite, S.A., como os Municípios do Barreiro, Seixal e Setúbal.



O sincero reconhecimento pela relação institucional e comercial que a Marinha Portuguesa fomenta e permite e que tanto contribui para o sucesso desta empresa.

Por fim, a todos os que contribuíram para o desempenho da Arsenal do Alfeite, S.A., o Conselho de Administração agradece reconhecidamente e sublinha a importância do seu envolvimento, e exorta a que juntos possamos cada vez fazer mais e melhor.

O Conselho de Administração

## I - OBJETIVOS DA GESTÃO

---

## I - OBJETIVOS DA GESTÃO

O Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., que tomou posse no decorrer do ano de 2015, procedeu à adaptação dos objetivos de gestão vigentes à data, tendo em vista a criação de condições tendentes à implementação de uma Plataforma Naval Global, conforme determinado no Despacho de 12 de maio de 2015, de S.Ex<sup>a</sup> a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado como Despacho n.º 5051-A/2015, no Diário da República, 2.ª Série, de 13 de maio de 2015), colocando em paralelo o foco no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico quer social e ambiental e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa.

Pese embora a nova definição estratégica, a Arsenal do Alfeite, S.A. não deixou de continuar a perseguir o objetivo do necessário equilíbrio económico e financeiro da empresa, recentrando a sua atividade na reparação e manutenção da esquadra do seu principal cliente — a Marinha Portuguesa —, bem como na consolidação da vertente da internacionalização, designadamente, na área da reparação e manutenção de meios navais de Marinhas estrangeiras. Em complemento, estabeleceu o propósito de colocar as demais capacidades na execução de trabalhos destinados a outras entidades nacionais e estrangeiras, e na execução de serviços de projeto naval, preparando as condições para a retoma da atividade de construção naval.

De modo a explorar permanentemente novas oportunidades de negócio, foi dada expressão a essa forte vontade, através de múltiplos contatos desenvolvidos com potenciais novos clientes, designadamente com a Angola, Argélia, Filipinas e Uruguai, entre outros.

Sublinha-se também ter sido revitalizado o objetivo primordial de colocar especial enfoque na satisfação do cliente com os serviços prestados e produtos fornecidos, quer em termos de qualidade, quer em matéria de competitividade de preços e de prontidão da assistência técnica disponibilizada, fortalecendo relações de confiança mútua, numa

perspetiva de longo prazo com clientes e fornecedores, em particular com a Marinha Portuguesa.

Focados na missão delineada, foi ainda definida, para 2015, a aposta do Conselho de Administração no investimento nos seus recursos humanos, designadamente mediante o desenvolvimento dos procedimentos legais adequados ao recrutamento de trabalhadores de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, mas também por via do reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da empresa e apostando, igualmente, na melhoria das condições de trabalho proporcionadas aos trabalhadores, num clima de promoção de diálogo, bem-estar, paz social e dignidade do principal ativo estratégico da Arsenal do Alfeite, S.A., os seus trabalhadores.

O investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, a par do licenciamento industrial e da requalificação ambiental, estando identificados como objetivos vitais para a sustentabilidade da empresa, passaram a constituir uma prioridade da gestão.

## II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

## II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente as resultantes das diversas Deliberações Sociais Unânicas por Escrito emanadas no decorrer do ano de 2015, bem como as decorrentes das medidas tomadas a nível governamental com impacto nas empresas públicas.

Por outro lado, evidencia-se o Despacho de 12 de maio de 2015, de S.Ex<sup>a</sup> a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado como Despacho n.º 5051-A/2015, no Diário da República, II Série, de 13 de maio de 2015), o qual determina à EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A. que junto da Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., desencadeie os procedimentos tendentes à criação das condições para que, no curto e médio prazo e em articulação com a Marinha, e partindo da atual realidade da Arsenal do Alfeite, S.A., seja implementada uma Plataforma Naval Global.

*[Handwritten signature and initials]*

## III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

---

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten circled number 12]*

### III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

#### Perspetiva global da atividade

A atividade da empresa caracterizou-se no ano de 2015 por um desequilíbrio na distribuição da carteira de encomendas relativamente ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, com uma especial concentração no segundo semestre e em particular no último trimestre do ano. Concluiu-se a reparação planeada do navio patrulha NRP “Zaire”, com génese em 2013, e iniciaram-se as reparações planeadas das fragatas NRP “Corte Real” e “Álvares Cabral”, todas através de contratos de cariz plurianual celebrados entre a Arsenal do Alfeite, S.A., e a Marinha Portuguesa — passo fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencia e otimiza a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, permitindo uma melhor afetação dos recursos humanos com o conseqüente aumento de eficácia da empresa. Foi ainda concluída a docagem e reparação do NRP “Sagres”, também esta de índole plurianual, que incluiu uma profunda revisão ao seu aparelho e mastreação, mostrando a importância das valências únicas a nível nacional existentes na Arsenal do Alfeite, S.A., e possibilitou, uma vez mais, a reabilitação deste navio, com mais de 75 anos de idade, para efetuar em segurança viagens transoceânicas.

Não menos importante, foi iniciado o programa de reativação dos quatro navios patrulhas da classe “Tejo”, materializado em contratos plurianuais de reparação e modernização do NRP “Tejo”, bem como no desenvolvimento dos projetos de modernização e modificação dos navios desta classe, do tipo STANFLEX 300, de origem dinamarquesa, recentemente adquiridos pela Marinha Portuguesa. Este é o primeiro programa de reequipamento da Marinha Portuguesa que é integralmente realizado na Arsenal do Alfeite, S.A., com uma abrangência transversal às capacidades e valências do estaleiro, incluindo uma forte incorporação das componentes de projeto e de logística. O programa, tal como previsto, decorrerá entre 2015 e 2017, intervencionando-se sequencialmente os quatro navios, com vantagens evidentes ao nível da produtividade, resultantes do fator de escala e da curva de aprendizagem, e também com benefício das capacidades residentes e da indústria nacional.

Uma vez mais, os resultados demonstram claramente ser imperativo dispor-se de planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, sob pena de gerar elevada ineficiência nos processos, com perdas para a Arsenal do Alfeite, S.A., e para a Marinha. É ainda de destacar que a reparação da fragata NRP “Corte Real” representa o maior contrato em valor absoluto celebrado pela Arsenal do Alfeite, S.A., desde a sua constituição, e a intervenção mais extensa, exigente e complexa que recebeu, e que, representa a mais evidente expressão da aplicação transversal das suas valências e capacidades residentes, desde as estruturas, à eletrónica e às armas.

Em paralelo, e de forma similar a anos anteriores, em 2015 existiu uma forte carteira de trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) executados nos navios da Marinha Portuguesa, com especial incidência nas fragatas das classes “Bartolomeu Dias” e “Vasco da Gama”.

A conjugação dos factos anteriormente descritos conduziu a que 2015 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos de volume de negócio, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A., para a sustentabilidade da esquadra da Marinha, e reciprocamente a importância da Marinha Portuguesa na atividade da Arsenal do Alfeite, S.A..

Complementarmente, continuou a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”, iniciada em fevereiro de 2014, prosseguindo a consolidação da vertente internacional da atividade do estaleiro com este cliente, com quem a Arsenal do Alfeite, S.A., tem trabalhado, fortalecido e estreitado relações.

Reforça-se, uma vez mais, que o apoio dado pelo estaleiro não se resumiu aos aspetos fabris, tendo sido assegurado o apoio logístico à *Commission de Surveillance de la Marine Royale* (similar a uma Missão de Acompanhamento e Fiscalização), desde o alojamento, à alimentação e transportes, que asseguraram o interface usualmente requerido por este tipo de cliente.

12

Na vertente internacional, por via dos projetos da Marinha Real de Marrocos, perspectiva-se uma relação de continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível das simples docagens, mas também das grandes intervenções de reparação planeada dos navios da esquadra dessa Marinha.

Ainda em 2015, a atividade relativa aos clientes não militares (nacionais e estrangeiros), especialmente privados, foi marginal em termos do impacto na faturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras, para clientes distintos, tais como a OGMA, S.A., e a Svitzer Portugal, S.A.. Neste ano o setor do desenvolvimento de projeto para clientes externos foi amplamente potenciado através do contrato para o desenvolvimento do projeto detalhado para um *ferry* de 72 metros de comprimento destinado à República de Timor-Leste, para o cliente AtlanticEagle Shipbuilding, Lda., da Figueira da Foz, materializando assim o maior contrato em volume de negócios no mercado não militar.

No mercado nacional da reparação naval comercial, a Arsenal do Alfeite, S.A. poderá ser bastante competitiva numa lógica de contratos-quadro que assegurem a estabilidade de planeamento e o volume de negócios necessário. A dimensão, a natureza e a estrutura do estaleiro conferem-lhe vocação para atuar como uma “one stop shop”, fornecedora de serviços de reparação ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais de navios militares e comerciais.

Ao nível da reparação e manutenção industrial o ano de 2015 pautou-se por uma estabilização do volume de negócios neste nicho de mercado, embora se tenha assistido a uma diversificação da carteira de clientes.

De forma pioneira, e como projeto de capacitação, potenciador do desenvolvimento e consolidação de capacidades próprias do estaleiro, em 2015 foi celebrado com a Junta de Freguesia de Azeitão o contrato e iniciado o projeto e a construção de uma réplica de um autocarro histórico de 1928, à escala real, totalmente produzido em material compósito, envolvendo tecnologias de infusão, compactação a vácuo, produção de moldes com maquinaria de comando numérico tridimensional, utilização de materiais

avançados para fabricação de moldes, etc.. Este projeto potenciou as capacidades e valências internas na área dos materiais compósitos, absolutamente fulcrais na sustentabilidade dos quatro navios da classe “Tejo”, dos cinco navios da classe “Argos”, e ainda das estruturas hidrodinâmicas dos submarinos da classe “Tridente”, entre muitas outras aplicações.

Neste contexto, a figura abaixo representa os seis principais clientes do Estaleiro em 2015. Para além da Marinha Portuguesa, principal cliente, há a destacar a Marinha Real de Marrocos, através da empresa Sonaservice – Soci  t   Navale de Service. A AtlanticEagle Shipbuilding, Lda., as OGMA, S.A., e a Svitzer Portugal, S.A., foram tamb  m clientes a salientar no ano de 2015.



#### Perspetiva setorial da atividade

No que respeita   incid  ncia setorial do esfor  o produtivo em 2015, distribuido pelas diversas áreas tecnológicas do estaleiro, verificou-se que, em contra corrente com o que havia sucedido nos anos de 2012, 2013 e 2014, houve um quase total nivelamento de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Eletricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, por via da entrada dos projetos das fragatas “Corte Real” e “ lvares Cabral” e pelo cariz eminentemente de raiz tecnológica do programa dos navios da classe “Tejo”, tendo

estas tecnologias militares atingido um nível de atividade compatível com as valências e capacidades disponíveis no estaleiro. A assimetria tecnológica no perfil da carteira de encomendas entre 2012 e 2014 foi resultado da inexistência no estaleiro de ações de manutenção planeada de navios militares com real capacidade combatente, ou seja, da falta de fragatas em Revisão Intermédia, que *per si* acarretam uma muito grande incorporação de serviços neste setor tecnológico.

Importa sublinhar à semelhança do expresso em anos anteriores, que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Eletrónica, são as que desenvolvem as atividades de maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, S.A., a única entidade nacional capaz de as deter e integrar, o que faz a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (através da Marinha Portuguesa e da Força Aérea), procura essa insuficiente para suprir os encargos inerentes à existência dessas capacidades, representam um “custo de soberania”. No segundo semestre do ano, com a contratação de serviços em duas fragatas, assistiu-se a uma inflexão desta tendência, indispensável à manutenção destas valências e capacidades. Porém, mesmo existindo encomendas nesta gama de tecnologias, o decréscimo verificado na população fabril, por passagens à reforma (sem substituição devido às restrições impostas pelas leis de Orçamento do Estado) torna indispensável dotar o estaleiro com mão-de-obra rejuvenescida capacitada, que venha a desenvolver a sua proficiência, assegurando as competências basilares à execução do trabalho técnico de elevada complexidade e qualidade.

Acresce que este nicho de tecnologias e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não só ao nível dos recursos humanos, mas também de atualização através de formação contínua e, acima de tudo, do exercício da atividade. Uma simples análise de mercado demonstra que recorrer a este setor das tecnologias militares do estaleiro é substancialmente mais económico que subcontratar os

fabricantes e demais empresas internacionais, cujos diferenciais de acréscimo de preço de mercado são superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, S.A..

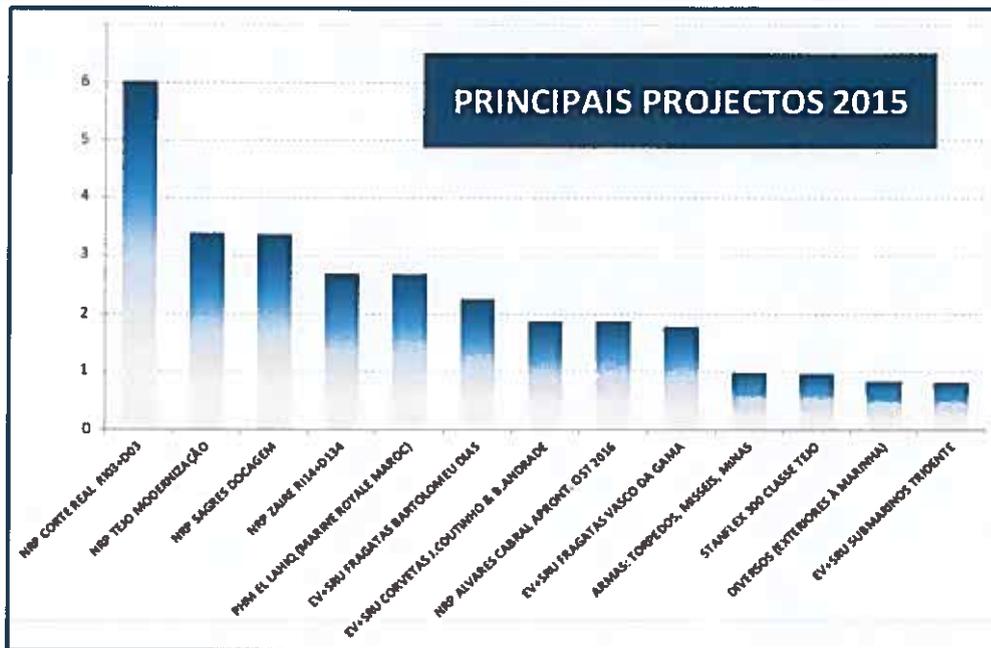
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio

### Reparação Naval Militar

Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projetos:

- ❖ Revisão Intermédia e Docagem da fragata “Corte Real”, da Marinha Portuguesa (2015-2016);
- ❖ Grande Revisão (*Grand Carénage*) do patrulha PHM “El Lahiq” da Marinha Real de Marrocos (2014-2016);
- ❖ Revisão e Modernização/Modificação do patrulha “Tejo”, da Marinha Portuguesa (2015-2016);
- ❖ Docagem do Navio-escola “Sagres”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Revisão Intermédia e Docagem do patrulha “Zaire”, da Marinha Portuguesa;
- ❖ Pequena Revisão da Fragata “Álvares Cabral”, da Marinha Portuguesa (2015-2016);
- ❖ Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

A figura seguinte ilustra o impacto relativo dos principais projetos de 2015 no setor da reparação naval militar.



### Reparação Naval Comercial

Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar o seguinte projeto:

- Reparação do sistema propulsor do rebocador “Lisboa”, da Svitzer, S.A.

### Construção Naval

Ao nível do setor de negócio da Construção Naval, tal como anteriormente mencionado, existe um enorme acréscimo da atividade de projeto, seja ao nível do desenvolvimento de projeto detalhado para produção (projeto do *ferry* para Timor-Leste), seja ao nível do projeto de conceção e modificação de sistemas (classe “Tejo”), que esgotaram a capacidade desta área produtiva do estaleiro na segunda metade de 2015, situação que se manterá certamente durante parte significativa de 2016.

Quanto à construção de embarcações, foram promovidas várias ações comerciais nacionais e internacionais, perspetivando para os próximos anos uma elevada probabilidade de construção de lanchas L145 e/ou L280.

## IV - RECURSOS HUMANOS

---

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten number 27]*

## IV - RECURSOS HUMANOS

### Gestão de Recursos Humanos

Partindo do efetivo de 516 elementos, a Arsenal do Alfeite, S.A. viu diminuir esse número em 16 unidades, fechando o ano de 2015 com 500 trabalhadores em efetividade de serviço. A redução do efetivo ficou a dever-se a uma política de admissões restritiva, no respeito pelo disposto na Lei do Orçamento do Estado, e ao número de saídas voluntárias.

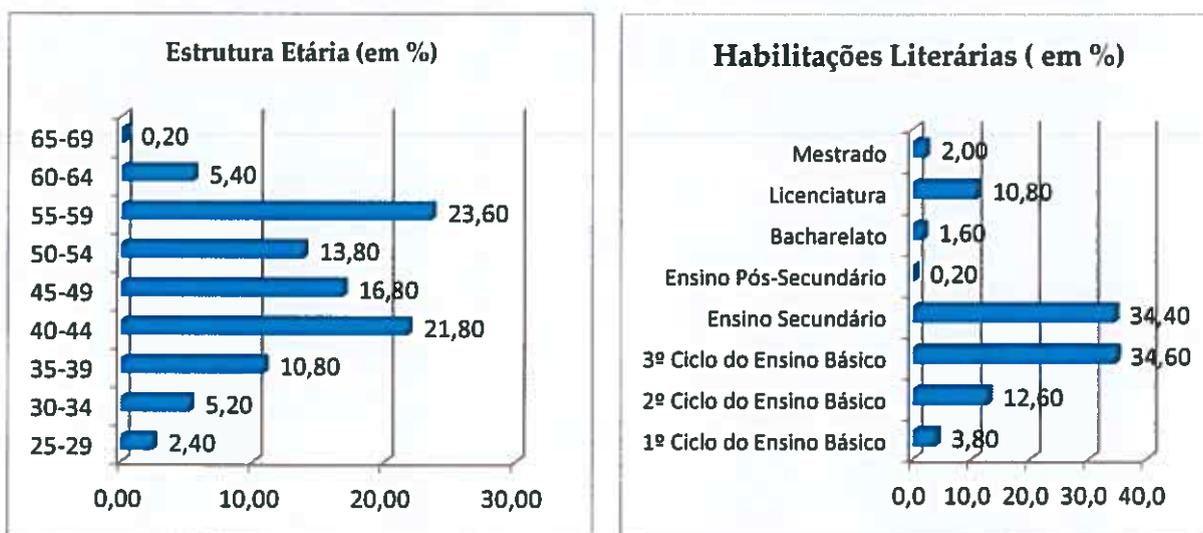
Em 31 de dezembro de 2015, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

Membros do Conselho de Administração	3
Comissão de serviço	1
Acordo de cedência de interesse público	431 (10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	6
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	39 (2 em comissão de serviço)
Contrato de trabalho a termo certo	20

A população caracteriza-se pela sua natureza industrial e por ser maioritariamente masculina, conforme ilustram os gráficos seguintes:



A idade média subiu ligeiramente face a 2014 situando-se nos 47,5 anos e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico, apresentando uma configuração semelhante à dos anos anteriores. Regista-se, no entanto, a tendência para a redução das frequências relativas ao primeiro ciclo do ensino básico.



Em 2015 registou-se um incremento do absentismo, sendo o índice de ausências de 7,36% (5,6% em 2014).

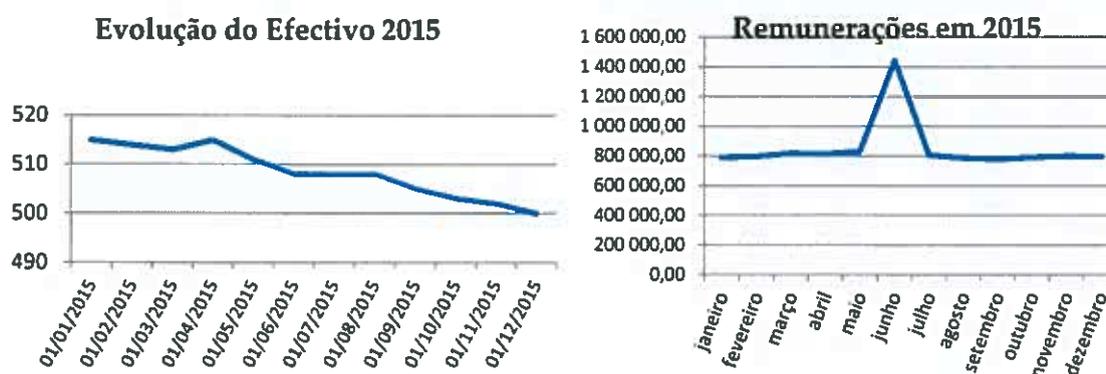
A rotação externa, por sua vez, desceu de modo muito relevante face ao ano anterior, para os 4,4% (9,7% em 2014). O valor do índice reflete o número de saídas registado (35) a que acresce 25 suspensões de contrato de trabalho, algumas de duração prolongada. As saídas referem-se, maioritariamente, a cessações do acordo de cedência de interesse público por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos ou empresas da Administração Pública.

O número de entradas foi de 10 (23 em 2014), sendo 3 relativas a celebração de contratos de trabalho a termo certo, 3 relativas a contratos de mandato, 1 relativa a contrato em comissão de serviço, 1 relativa a celebração de acordo de cedência de

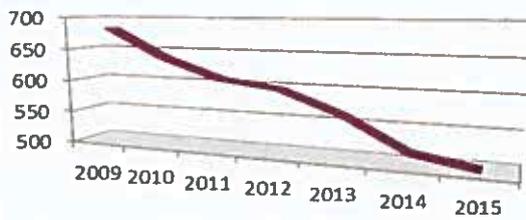
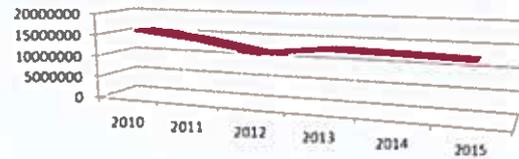
interesse público e 2 relativas a comissão normal de serviço de pessoal militar. A estas entradas acrescem 21 regressos que estavam na situação de suspensão contratual.

A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas atualizações salariais. Foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, particularmente, na Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. Procedeu-se em 2015 a reversão em 20% da redução remuneratória, conforme o disposto no artigo 4º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, embora sem impacto significativo no montante salarial global da empresa.

A gestão de carreiras foi, igualmente condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2015 pela diminuição do efetivo e dos encargos com remunerações permanentes.



A redução do efetivo de pessoal e dos gastos associados está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade industrial da empresa, em 1 de setembro de 2009. A oscilação em 2013 da tendência de descida dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e Natal nesse ano.

**Evolução do Efectivo de Pessoal****Evolução de Gastos com Pessoal**

Pretendendo contrariar a tendência de redução registada nos últimos anos, a Arsenal do Alfeite, S.A., deu início em 2015 ao procedimento de recrutamento de trabalhadores a coberto da autorização concedida por via do Despacho de 28 de agosto de 2015 de S. Ex.<sup>a</sup> a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.

Assim, foram lançados procedimentos de recrutamento externo com vista ao preenchimento de 27 vagas de diversas especialidades (caldeiros de tubos, serralheiros mecânicos e civis, mecânicos, operadores de máquinas de elevação e assistente de limpeza industrial) na categoria de operários navais.

O recrutamento externo foi precedido dos devidos procedimentos junto da Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) visando a eventual admissão de funcionários em situação de requalificação ou noutras situações de mobilidade, mas sem resultados, pelo que se enveredou pela contratação nos termos do Código do Trabalho [alínea b) do n.º 3 do art.º 58.º da Lei do Orçamento do Estado de 2015].

Sublinha-se ainda a reposição, no ano de 2015, dos dias de férias aos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A. em situação de cedência de interesse público. Efetivamente, foi entendimento da empresa que a redação dos acordos de cedência celebrados no ano de 2009 deve ser entendida enquanto cristalização dos dias de férias em função do normativo em vigor na altura (isto é, o Artigo 173º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas - Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro), com efeitos reportados a

01.01.2010, não sendo portanto aplicável a regra vertida no Artigo 126º da atual Lei de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), sob pena de se lesarem os direitos adquiridos dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com o consequente prejuízo do princípio constitucional da proteção da confiança.

Finalmente, e em matéria inspetiva, refira-se ainda a auditoria da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), no âmbito do Processo de Controlo de Assiduidade e Horário de Trabalho, na qual se destaca o nível de risco baixo do processo em apreço e os seguintes aspetos positivos:

- ❖ Cumprimento legal, nomeadamente no que diz respeito às novas regras implementadas atinentes à duração do período normal de trabalho;
- ❖ Cumprimento legal no que concerne às situações de horários específicos, estando as mesmas devidamente autorizadas à luz do Regulamento de Duração e Organização do Trabalho;
- ❖ Elaboração pelas chefias das unidades orgânicas de informação a materializar a necessidade de realização de Trabalho Suplementar, a qual é autorizada superiormente;
- ❖ Registo do Trabalho Suplementar, obedecendo ao modelo aprovado pela Portaria do Membro do Governo responsável pela Administração Pública;
- ❖ Cumprimento da legislação em matéria de Férias e Faltas.

Finalmente, e de modo a aperfeiçoar o procedimento interno da empresa, foram apresentadas melhorias pela IGDN, as quais foram devidamente implementadas no exercício de 2015.

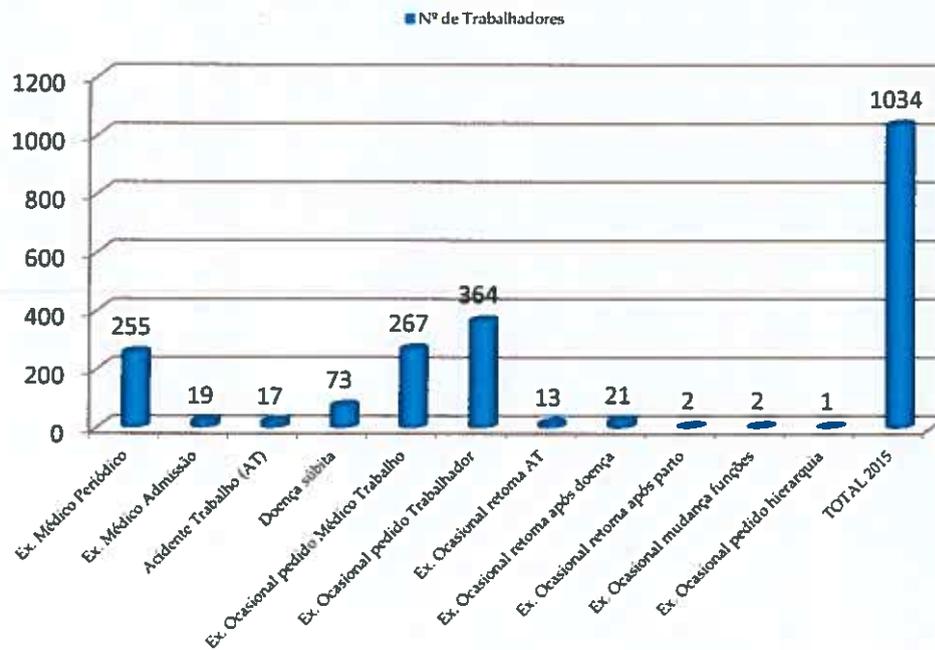
#### Saúde no Trabalho

A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo

*[Handwritten signature and initials]*  
c 12

assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma médica de medicina do trabalho e uma enfermeira durante o período normal de laboração.

Caracterização dos exames médicos 2015



### Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2015 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

Número de ações de formação frequentadas	54
Número de horas de formação ministradas	1186
Número de horas de formação recebidas	2542
Número de participantes	116

Além destas ações de formação, foi ministrado a um trabalhador da Navalrocha, S.A., um curso de “Manobra e Docagem de um Navio – CMDN1” com a duração de 10 horas.

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 32 estudantes (26 de cursos profissionais do ensino secundário, 2 do ensino superior e 4 alunos que solicitaram, a título pessoal, a realização de estágio).

#### Ação Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado na parceria entre o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) e a Arsenal do Alfeite, S.A., no que respeita a frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite. Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

Ano letivo de 2014/2015 – 17 crianças

Ano letivo de 2015/2016 - 15 crianças

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores foi organizada de 6 a 17 de julho uma colónia de férias com a participação de 44 crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos.

A ação social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto, destacando-se os torneios de futsal e de pesca, na convivência social – destacando-se a maratona noturna de pesca, o dia da Arsenal do Alfeite e a festa de Natal (com a participação dos filhos, enteados e netos dos trabalhadores) – e na área da cultura, destacando-se o concurso de fotografia e os diversos programas de teatro com preços reduzidos, para além das parcerias mantidas com a SFUAP, Código Lilás, MEO, Clube de Ginástica de Almada e com uma farmácia local.

No âmbito cultural, refira-se também a realização da 6ª edição do “Arsenal Photo”, subordinada ao tema “ A essência dos elementos Água, Terra e Fogo e o seu impacto, individual ou em conjunto, na indústria naval”. Este concurso de fotografia, para além da valorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, procurou observar e analisar o trabalho que é executado diariamente no estaleiro, promovendo a identificação dos trabalhadores com a dinâmica atual da organização.

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 3 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue e da Transplantação que totalizaram 142 dádivas. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, a favor de jovens com deficiência.

Finalmente, e tendo em vista a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, foi efetuado um reforço marginal do investimento em vestuário e calçado de uso industrial, no montante de cerca de € 15.000,00.

## V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

---

## V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública vertido no Código dos Contratos Públicos (CCP).

Estando sujeita ao mencionado regime legal, encontra-se qualquer aquisição de bens ou serviços ou de empreitada submetidas às regras aplicáveis aos procedimentos para a formação de contratos, nele prevista.

Durante o ano de 2015, foram efetuadas 3.544 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo.

Dada a atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, cerca de 90% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o “Ajuste Direto Simplificado”.

Requisições ao Mercado 2015		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	3.191	90,05%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	278	7,84%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	67	1,89%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	4	0,11%
Superior ou igual a 100.000€	4	0,11%
	<b>3.544</b>	<b>100%</b>

## Requisições ao Mercado 2014

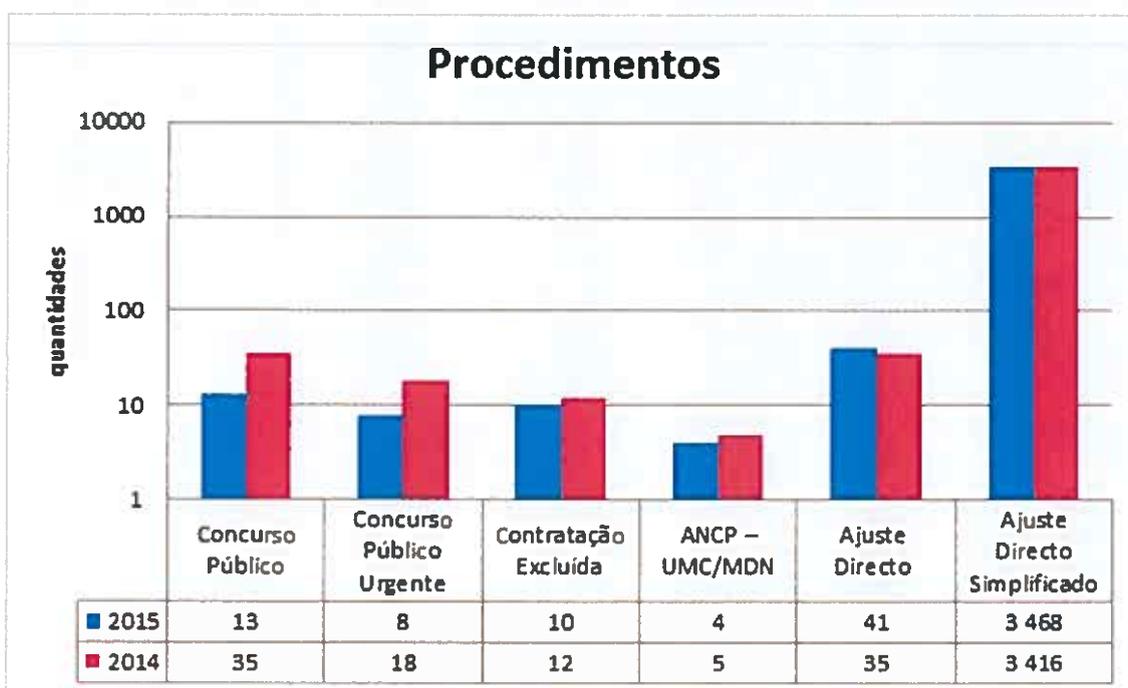
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	3.122	88,66%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	311	8,83%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	78	2,22%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	7	0,20%
Superior ou igual a 100.000€	3	0,09%
	3.521	100%

Sublinha-se, a este respeito, que a norma seguida na Empresa em matéria de adoção do procedimento de ajuste direto (seja ele simplificado ou não) passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço. Assim, salvo exceções devidamente fundamentadas (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente – critério material), em cada contratação por ajuste direto são previamente consultadas diversas empresas (mesmo no Ajuste Direto Simplificado, isto é, aquisição ou locação de bens móveis ou aquisição de serviços por valor igual ou inferior a 5.000€).

No que respeita aos procedimentos de contratação adotados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”, e o recurso a procedimentos mais complexos, nomeadamente o Concurso Público e o Concurso Público Urgente, mesmo quando o valor base da aquisição permitiria adotar o Ajuste Direto.

## Procedimentos de Contratação

	Quantidades	%
Concurso Público	13	0,37%
Concurso Público Urgente	08	0,23%
Contratação Excluída	10	0,28%
ANCP – UMC/MDN	04	0,11%
Ajuste Direto	41	1,16%
Ajuste Direto Simplificado	3.468	97,85%
	<b>3.544</b>	<b>100%</b>



No que respeita à existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, salienta-se que o Manual do Sistema Integrado de Gestão da Arsenal do Alfeite, S.A. prevê a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública.

Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;

- ❖ PCA 02A – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de fornecedores.

Nos termos do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio, salienta-se, ainda, que não foram efetuados pela empresa contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00€.

Por outro lado, também não foram celebrados quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000,00 €, não tendo, aliás, atingido qualquer contrato o valor mínimo para efeitos de submissão a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determinado pelo Artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

Finalmente, e em matéria inspetiva, refira-se ainda a inspeção realizada em 2015 pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) no âmbito do Processo de Realização da Despesa, cuja apreciação global é positiva, destacando esta entidade as boas práticas implementadas pela empresa, nomeadamente as seguintes:

- ❖ Existência de normas e procedimentos de controlo interno na área de realização da despesa que salvaguardam o ambiente de controlo;
- ❖ Adequada instrução dos processos de aquisição de bens e serviços, que incluem todas as peças do procedimento e permitem analisar todos os atos praticados;
- ❖ Cumprimento das fases de realização da despesa;
- ❖ Previsão de receitas próprias em conformidade com o estabelecido na LCPA;
- ❖ Utilização do SIAGIP como suporte ao processo de despesa, o qual dispõe de funcionalidades que suportam a realização do processo nas suas diversas fases.

Apresentou ainda o IGDN algumas recomendações com vista à melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos internos, nomeadamente ao nível do registo do compromisso mensal, constituição e reconstituição de fundos de maneiio, desativação

P. M. M. 2015  
122

de funcionalidades do SIAGIP referentes a alteração de datas de compromisso, renovação de contratos e princípio da unidade de tesouraria, os quais foram prontamente implementados ainda no decorrer do ano de 2015.

## VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

---

## VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos especiais deveres de prestação de informação, designadamente enquanto empresa pública e entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A., presta as seguintes informações:

### Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART)

Envio anual à Inspeção-Geral de Finanças, até 31 de março, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 491/99, de 17 de novembro, da informação relativa às participações detidas em entidades societárias e não societárias, com referência a 31 de dezembro do ano anterior (sitio <http://ww2.igf.min-financas.pt/sipart>).

### Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei nº 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a Arsenal do Alfeite, S.A., procedeu ao carregamento e atualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

### Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO)

Em conformidade com o artigo 60º do diploma de execução orçamental para o ano de 2015, nomeadamente o Decreto-Lei nº 36/2015, de 9 de março, procede-se, mensalmente, ao carregamento dos encargos com o pessoal no SIGO.

### Sistema de Notação Estatístico Nacional

Nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de maio, procedeu-se ao preenchimento do Inquérito aos Empregos Vagos, do Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho e do Inquérito ao Custo da Mão-de-obra.

### Relatório Único

Foi elaborado o relatório anual sobre a atividade social da empresa, conforme previsto no artigo 32º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro que regulamenta o Código do

Trabalho e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, alterada, por sua vez, pela Portaria n.º 108-A/2011 de 14 de março.

### Informação sobre rescisões, requalificação e aposentações

Foi feito o apuramento mensal para efeitos de reporte à Direção-Geral do Orçamento (DGO) no âmbito do controlo orçamental, através da entidade coordenadora do Ministério de Defesa Nacional.

### Execução Orçamental do Estado para 2015

Em conformidade com o Artigo 60º do diploma de execução orçamental, Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março, a Arsenal do Alfeite, S.A. procedeu à prestação da seguinte informação:

### Prestação de Informação à DGO

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental - Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	10
Alterações Orçamentais - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	Serviços Online	Mensal	15
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 10º dia Útil
Compromissos e Contas a Pagar	SIGO	Mensal	10
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços Online	Trimestral	15
Declaração de Compromissos plurianuais, de Pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	Serviços Online	Anual	31 de janeiro
Compromissos Plurianuais	SIGO	Atualização permanente	--
Previsão Mensal da Execução	Serviços Online	Mensal	Calendário Específico
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano e orçamento	Serviços Online	Anual	Até ao dia 30 do mês seguinte
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Trimestral	Data indicada pela circular da DGO de preparação do Orçamento do

			Estado (OE)
Balancete Analítico Previsional para o Ano em Curso e Seguinte	Serviços Online	Trimestral	Data indicada pela circular da DGO de preparação do OE

**Prestação de Informação ao INE**

		Periodicidade
Inquérito aos Empregos Vagos	Serviços Online	Trimestral
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços Online	Mensal
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços Online	Anual
Índice de Custo do Trabalho (ICT)	Serviços Online	Trimestral
Inquérito aos Trabalhos de Reparação – Comércio Internacional – Exportação (IREPEXP)	Serviços Online	Mensal
Inquérito ao Custo de Mão-de-Obra (ICMO)	Serviços Online	Anual

**Prestação de Informação à Empordef**

	Periodicidade	Prazo
Demonstrações Financeiras - Balanço / DR/ Disponibilidades/ DFC	Mensal	15
Relatório de Controlo de Gestão	Mensal	15
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	Mensal	15
Responsabilidades Contingentes	Mensal	15
Dividas Vencidas (art.º 1º DL nº 65-A/2011)	Mensal	15
Avaliação do Cumprimento Plano Red. Custos Operacionais (Despacho nº 902/11 - SETF)	Mensal	15

Acompanhamento do Passivo Remunerado		N.A.
Endividamento Remunerado		N.A.
Execução Esforço Financeiro Público		N.A.
Execução Acompanhamento Passivo Remunerado		N.A.
Execução Responsabilidades com Pensões		N.A.
Execução dos Indicadores Atividade	Mensal	31
Execução da Unidade Tesouraria do Estado	Mensal	31

**Prestação de Informação à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional**

Reporte anual nos termos do Artigo 28º, alíneas a) e b) da Lei 49/2009, de 5 de agosto, no âmbito das condições de acesso e exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

## VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

**VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO**

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, nomeadamente o seu Artigo 61º, determina, que “o crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 4 %”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2015, como se pode ver pelo quadro seguinte.

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo Remunerado (€)	2014	2015	Var.Absol	Var. %
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00



## VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

---



## VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2015 encerrou com resultados marginalmente positivos, refletindo a decisão do Conselho de Administração de, na parte final do ano, proceder a despesas imprevistas, necessárias ao estrito cumprimento das exigências de natureza ambiental e industrial.

Havendo consciência de que a Arsenal do Alfeite, S.A., enfrenta enormes desafios, decorrentes do complexo enquadramento em que está inserida e dos objetivos estratégicos que se lhe colocam, é certo que terá de perspetivar o triénio 2015-2017 de forma ambiciosa, mas ponderada, tendo em vista prosseguir os desígnios de mudança plasmados na mensagem do Conselho de Administração sem fazer perigar a sustentabilidade e a prosperidade da empresa.

Na vertente operacional do negócio, a Arsenal do Alfeite, S.A. procurará dar continuidade e aprofundar a sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, incluindo a futura manutenção extensiva dos submarinos, consolidar a vertente de internacionalização com a Marinha Real de Marrocos e iniciar outra com a Marinha Argelina, ambas ao nível da construção e reparação naval. A empresa continuará a aplicar as demais capacidades na execução de obras destinadas à indústria nacional e internacional, e na execução de serviços de projeto naval. A Arsenal do Alfeite, S.A., continuará também empenhada no aproveitamento de oportunidades que lhe permitam recuperar a atividade de construção naval.

No que se refere à implementação da Plataforma Naval Global, e partindo das iniciativas já desenvolvidas no ano de 2015, designadamente o acordo assinado em 16 de setembro de 2015 no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, com a Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional e a idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A., relativo ao projeto "Start-up Defesa", procurar-se-á que sirvam de base

à criação do Centro Industrial e Tecnológico de Defesa do Arsenal do Alfeite (*Start-Up* Defesa Alfeite).

Pretende-se promover o empreendedorismo, a formação e o desenvolvimento de competências navais que permitam explorar sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

Em paralelo, haverá que clarificar e consolidar políticas e posições que preencham os requisitos necessários para se proceder à separação entre a gestão da infraestrutura e a atividade do estaleiro operador e de outros operadores que venham a estabelecer-se no perímetro da área de concessão da Arsenal do Alfeite, S.A.. Para este efeito, terá de ser definido no curto prazo um modelo adequado e exequível de financiamento global dos investimentos de requalificação das infraestruturas portuárias, das oficinas e dos edifícios de apoio no espaço em causa, que o torne mais atrativo e rentável do ponto de vista das várias utilizações possíveis, em particular por parte daquele que continuará a ser o principal operador, o estaleiro de reparação, manutenção e construção naval.

Em matéria de gestão corrente da Arsenal do Alfeite, S.A., na vertente da operação, afigura-se essencial prosseguir com o recrutamento de novos recursos humanos, tendo em vista assegurar as condições indispensáveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, que se subsumem na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios e outros meios da Marinha ou de outros ramos das Forças Armadas e forças de segurança.

A empresa potenciará o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações de *team building*, da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais, da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e da aposta na sua formação.

Por isso, será feito um esforço significativo na qualificação e potenciação dos trabalhadores, quer novos quer já no efetivo, de modo a inverter a tendência de redução da formação interna ministrada por recursos humanos da própria empresa, dinamizando a denominada "Escola de Formação do Alfeite", potenciando a utilização das notáveis instalações escolares e oficinais afetas à formação, tanto pela própria empresa, como por entidades terceiras, bem como através de parcerias com outras entidades devidamente certificadas.

Ainda no domínio da gestão corrente e no que respeita às tecnologias da informação, procurar-se-á, através de recursos internos com *know-how* dos processos e do desenvolvimento de *software*, fazer evoluir o sistema de informação corporativo (designado "SIAGIP"), implementando novas valências e aperfeiçoando as existentes a par da melhoria do parque informático da empresa e da introdução de novos hábitos de acesso e de mobilidade e de alterações nos sítios internet e intranet da empresa.

Com vista à obtenção de ganhos de eficiência e de maior conhecimento coletivo dos processos, aprofundar-se-á o desenvolvimento dos processos de negócio da empresa (BPM) e a sua integração no SIAGIP, melhorar-se-á por esta via a qualidade dos dados e atualizar-se-ão as ferramentas de *Business Intelligence* (AGE e rAG) já em uso.

No plano mais alargado da requalificação ambiental, a Arsenal do Alfeite, S.A., continuará a desenvolver as ações necessárias para assegurar o licenciamento industrial e ambiental para o exercício da sua atividade, de que são exemplo a construção de um parque de resíduos em fase de conclusão, e a eventual adoção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI), depois de concluídos os estudos em curso, bem como as alterações aos dispositivos de contenção nas docas e planos inclinados, para garantir a recolha e posterior tratamento de águas residuais.

Nesta matéria, está a decorrer a completa identificação das necessidades de alteração das 62 chaminés existentes de modo a poder promover-se as obras necessárias para a monitorização das emissões gasosas e o seu adequado encaminhamento.

Do ponto de vista do ambiente, da segurança e da melhoria das condições de trabalho, pretende-se resolver no curto prazo situações que requerem maior atenção, reformulando as cabines de pintura e de soldadura, adquirindo novos andaimes e substituindo as coberturas de algumas oficinas.

A valorização do património histórico documental da Arsenal do Alfeite merecerá uma atenção especial, pelo que serão tomadas iniciativas no sentido de encontrar as melhores soluções para a sua preservação e disponibilização ao público em geral.



## IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

---



**IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
<b>Resultado Líquido</b>	<b>49,79</b>	<b>2.366,75</b>
Resultado Operacional/Rendimentos Operacionais	-1,4%	10,3%
Resultado Líquido/Rendimentos Operacionais	0,3%	10,7%
Resultado Líquido/Capital Próprio	0,1%	2,7%

A AASA encerrou o exercício financeiro de 2015 com um resultado líquido positivo de 49,79 m€.

O resultado operacional registou uma evolução desfavorável em relação a 2014 resultante de uma redução do volume de negócios em 2015.

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
Rendimentos Operacionais	19.416,17	22.025,00
Gastos Operacionais	19.678,39	19.748,72
Resultado Operacional	-262,22	2.276,28
Resultado Financeiro	331,14	360,72
Imposto sobre o Rendimento do Período	-19,14	-270,25
Resultado Líquido do Período	49,79	2.366,75

Os rendimentos operacionais atingiram 19.416,17 m€, correspondendo a um decréscimo de cerca de 12% face ao período homólogo do ano anterior, com ênfase nos Serviços Prestados que sofreram uma quebra de 2.856,95 m€.

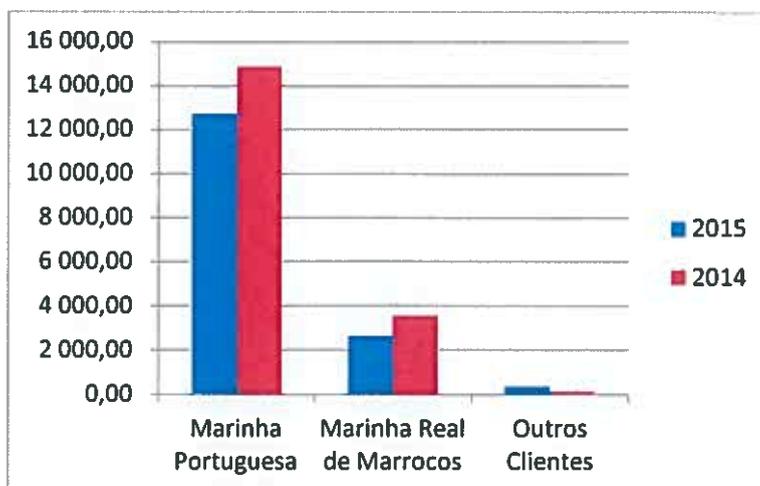
(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
Vendas	1,24	36,63
Serviços Prestados	15.753,54	18.610,49
Subsídios à Exploração	22,27	16,34
Trabalhos para a Própria Entidade	794,07	213,05
Imparidade	9,80	-
Outros Rendimentos e Ganhos	2.835,25	3.148,49
Rendimentos Operacionais	19.416,17	22.025,00

Ao nível dos serviços prestados, o ano de 2015 pautou-se por um decréscimo do volume de negócios na reparação naval militar. Tal ficou a dever-se sobretudo ao baixo nível de encomendas verificado no princípio do ano e ao atraso na celebração de dois importantes contratos plurianuais com a Marinha Portuguesa, remetidos apenas para o segundo semestre (Revisão Intermédia + Docagem da fragata "Corte Real" e Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Tejo").

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
D1 - Reparação Naval - militar nacional	12.735,02	14.766,79
D1 - Reparação Naval - militar internacional	2.649,59	3.590,18
D2 - Reparação Naval - não militar	38,03	71,23
D3 - Construção - projetos	133,50	-
D4 - Manutenção Industrial	1,50	5,42
D5 - Laboratórios	80,67	94,99
D6 - Outros	115,24	81,88
	15.753,54	18.610,49



A rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade”, registou um acréscimo face a 2014. Em 2015 tornou-se imperativo, sobretudo por motivos de natureza legal, investir na infraestrutura e equipamentos com o propósito de aumentar a eficiência e capacidade da empresa e de assegurar o rigoroso cumprimento do normativo ambiental e industrial vigente.

Destaca-se pela sua materialidade os trabalhos de modernização da oficina de galvanoplastia e de beneficiação do guindaste n.º 10 que foram concluídos no ano de 2015.

No que diz respeito à rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” a variação face ao ano anterior, deve-se à diminuição do montante do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes e ao registo em 2014, a título excepcional, da cedência de espaço no montante de 227,59 m€.

O subsídio do governo não monetário está a ser imputado numa base sistemática ao rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Subsídio não monetário	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.838,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85	95.020.327,44
Rédito do ano	2.783.351,37	2.811.941,57	2.857.855,79	2.881.079,31	2.884.315,65	2.884.571,76	961.523,59
Valores - euros	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.837,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85

No ano de 2015, registou-se uma ligeira diminuição nos gastos operacionais da empresa, no valor de 70,32 m€. As variações mais significativas, embora de sinais contrários, verificaram-se nas rubricas de “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Gastos com Pessoal”.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2015	2014
CMVMC	1.174,93	1.124,27
FSE	2.358,40	2.045,85
Gastos com Pessoal	12.653,78	13.157,53
Imparidade	-	-
Provisões	80,24	-
Outros Gastos e Perdas	47,74	19,65
Gastos de D e de Amortização	3.363,28	3.401,41
Gastos Operacionais	19.678,39	19.748,72

Os “Fornecimentos e serviços externos” sofreram no cômputo global um acréscimo de 15% face ao ano anterior, em linha com o que já se tinha verificado de 2013 para 2014.. Observaram-se crescimentos nos gastos com subcontratos no valor de 333,21 m€ diretamente relacionados com a aquisição dos serviços de aprestamento dos compartimentos habitacionais do patrulha EL – Lahiq e nos gastos com a aquisição de diversos serviços especializados e de limpeza destinados a melhorar o desempenho ambiental da Empresa. O decréscimo do volume de negócios, teve impacto ao nível dos gastos com rendas e alugueres e seguros. A tendência de aumento dos gastos nesta rubrica nos últimos anos decorre também da progressiva redução de pessoal e da necessidade de ir externalizando diversos serviços anteriormente executados pelos funcionários da empresa, que se procura contrariar e da consequente necessidade de se adquirirem serviços em sua substituição.

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
Subcontratos	922,14	588,98
Trabalhos Especializados	120,66	77,24
Publicidade e Propaganda	6,50	4,75
Vigilância e Segurança	94,29	94,31
Honorários	48,59	48,45
Conservação e Reparação	65,24	86,70
Materiais	28,40	44,12
Eletricidade	361,55	368,49
Combustíveis	23,76	30,96
Gás	48,48	46,74
Deslocações, Estadas e Transporte	34,25	31,97
Rendas e Alugueres	140,34	171,15
Comunicação	18,32	19,82
Seguros	123,28	172,84
Contencioso e Notariado	1,11	1,26
Despesas de Representação	5,25	6,86
Limpeza, Higiene e Conforto	311,29	245,08
Diversos	4,95	6,15
	<b>2.358,40</b>	<b>2.045,85</b>

Os "Gastos com Pessoal" ascenderam a 12.653,78 m€ recuando 503,76 m€ (4%) face aos valores de 2014, ficando tal a dever-se à redução do número de trabalhadores.

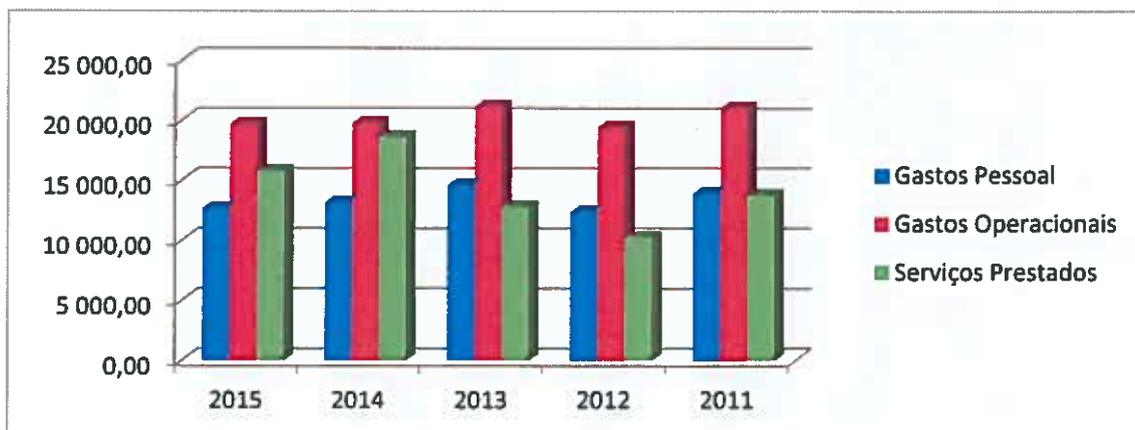
(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
<b>Órgãos Sociais</b>		
Remunerações	237,01	200,33
Encargos sobre Remunerações	54,00	43,99
Seguro de Saúde	1,66	1,23
	<b>292,67</b>	<b>245,56</b>
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	9.881,91	10.172,10
Encargos sobre Remunerações	2.205,51	2.357,22
ADSE		109,34
Seguro de Saúde	41,36	23,11
Seguro de Acidentes no Trabalho	138,68	141,44
Gastos de Ação Social	55,73	47,54
Outros Gastos	37,93	61,32
	<b>12.361,11</b>	<b>12.912,07</b>
	<b>12.653,78</b>	<b>13.157,55</b>
<b>Números de RH no final do período</b>	<b>500</b>	<b>516</b>

O acréscimo observado nas remunerações dos órgãos sociais, resultou do facto de no ano 2014 o Presidente do Conselho de Administração ter iniciado funções executivas e remuneradas pela AASA a partir de maio de 2014.

Os gastos correntes com pessoal registaram um decréscimo, justificado pelo decréscimo do efetivo, pese embora tenha ocorrido em 2015 uma reversão de 20% nos cortes salariais vigentes em 2014.

A análise da evolução dos gastos com pessoal, dos gastos operacionais e dos proveitos com serviços prestados permite verificar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais. Salienta-se que nos últimos dois anos o rédito obtido com serviços prestados é superior aos gastos fixos com pessoal.



Os “Resultados Financeiros” que à data de 31 de dezembro de 2015 ascenderam a 331,14 m€, resultam essencialmente da remuneração do empréstimo concedido à Empordef (SGPS), SA. A diminuição registada na rubrica de juros e gastos similares obtidos deve-se essencialmente a duas amortizações do empréstimo na sequência das deliberações da comissão liquidatária Empordef (SGPS), SA, de 19 de agosto e de 30 de setembro de 2015.

A conjugação das componentes anteriormente referidas teve por consequência a obtenção do referido resultado líquido positivo de 49,79 m€.

Situação Financeira e Patrimonial

No final do exercício de 2015, o Ativo apresentava um decréscimo de 1.044,48 m€, relativamente ao ano anterior.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2015	2014
Ativo não corrente	80.525,36	82.917,88
Ativo corrente	27.239,88	25.891,84
<b>Total do Ativo</b>	<b>107.765,24</b>	<b>108.809,72</b>

O ativo não corrente acusou um recuo de 2,89% (2.392,52 m€), face a 31 de dezembro de 2014.

No exercício de 2015 o nível de investimento em ativos tangíveis realizado no montante de 954,37 m€, não superou as depreciações do ano que ascenderam a 3.362,40 m€. Salienta-se que o valor de depreciações referente a ativos transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão ascendeu a 2.783,35 m€.

Os ativos correntes aumentaram 1.348,04 m€ face ao registado em 31 de dezembro de 2014, apresentando a seguinte discriminação:

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2015	2014
Inventários	362,67	404,54
Clientes	118,94	414,27
Adiantamentos a fornecedores	0,46	93,07
Estado e outros entes públicos	203,68	-
Outras contas a receber	15.500,66	18.639,59
Diferimentos	6,56	19,11
Caixa e equivalentes a caixa	11.046,91	6.321,27
	<b>27.239,88</b>	<b>25.891,84</b>

A variação ocorrida na rubrica "Outras contas a receber" resultou essencialmente: (i) da amortização pela Empordef (SGPS), SA de uma parte do empréstimo concedido (-4.005,83 m€), (ii) do reconhecimento de juros contratuais do empréstimo acima referido

(325,99 m€) e (iii) e da variação dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço - trabalhos realizados e não faturados (538,82 m€).

A rubrica caixa e equivalentes aumentou 4.725,65 m€, na sequência das variações das rubricas de clientes e acionistas.

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
Capital próprio	84.600,85	86.708,16
Passivos não correntes	16.770,27	17.261,28
Passivos correntes	6.394,12	4.840,28
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>107.765,24</b>	<b>108.809,72</b>

A alteração ocorrida no "Capital próprio" decorre do reconhecimento do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes líquido de imposto (- 2.157,10 m€) e do resultado positivo do exercício de 2015 (49,79 m€).

Em termos de " Passivo total" no final do exercício de 2015, verificou-se um incremento no valor de 1.062,83 m€. Esta evolução deve-se:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (-626,25 m€);
- ❖ À variação dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço - trabalhos faturados mas não realizados (1.584,47 m€); e
- ❖ Ao aumento nas dívidas ao Estado e outros entes públicos justificado pelo incremento do IVA a pagar.

# RELATORIO E CONTAS 2015

2015

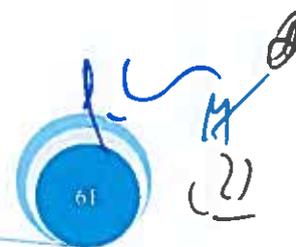
(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
<b><u>Passivos não correntes</u></b>		
Provisões	80,24	
Outras contas a pagar - Imposto referente ao subsidio não monetário	16.690,03	17.261,28
	16.770,27	17.261,28
<b><u>Passivos correntes</u></b>		
Fornecedores	257,98	242,68
Adiantamentos de clientes	105,96	295,39
Estado e outros entes públicos	1.075,69	802,54
Outras contas a pagar	2.632,71	2.762,36
Diferimentos	2.321,78	737,31
	6.394,12	4.840,27
	23.164,39	22.101,56

*Handwritten signatures and initials:*  
 P, M, (27)

## X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

---



**X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a distribuição do Resultado Líquido de 49.786,47 Euros, da seguinte forma:

Reserva Legal (5%)	€ 2.489,32
Resultados Transitados (95%)	€ 42.297,15
Resultado Líquido	€ 49.786,47

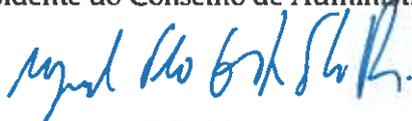
Almada, 15 de março de 2016.

O Conselho de Administração



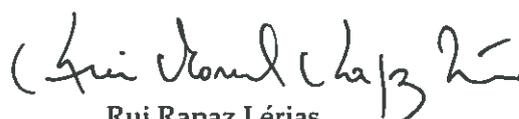
Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)

## XI - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

---

**XI - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

Objetivos de gestão

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

Gestão do risco financeiro e endividamento

Ponto refletido no capítulo VII do presente relatório.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, o programa "Pagar a Tempo e Horas", com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), bem como a estratégia para a sua diminuição.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2015 e 2014, nos termos da legislação acima mencionada, encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	43,18	52,16	-8,98	-0,17

Em 31 de dezembro de 2015, as dívidas a fornecedores da AASA eram inferiores a 90 dias.



Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	257.521,20	-	-	-	-	-
Aquisição de Capital	879,45	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>258.400,65</b>	-	-	-	-	-

Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente Relatório.

Suspensão do Pagamento de Complementos de Pensões

Não aplicável uma vez que a Arsenal do Alfeite, S.A. nunca teve vigente qualquer complemento de Pensões.

Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto no Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito e/ou outros instrumentos de pagamento por parte do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Esta matéria encontra-se reforçada no âmbito do Relatório de Governo Societário (capítulo referente às Participações Sociais e Obrigações Detidas) no que se refere à inexistência de conflitos de interesses.

#### Despesas Não Documentadas

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do Artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, registou-se o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2015 qualquer despesa não documentada.

#### Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado, aprovado e publicado um “relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres”, onde se conclui pela existência, por grupos etários, de uma diferença favorável às mulheres, com a maior percentagem (84,18%) na faixa etária dos 40-44 anos, exceptuando a faixa etária dos 55-59 anos, em que a diferença é favorável aos homens (46,15%). A análise efetuada nas habilitações revela diferenças salariais a favor dos homens, constatando-se relativamente à remuneração média a percentagem mais elevada (28,37%) nos trabalhadores que possuem o 1º ciclo do ensino básico, valor que no ganho médio é mais elevado nos trabalhadores com o mestrado (32,39%). Nas remunerações médias mensais segundo categorias, verifica-se a maior diferença salarial a favor dos homens na categoria de assistente administrativo (33,16%), apesar de ser a única categoria com maior representação feminina.

#### Contratação Pública

Ponto refletido no capítulo V do presente relatório.

## Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A. elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente, e está em fase de elaboração a revisão do Plano com vista ao reforço das medidas implementadas.

Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução encontram-se devidamente publicados.

## Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2015, a Arsenal do Alfeite, S.A. recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”.

## Frota Automóvel

Não obstante a frota da Arsenal do Alfeite, S.A. não integrar o Parque de Veículos do Estado, foram tidas em consideração as orientações sobre a redução de viaturas e gastos associados, atento ao disposto no n.º 4 do Artigo 61º da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas pelo Despacho n.º 1182/13-SET, de 12 de junho, e Despacho n.º 1668/13-SER de 6 de setembro.

Assim, foram significativamente reduzidos os gastos associados à frota automóvel, nomeadamente pela redução do número de contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) existente na empresa, o qual passou de 22 em 2013 para apenas 7 em 2015.

Por outro lado, foram ainda reduzidos os valores das rendas contratuais das viaturas alocadas aos gestores e dirigentes.

Para além das viaturas em regime de AOV, dispõe a empresa de 22 veículos da sua propriedade, os quais transitaram do extinto Arsenal do Alfeite, com idade média superior a 20 anos e com despesas de manutenção significativas e imprevisíveis. De se denotar que a frota é maioritariamente constituída por veículos pesados de passageiros e mercadorias, os quais são alocados às atividades fabris que requerem a deslocação de trabalhadores e ferramentas.

#### Medidas de redução de gastos operacionais

À semelhança do ano anterior, e tendo em consideração o preconizado pelo n.º 1 do Artigo 61º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à redução dos gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue

PRC	Metas	(Valores expressos em euros)					
		2015	2014	2013	2012	2011	2010
<b>Execução</b>							
(1) CMVMC		1.174.932,08	1.124.271,68	1.189.952,43	1.168.562,09	1.068.335,35	2.278.641,27
(2) FSE		2.358.403,89	2.045.848,51	1.771.134,57	2.163.963,30	2.726.611,78	4.733.652,02
(3) Gastos com Pessoal		12.653.782,88	13.157.534,90	14.600.124,70	12.355.242,14	13.927.454,59	16.348.583,60
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)		16.187.118,85	16.327.655,09	17.561.211,70	15.687.767,53	17.722.401,72	23.360.876,89
(5) Volume de Negócios		15.754.775,31	18.647.117,72	12.886.696,87	10.324.699,47	13.731.273,16	26.885.406,10
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)		1,03	0,88	1,36	1,52	1,29	0,87
<b>Lei OE 2015 - Artº61 nº3</b>							
Comunicações	Em Linha com 2014	18.316,17	19.823,06	22.192,08	28.734,84	49.499,96	45.717,79
Deslocações/ Estadas	Em Linha com 2014	34.223,40	30.945,78	24.295,02	42.038,03	39.210,24	78.977,08
Ajudas de Custo	Em Linha com 2014	3.765,29	6.099,60	8.558,58	9.082,98	16.929,27	50.158,97
Número de trabalhadores <sup>1</sup>		500	516	558	594	608	n.a
Nº de Efetivos <sup>2</sup>		501	513	555	591	605	n.a
Nº de Cargos de Direção		3	3	3	3	3	n.a

<sup>1</sup> A caracterização deste elemento sofreu alterações pela DGTF em 2015.

<sup>2</sup> A caracterização deste elemento sofreu alterações pela DGTF em 2015.



Nº Trabalhadores/Cargos de Direção		166,67	172,00	186	198	206,66	n.a
<b>Viaturas</b>							
Nº de viaturas	Menor que 2014	29 <sup>3</sup>	29	44	n.a	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	Menor que 2014	83.289,80	106.191,90	215.721,32	n.a	n.a	n.a

A Arsenal do Alfeite, S.A. encerrou os exercícios dos anos de 2015 e 2014 com EBITDA positivo.

No que se refere ao nível dos gastos operacionais, verificou-se um decréscimo face ao ano de 2014 e ao ano de 2010. De 2014 para 2015, registou-se um aumento do rácio entre os gastos operacionais e o volume de negócios dada a diminuição deste último em 2015.

De se salientar que o ligeiro aumento da rubrica deslocações e estadas de 2015 em relação ao ano de 2014 é fruto da nova Visão da Empresa com enfoque na internacionalização, a qual levou a um esforço acrescido de promoção da Arsenal do Alfeite, S.A., no estrangeiro. Efetivamente, foram efetuadas diversas ações de desenvolvimento de negócio fora de Portugal, quer promovidas pela própria Arsenal do Alfeite, S.A. (deslocações a Marrocos) quer inseridas em ações desenvolvidas pela IdD/MDN (deslocações a Angola e à Argélia).

<sup>3</sup> Compreende 22 viaturas próprias e 7 viaturas em regime de AOV, quantitativos iguais aos de 2014.

(Valores expressos em euros)

PRC	2015/2014		2015/2010	
	Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
(1) CMVMC	50.660,40	4,51%	-1.103.709,19	-48,44%
(2) FSE	312.555,38	15,28%	-2.375.248,13	-50,18%
(3) Gastos com Pessoal	-503.752,02	-3,83%	-3.694.800,72	-22,60%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	-140.536,24	-0,86%	-7.173.758,04	-30,71%
(5) Volume de Negócios	-2.892.342,41	-15,51%	-11.130.630,79	-41,40%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	0,15	17,34%	0,16	18,25%
<b>Lei OE 2015 - Artº61 nº3</b>				
Comunicações	-1.506,89	-7,60%	-27.401,62	-59,94%
Deslocações/ Estadas	3.277,62	10,59%	-44.753,68	-56,67%
Ajudas de Custo	-2.334,31	-38,27%	-46.393,68	-92,49%
Número de trabalhadores	-16,00	-4,21%	-36,00	-6,06%
Nº de Efetivos	-12,00	-4,21%	-36,00	-6,05%
Nº de Cargos de Direção	0,00	5,88%	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores/Cargos de Direção	-5,33	-3,10%	n.a.	n.a.
<b>Viaturas</b>				
Nº de viaturas	0,00	0,00%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	-22.902,10	-21,57%	n.a.	n.a.

No referente à redução dos gastos associados à frota automóvel, evidencia-se que foi a mesma alcançada através da redução de viaturas, uma vez que a Arsenal do Alfeite, S.A., passou de 22 contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV), cujos prazos de vigência terminaram entre julho de 2013 e dezembro de 2014, para apenas 7 novos contratos.

#### Princípio da unidade de tesouraria do estado

Tendo em consideração o vertido no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no artigo 125º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, referente ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, sublinha-se o regime de exceção concedido à Arsenal do Alfeite, S.A., por via do Despacho n.º 218/16- SEATF, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças.

A Arsenal do Alfeite, SA, era, desde a sua constituição, titular de diversos depósitos bancários em várias entidades bancárias, tendo progressivamente encerrado todas as contas, apenas restando uma conta no Banco Santander Totta.

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu, como medida de consolidação das finanças públicas, a sujeição à Unidade de Tesouraria do Estado de todas as empresas públicas não financeiras com vista “à redução das necessidades de financiamento externo da República, além do seu reflexo positivo ao nível do custo líquido dessa mesma dívida”, o que foi estipulado através da alteração da Lei do Orçamento do Estado para 2014 e reiterada nas lei do orçamento do Estado seguintes. Sucede que o sistema em vigor na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., até 2014, inclusive, não apresentava as funcionalidades apresentadas pelas entidades bancárias, designadamente no que se refere à validação dos ficheiros de pagamentos a fornecedores.

No decurso de 2015, com as modificações introduzidas no sistema da IGCP, E.P.E., foi iniciada a alteração do procedimento interno desta empresa pública, tendo-se mantido apenas uma conta, no Banco Santander Totta, com, à data de 31 de dezembro de 2015, apenas cerca de 20.000€, única e exclusivamente para assegurar o pagamento de serviços (em especial os que exigem determinadas referências) e ao estrangeiro através de cartão de crédito virtual, o pagamento do sistema Via Verde, a reposição dos fundos de maneiio e o recebimento de pagamentos de clientes que ainda não utilizam a nossa conta na IGCP, E.P.E..

Assim, 99,9% das disponibilidades da Arsenal do Alfeite, SA, estão na IGCP, E.P.E. (em conta corrente e aplicações) pelo que se considera, atenta a *ratio legis* da norma que prevê o Princípio da Unidade da Tesouraria, o cumprimento deste princípio. Importa, sublinhe-se, assegurar que a nossa obrigação de serviço público, de modo a assegurar a operacionalidade da Marinha, é cumprida e para esse efeito é possível, dado sermos uma empresa de carácter industrial, termos de recorrer a numerário de valor acima do

limite diário permitido pelo sistema Multibanco e ao frequente uso de fundos de maneiio. Encontramo-nos, assim, à cautela, nos últimos meses, a estudar os efeitos na nossa operacionalidade da redução nos valores disponíveis culminando com a adesão ao cartão IGCP Charge Card, entretanto lançado, e que deverá permitir, dadas as suas novas funcionalidades, após uma primeira fase de testes, o encerramento da referida conta.

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não se verificaram, no ano de 2015, quaisquer recomendações decorrentes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A	Data Atualização	
Estatutos	S	--	Os estatutos não sofreram qualquer alteração desde a data da sua aprovação (2009)
Caracterização da Empresa	S	--	Sem alterações desde a data da sua constituição em 2009.
Função de tutela e acionista	S	--	Não se registaram alterações na função de tutela e acionista desde 2009.
Modelo de Governo/ Membros dos Órgãos Sociais	S	abril 2015	Nomeação dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017 em

24 de abril de 2015.

Identificação dos Órgãos Sociais	S	abril 2015	Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Estatuto Remuneratório Fixado	S	abril 2015	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	abril 2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	abril 2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	abril 2015	
			Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Esforço Financeiro Público	S	2015	
			Sem alterações desde a data da sua constituição em 2009.
			Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Informação Financeira histórica e atual	S	2015	
			Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Princípios de Bom Governo		2015	

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2015	Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Transações relevantes com entidades relacionadas		2015	Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Outras transações	S	2015	Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios			Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.
Económico	S	2015	
Social	S	2015	
Ambiental	S	2015	
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2015	Informações constantes do Relatório de Governo Societário.
Código de Ética	S	--	

## XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

## XII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

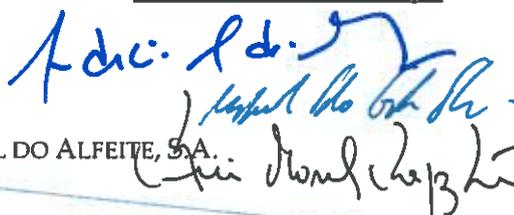
	Notas	31.12.2015	31.12.2014
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	80 502 901,28	82 910 932,55
Ativos intangíveis	9	1 707,19	1 899,40
Participações financeiras - outros métodos	10	2 697,05	854,35
Ativos por impostos diferidos	24	18 054,45	4 190,98
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>80 525 359,97</b>	<b>82 917 877,28</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	12	362 669,54	404 538,24
Clientes	13	118 936,74	414 268,83
Adiantamentos a fornecedores	14	455,11	93 065,54
Estado e outros entes públicos	21	203 679,69	-
Outras contas a receber	15	15 500 661,99	18 639 589,20
Diferimentos	23	6 559,32	19 112,11
Caixa e equivalentes a caixa	6	11 046 914,76	6 321 266,17
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>27 239 877,15</b>	<b>25 891 840,09</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>107 765 237,12</b>	<b>108 809 717,37</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	16	32 400 000,00	32 400 000,00
Reserva legal	16	296 663,40	178 325,86
Resultados Transitados	16	-7 786 262,13	-10 034 675,37
Outras variações no capital próprio	17	59 640 659,29	61 797 756,60
Resultado líquido do período		49 786,47	2 366 750,78
<b>Total do capital próprio</b>		<b>84 600 847,03</b>	<b>86 708 157,87</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	18	80 242,00	-
Outras contas a pagar	17	16 690 030,11	17 261 284,17
		16 770 272,11	17 261 284,17
<b>Passivos correntes</b>			
Fornecedores	19	257 976,31	242 676,84
Adiantamentos de clientes	20	105 960,35	295 389,51
Estado e outros entes públicos	21	1 075 686,10	802 539,51
Outras contas a pagar	22	2 632 712,67	2 762 363,14
Diferimentos	23	2 321 782,55	737 306,33
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>6 394 117,98</b>	<b>4 840 275,33</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>23 164 390,09</b>	<b>22 101 559,50</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>107 765 237,12</b>	<b>108 809 717,37</b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
e 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em euros)

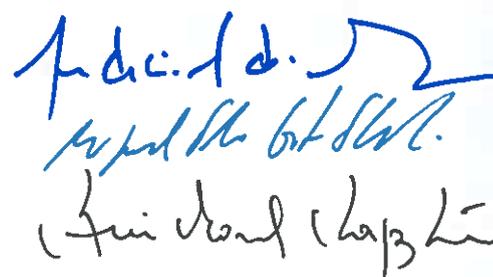
	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Vendas e Serviços prestados	25	15.754.775,31	18.647.117,72
Subsídios à exploração	26	22.272,03	16.343,78
Trabalhos para a própria entidade	8	794.071,32	213.046,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1.174.932,08	-1.124.271,68
Fornecimentos e serviços externos	27	-2.358.403,89	-2.045.848,51
Gastos com pessoal	28	-12.653.782,88	-13.157.534,90
Imparidade de dívidas a receber	13	9.799,10	-
Provisões	18	-80.242,00	-
Outros rendimentos e ganhos	29	2.835.246,26	3.148.489,76
Outros gastos e perdas		-47.742,77	-19.654,84
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.101.060,40</b>	<b>5.677.687,43</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	-3.363.281,40	-3.401.408,01
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-262.221,00</b>	<b>2.276.279,42</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	31	332.520,99	363.518,47
Juros e gastos similares suportados		-1.376,75	-2.795,86
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>68.923,24</b>	<b>2.637.002,03</b>
Imposto sobre o rendimento do período	24	-19.136,77	-270.251,25
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>49.786,47</b>	<b>2.366.750,78</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



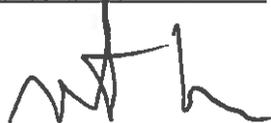
## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros)

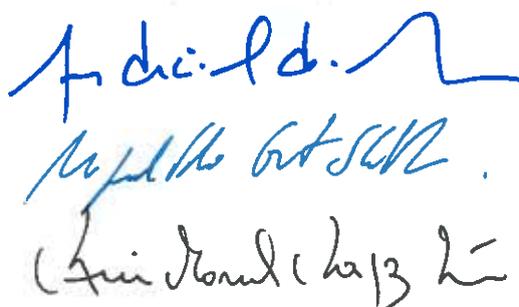
	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	16 e 17	32.400.000,00	178.325,86	- 10.034.675,37	61.797.756,60	2.366.750,78	86.708.157,87
<b>Alterações no Período</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				626.254,06		626.254,06
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				- 2.783.351,37		- 2.783.351,37
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2014			118.337,54	2.248.413,24		- 2.366.750,78	0,00
			118.337,54	2.248.413,24	- 2.157.097,31	- 2.366.750,78	- 2.157.097,31
<b>Resultado Líquido do Período</b>						49.786,47	49.786,47
<b>Resultado Integral</b>							- 2.107.310,84
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	16 e 17	32.400.000,00	296.663,40	- 7.786.262,13	59.640.659,29	49.786,47	84.600.847,03

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em euros)

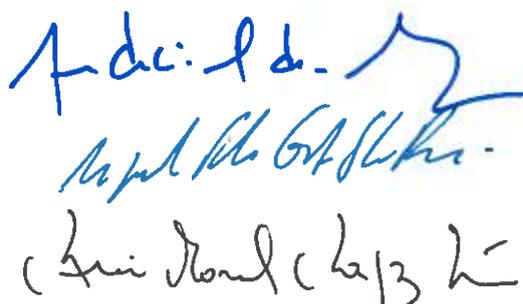
	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	16 e 17	32 400.000,00	178 325,86	- 5 144 241,80	62 325 991,67	-4 890 433,57	84.869 642,16
<b>Alterações no Período</b>							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				2.283 706,50		2.283.706,50
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				- 2.811 941,57		- 2.811.941,57
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2013		-	-	- 4 890.433,57		4 890 433,57	0,00
		-	-	- 4.890.433,57	-528 235,07	4 890 433,57	-528.235,07
<b>Resultado Líquido do Período</b>						2.366.750,78	2.366.750,78
<b>Resultado Integral</b>							1.838.515,71
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	16 e 17	32.400.000,00	178.325,86	-10.034.675,37	61.797.756,60	2.366.750,78	86.708.157,87

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2014.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2015 EURO	2014 EURO
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto:			
Recebimentos de clientes		20.318.816,08	21.693.226,03
Pagamentos a fornecedores		-4.134.043,77	-4.476.579,56
Pagamentos ao Pessoal		-7.141.292,52	-7.324.873,80
Caixa gerada pelas operações		9.043.479,79	9.891.772,67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-444.025,49	-77.013,40
Pagamentos de IVA e retenções de impostos e taxas		-7.611.591,20	-9.012.792,41
Outros receb./pagam. relativos à atividade operacional		-92.031,62	-213.262,74
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		895.831,48	588.704,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		3.747,61	10.605,49
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-179.758,82	-35.472,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-176.011,21	-24.867,10
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		4.005.828,32	
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		4.005.828,32	0,00
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		4.725.648,59	563.837,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.321.266,17	5.757.429,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	11.046.914,76	6.321.266,17

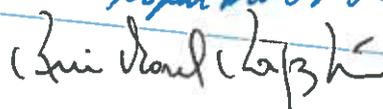
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

## XIII - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

*[Handwritten signature and initials]*

### XIII - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A. com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A. com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o *cluster* naval da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à Arsenal do Alfeite, S.A. a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro da empresa. Integram ainda a concessão as instalações da área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A. integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

Em 2015, apreciado o estudo da situação competitiva e cenários de evolução e soluções de reestruturação da Arsenal do Alfeite, SA, pela sociedade Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Ld.ª, foi determinado, através do Despacho de 12 de maio de 2015, de S. Ex.ª, a então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado como Despacho n.º 5051-A/2015, no Diário da República, 2.ª série, de 13 de maio de 2015) que fossem criadas as condições para, a médio prazo, implementar uma Plataforma Naval Global, através da criação de um polo de manutenção e reparação naval militar e civil, com a separação entre a área de operação e a infraestrutura, a qual poderá ser utilizada por outros operadores.

No referido despacho visa-se também estabelecer um centro de competências navais que explore sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas e uma plataforma de promoção do empreendedorismo e formação de recursos humanos, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

Foram publicadas as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 42/2014, de 27 de junho e n.º 50/2015, de 9 de julho, relativas ao processo de liquidação da EMPORDEF –

Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., dando orientações políticas tendentes à devolução de uma parte substancial do capital social da empresa, emprestado anteriormente à acionista.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), regulado nos seguintes diplomas legais:

- ❖ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificações n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto;
- ❖ Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro;
- ❖ Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro;
- ❖ Aviso n.º 16555/2009, de 7 de setembro;
- ❖ Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- ❖ Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro.

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") que integram o SNC.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações Financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

### 3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens reversíveis*, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os *bens reversíveis* e os *bens próprios* encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios

*p. v.*  
*M*  
*(21)*

diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Anos de vida útil
<u><i>Bens Concessionados</i></u>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos	4 - 30

	Anos de vida útil
<u><i>Bens Próprios e Bens Reversíveis</i></u>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos	1 - 8

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

M  
C11

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

### 3.2 Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### 3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

### 3.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

### 3.5 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

### 3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

#### **Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

*P. V.*  
*MX*  
*CLZ*

**Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

**Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

**3.7 Imparidade de ativos financeiros**

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor

recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

### 3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.



### 3.9 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

### 3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão

desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

### 3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;

- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.12 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

## 3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos por impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

#### 4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

##### 4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão referidos na Nota 13.

A 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

#### 4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

#### 5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme disposições constantes no esclarecimento n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística datado de 15 de abril de 2013, a Empresa procedeu à alteração da forma de reconhecimento do subsídio do governo não monetário relacionado com ativos não correntes depreciables (bens concessionados).

O subsídio associado à concessão de ativos não correntes (bens concessionados) é reconhecido nos capitais próprios ajustado do respetivo imposto. Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento é também reconhecido o correspondente imposto e os gastos que se pretende que eles compensem (depreciações).

De forma a refletir adequadamente os efeitos da alteração de política contabilística, a Arsenal do Alfeite, S.A. procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras do exercício de 2012.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem foram identificados quaisquer erros.

#### 6. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	5.750,00	5.750,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.691.164,76	665.516,17
Depósitos bancários - IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	-
Aplicações de Tesouraria	9.250.000,00	5.650.000,00
	<u>11.046.914,76</u>	<u>6.321.266,17</u>

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

Para cumprimento do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de julho, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a

constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma, foi constituído no corrente exercício um fundo próprio, no montante de 100.000,00 €.

### 7. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2015 e de 2014 podem ser detalhados como segue:

Entidade	2015				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDIF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação	14.802.201,08	-	-	60,00	325.997,19
EMPORDEF – Engenharia Naval, S.A.	-	2.390,72	2.390,72	-	-
FID – Imp. de Investigação e Desenvol. de Eletrónica, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	177.321,51	-	355,00	-	-
IDD – Plataforma das Industrias de Defesa	-	-	-	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	0,00	-	-	450,00	-
OGMA-Industria Aeronautica de Portugal, S.A.	5.491,95	-	-	36.245,00	-
	14.985.014,54	2.390,72	2.745,72	36.755,00	325.997,19

Entidade	2014				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados e)	Juros debitados
EMPORDIF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação	18.481.958,41	-	-	-	349.097,48
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	457.263,36	-	-	231.295,00	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	-	-	-	850,00	-
OGMA-Industria Aeronautica de Portugal, S.A.	-	-	-	36.380,00	-
	18.939.221,77	0,00	0,00	268.525,00	349.097,48

a) – Inclui os saldos das seguintes rubricas:

## RELATORIO E CONTAS 2015

2015

	2015
Clientes	73,8
Acionistas ( Nota 15)	14.802.127,28
	14.802.201,08

## 8. Ativos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Ativo Bruto</b>								
Saldo inicial	17.644.562,25	51.424.115,95	17.663.436,25	561.705,53	2.601.690,32	9.857.127,25	449.131,60	100.201.769,15
Aquisições/Valorizações	0,00	0,00	16.538,02	0,00	2.085,30	25.143,60	910.602,80	954.369,72
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	787.151,50	317.570,30	0,00	0,00	0,00	(1.104.721,80)	0,00
Saldo final	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87
<b>Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>								
Saldo inicial	1.105.293,46	6.589.321,02	5.560.744,25	244.741,58	1.298.173,21	2.492.563,08	0,00	17.290.836,60
Depreciações do exercício	349.040,04	1.293.054,06	1.060.881,09	41.276,31	170.581,97	447.567,52	0,00	3.362.400,99
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60	0,00	20.653.237,59
<b>Ativos Líquidos</b>	16.190.228,75	44.328.892,37	11.375.919,23	275.687,64	1.135.020,44	6.942.140,25	255.012,60	80.502.901,28

## 2014

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Ativo Bruto</b>								
Saldo inicial	17.644.562,25	51.424.115,95	17.656.161,25	561.705,53	2.593.543,50	9.845.930,57	236.085,50	99.962.104,55
Aquisições/Valorizações	0,00	0,00	7.275,00	0,00	8.146,82	11.196,68	213.046,10	239.664,60
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo final</b>	<b>17.644.562,25</b>	<b>51.424.115,95</b>	<b>17.663.436,25</b>	<b>561.705,53</b>	<b>2.601.690,32</b>	<b>9.857.127,25</b>	<b>449.131,60</b>	<b>100.201.769,15</b>
<b>Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>								
Saldo inicial	756.253,42	5.299.622,64	4.499.824,67	200.551,54	1.098.741,74	2.039.206,00	0,00	13.894.200,01
Depreciações do exercício	349.040,04	1.289.698,38	1.060.919,58	44.190,04	199.431,47	453.357,08	0,00	3.396.636,59
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo final</b>	<b>1.105.293,46</b>	<b>6.589.321,02</b>	<b>5.560.744,25</b>	<b>244.741,58</b>	<b>1.298.173,21</b>	<b>2.492.563,08</b>	<b>0,00</b>	<b>17.290.836,60</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>16.539.268,79</b>	<b>44.834.794,93</b>	<b>12.102.692,00</b>	<b>316.963,95</b>	<b>1.303.517,11</b>	<b>7.364.564,17</b>	<b>449.131,60</b>	<b>82.910.932,55</b>

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2015, os movimentos registados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

*M. J.*  
*22*

	Saldo Inicial	Aumentos do ano	Transferência para Ativos Fixos	Saldo Final
Projeto de ampliação e aprofundamento do cais	236 085,50	-	-	236 085,50
Modernização da oficina da galvanoplastia	90 172,70	589 347,95	679 520,65	-
Beneficiação - Guindaste n.º 10	107.317,80	210.252,50	317.570,30	-
Aquisição e montagem de caudalímetro na ETAR	15.555,60	25.334,55	40.890,15	-
Reparação e Beneficiação - Edif. Administração	-	66 740,70	66.740,70	-
Remodelação - Parque Resíduos	-	4 734,70	-	4 734,70
Dragagem do Poço de Sedimentação - D Seca	-	13.477,40	-	13.477,40
Outros	-	715,00	-	715,00
	449.131,60	910.602,80	1.104.721,80	255.012,60

Os aumentos do ano incluem trabalhos para a própria entidade no montante de 794.071,32 €. Destacam-se, pela sua materialidade, os trabalhos de modernização da oficina de galvanoplastia e de beneficiação do guindaste n.º 10, os quais foram concluídos no ano de 2015.

As Depreciações do período, no montante de 3.362.400,99 €, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 30).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os ativos fixos tangíveis brutos apresentavam a seguinte composição:

## RELATORIO E CONTAS 2015

2015

31.12.2015

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Ativo Bruto</b>								
Bens concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens reversíveis	1.745.200,25	2.821.123,75	765.852,93	29.722,75	293.537,80	76.366,94	255.012,60	5.986.817,02
Bens próprios	0,00	0,00	25.228,39	33.161,08	68.965,01	21.639,93	0,00	148.994,41
	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87
<b>Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>								
Bens concessionados	0,00	7.511.765,11	6.260.995,47	223.134,06	1.186.328,02	2.882.415,38		18.064.638,04
Bens reversíveis	1.454.333,50	370.609,97	340.432,94	29.722,75	231.261,49	36.740,37		2.463.101,02
Bens próprios	0,00	0,00	20.196,93	33.161,08	51.165,67	20.974,85		125.498,53
	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60		20.653.237,59
<b>Ativos Líquidos</b>	16.190.228,75	44.328.892,37	11.375.919,23	275.687,64	1.135.020,44	6.942.140,25	255.012,60	80.502.901,28

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.



## RELATORIO E CONTAS 2015

2015

31.12.2014

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
<b>Ativo Bruto</b>								
Bens concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens reversíveis	1.745.200,25	2.033.972,25	432.099,61	29.722,75	293.537,80	51.223,34	449.131,60	5.034.887,60
Bens próprios	0,00	0,00	24.873,39	33.161,08	66.879,71	21.639,93	0,00	146.551,11
	<b>17.644.562,25</b>	<b>51.424.115,95</b>	<b>17.663.436,25</b>	<b>561.705,53</b>	<b>2.601.690,32</b>	<b>9.857.127,25</b>	<b>449.131,60</b>	<b>100.201.769,15</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>								
Bens concessionados	0,00	6.325.840,99	5.275.494,76	188.669,36	1.041.572,40	2.449.709,16	0,00	15.281.286,67
Bens reversíveis	1.105.293,46	263.480,03	267.930,32	22.911,14	213.124,66	23.064,84	0,00	1.895.804,45
Bens próprios	0,00	0,00	17.319,17	33.161,08	43.476,15	19.789,08	0,00	113.745,48
	<b>1.105.293,46</b>	<b>6.589.321,02</b>	<b>5.560.744,25</b>	<b>244.741,58</b>	<b>1.298.173,21</b>	<b>2.492.563,08</b>	<b>0,00</b>	<b>17.290.836,60</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>16.539.268,79</b>	<b>44.834.794,93</b>	<b>12.102.692,00</b>	<b>316.963,95</b>	<b>1.303.517,11</b>	<b>7.364.564,17</b>	<b>449.131,60</b>	<b>82.910.932,55</b>

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados – encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

P. L.  
M.  
C. L.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

### 9. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2015	2014
<b>Ativo Bruto</b>		
Saldo inicial	79.821,10	77.810,00
Aquisições	688,20	2.011,10
Saldo final	80.509,30	79.821,10
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>		
Saldo inicial	77.921,70	73.150,28
Amortizações do exercício	880,41	4.771,42
Saldo final	78.802,11	77.921,70
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>1.707,19</b>	<b>1.899,40</b>

As amortizações do período, no montante de 880,41€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 30).

#### 10. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2015	2014
Participação associativa - Relacre	500,00	500,00
Fundo de compensação do trabalho	2.197,05	354,35
	<b>2.697,05</b>	<b>854,35</b>

#### 11. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades futuras ascendem a 96.517,20€, repartidas da seguinte forma por anos:

	Rendas Vincendas		
	2016	2017	2018
Finlog - 3 contratos	20.254,32	20.254,32	10.127,16
Finlog - 4 contratos	23.938,12	21.943,28	-
	<b>44.192,44</b>	<b>42.197,60</b>	<b>10.127,16</b>

*[Handwritten signature]*  
 (27)

No exercício de 2015 foram reconhecidos gastos com rendas com aluguer operacional de viaturas no montante de 44.252,88€ (57.087,58€ em 2014).

## 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

	2015	2014
Matérias-primas, sub e consumo	362.669,54	403.617,49
Adiantamentos p/ conta de compras	-	920,75
	<b>362.669,54</b>	<b>404.538,24</b>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 detalha-se conforme se segue:

	2015		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	403.617,49	403.617,49
Compras	-	1.140.609,34	1.140.609,34
Regularização de existências	-	-6.625,21	-6.625,21
Existências finais	-	362.669,54	362.669,54
<b>Custo do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>1.174.932,08</b>	<b>1.174.932,08</b>

2014			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	420.509,17	420.509,17
Compras	10.818,00	1.078.379,98	1.089.197,98
Regularização de existências	-	18.182,02	18.182,02
Existências finais	-	403.617,49	403.617,49
<b>Custo do Exercício</b>	<b>10.818,00</b>	<b>1.113.453,68</b>	<b>1.124.271,68</b>

### 13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2015	2014
Clientes	477.314,58	508.069,67
Clientes do Grupo (Nota 7)	182.887,26	457.263,36
Perdas por Imparidade	-541.265,10	-551.064,20
	<b>118.936,74</b>	<b>414.268,83</b>

Comparativamente ao ano de 2014, salienta-se o decréscimo dos saldos de Clientes do Grupo no montante de 274.375 €, justificado pelo recebimento da fatura emitida em 2014 aos ENVC referente à cedência de espaço (Nota 29).

A rubrica de "Clientes" apresenta o seguinte detalhe:

Sonaservice	56.496,47
Atlantic Eagle Shipbuilding	55.000,00
Clientes de cobrança duvidosa	363.943,59
Outros	1.874,52
	<b>477.314,58</b>

O saldo devido pela Sonaservice – Société Navale de Service referente aos serviços de repara o do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”, foi liquidado no mês de Janeiro de 2016.

Durante o ano de 2015 registaram-se os seguintes movimentos na rubrica de perdas por imparidade:

	2015			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	177.321,51	-	-	177.321,51
Naveiro Transportes Marítimos	324.841,62	-	-	324.841,62
Estaleiros Navais de Peniche	9.799,10	-	-9.799,10	-
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies	37.253,16	-	-	37.253,16
	<b>551.064,20</b>	<b>0,00</b>	<b>-9.799,10</b>	<b>541.265,10</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido em “Imparidade de D vidas a Receber” na Demonstr o dos Resultados” foi o seguinte:

*P.V.*  
*M.*  
*C.H.*

	2015	2014
Imparidade - dívidas a receber	- 9.799,10	-

#### 14. Adiantamentos a Fornecedores

A variação da rubrica "Adiantamentos a fornecedores" é justificada pela conclusão dos serviços de fornecimento e montagem de compartimentos habitacionais a bordo do navio "El Lahiq", pela empresa "Vianadecon - Construção Naval, S.A."

Em 2015, com a faturação e liquidação dos serviços, o adiantamento no montante (92.700,00€) foi regularizado.

#### 15. Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outras Contas a Receber" apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Acionistas (Nota 7)	14.802.127,28	18.481.958,41
Juros a receber	-	634,99
Pessoal	2.744,63	-
Prestações de serviços em curso (Nota 32)	695.097,00	156.278,50
Outros	693,08	717,30
	15.500.661,99	18.639.589,20

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Acionistas" tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Capital	13.057.233,35	17.063.061,67
Capital	200.000,00	200.000,00
Juros - vencidos em 2011	172.526,52	172.526,52
Juros - vencidos em 2012	348.175,26	348.175,26
Juros - vencidos em 2013	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2014 (Nota 31)	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2015 (Nota 31)	325.997,19	-
	14.802.127,28	18.481.958,41

A variação registada, face ao ano anterior, deve-se essencialmente à amortização de parte da dívida pela Empordef (4.005.828,32€) e ao reconhecimento de juros contratuais referentes ao exercício de 2015 (325.997,19€).

No dia 10 de janeiro de 2013 foi celebrado um contrato de mútuo entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A.. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes deliberações unânimes por escrito, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, os seguintes empréstimos:

*P. V.*  
*18*  
*(12)*

Data de Deliberação Unânime	Capital Inicial	Liquidação em 25.Fev.2011	SALDO 31-Dez-2014	Liquidação em 15.Set.2015	Liquidação em 01.Out.2015	Saldo a 31-Dez-2015
<b>Capital</b>						
22 de Junho de 2010	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-3.000.000,00	-	-
29 de Outubro de 2012	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-204.662,66	-795.337,34	-
10 de Novembro de 2010	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00
24 de Novembro de 2010	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
15 de Dezembro de 2010	2.500.000,00	-	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00
16 de Dezembro de 2010	4.500.000,00	-	4.500.000,00	-	-	4.500.000,00
26 de Janeiro de 2011	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
26 de Janeiro de 2011	1.000.000,00	-936.938,33	63.061,67	-	-5.828,32	57.233,35
	18.000.000,00	-936.938,33	17.063.061,67	-3.204.662,66	-801.165,66	13.057.233,35

Acresce que no dia 16 de março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., no qual, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses.

Os empréstimos vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela Arsenal do Alfeite, S.A.

#### 16. Composição do Capital Social, Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

P.L.  
M  
C??

No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2015	2014
Saldo inicial	178.325,86	178.325,86
Aplicação do resultado líquido	118.337,54	-
Saldo final	296.663,40	178.325,86

Durante o período houve reforço das reservas legais no montante de 118.337,54€ conforme decisão da Assembleia Geral do dia 20 de março de 2015.

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2015	2014
Saldo inicial	-10.034.675,37	-5.144.241,80
Aplicação do resultado líquido	2.248.413,24	-4.890.433,57
Saldo final	-7.786.262,13	-10.034.675,37

Conforme decisão da Assembleia Geral do dia 20 de março de 2015 foi aplicado 95% do total do resultado líquido de 2014 (2.248.413,24€) na conta de resultados transitados.

*P.V.*  
*M*  
*(11)*

## 17. Outras Variações de Capital Próprio

De acordo com o esclarecimento n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística de abril de 2013, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados devem ser reconhecidos nos capitais próprios ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “ Outras variações no capital próprio” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) passam a refletir o referido imposto.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a informação relativa ao subsídio obtido do governo era como segue:

	31/12/2014	Rédito do ano	Ajustamento ano	31/12/2015
--	------------	------------------	--------------------	------------

Capital próprio

Outras variações no capital próprio				
Subsídios não monetários	79.739.040,77	-2.783.351,37		76.955.689,40
Ajustamentos em subsídios	-17.941.284,17		626.254,06	-17.315.030,11
	61.797.756,60	-2.783.351,37	626.254,06	59.640.659,29

*p.l.*  
*ly*  
*(11)*

Passivos não correntes

Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	17.261.284,17	-	-571.254,06	16.690.030,11
	17.261.284,17	-	-571.254,06	16.690.030,11

Passivos correntes

Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota22)	680.000,00	-	-55.000,00	625.000,00
Total de passivos correntes	680.000,00	-	-55.000,00	625.000,00

No exercício de 2015 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.783.351,37€ (Nota 29).

## 18. Provisões

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2015 no montante de 80.242€ corresponde à perda esperada num contrato de prestação de serviços. O valor apresentado resulta das seguintes estimativas:

	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2016
Rédito do Contrato	6.782.370	6.239.782	542.588
Gastos do Contrato	7.785.137	7.162.307	622.830
Resultado (Nota 32)	-1.002.767	-922.525	-80.242

## 19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O

Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2015 e de 2014, nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2015	2014	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	43,18	52,16	-8,98	-17,2

#### 20. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de “Adiantamentos de Clientes” diz respeito ao adiantamento recebido da Sonaservice – Sociéte Navale de Service referente à reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”.

O movimento ocorrido foi o seguinte:

Valor inicial do adiantamento com a assinatura do contrato - 2013	897.546,98
Regularização do adiantamento proporcionalmente aos trabalhos realizados em 2014	-602.157,47
Regularização do adiantamento proporcionalmente aos trabalhos realizados em 2015	-189.429,16
	105.960,35

#### 21. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	203.679,69	-	-	210.359,56
Retenção do IRS	-	127.997,61	-	132.532,95
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	689.584,15	-	200.660,13
CGA - Caixa geral de aposentações	-	222.205,40	-	228.183,10
ADSE	-	18,61	-	-
Segurança social	-	35.718,28	-	30.735,96
Fundos de Compensação	-	162,05	-	67,81
	203.679,69	1.075.686,10	0,00	802.539,51

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 24)	-	33.000,24	-	264.283,22
Pagamento especial por conta	38.094,24	-	48.016,80	-
Pagamentos por conta	194.772,00	-	-	-
Retenções na fonte	3.813,69	-	5.906,86	-
	236.679,93	33.000,24	53.923,66	264.283,22
IRC	203.679,69	-	-	-210.359,56

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica "IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado" registou um aumento motivado essencialmente pela concentração da faturação no mês de dezembro.

## 22. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outras Contas a Pagar” do passivo corrente apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	879,45	1.666,45
Remunerações a liquidar a)	1.635.400,00	1.678.600,00
Renda - contrato de concessão b)	78.773,88	93.235,59
Outros acréscimos e gastos c)	275.367,66	185.343,00
Clientes - saldos credores	-	106.788,03
Outros devedores e credores d)	642.291,68	696.730,07
	<u>2.632.712,67</u>	<u>2.762.363,14</u>

- a) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2015 a liquidar em 2016. O decréscimo da rubrica decorre da diminuição do número de trabalhadores.
- b) Inclui o gasto do exercício de 2015 referente à renda da concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.º do contrato de concessão (Nota 27).
- c) Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 3º trimestre de 2013 (75.000,00€), gastos com seguros (28.732,99€) e gastos com subcontratação (113.661,94€) referentes ao exercício de 2015 mas faturados em 2016.
- d) Inclui

	2015	2014
<b>Outros devedores e credores</b>		
Ajustamentos em subsídios (Nota17)	625.000,00	680.000,00
Outros	17.291,68	16.730,07
	642.291,68	696.730,07

O ajustamento (€ 55.000,00) do subsídio classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

### 23. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
<b><u>Diferimentos ativos</u></b>		
Outros gastos a reconhecer	6.559,32	19.112,11
	6.559,32	19.112,11
<b><u>Diferimentos passivos</u></b>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 32)	2.320.992,00	736.515,78
Outros rendimentos diferidos	790,55	790,55
	2.321.782,55	737.306,33

### 24. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	68.923,24	2.637.002,03
Ajustamentos fiscais	75.195,80	-9.953,41
Resultado antes de imposto - fiscal	144.119,04	2.627.048,62
Dedução de prejuízos fiscais	-100.883,34	-1.838.934,04
	43.235,70	788.114,58
Taxa nominal de imposto	21,00%	23,00%
Imposto esperado	9.079,59	183.555,64
Derrama - 1,5%	2.089,73	38.092,21
Derrama estadual	-	33.811,46
	11.169,32	255.459,31
Diferenças permanentes	2.851,88	3.030,05
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	-13.863,47	5.968,03
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	21.831,01	11.113,19
Outras	-2.851,97	-5.319,33
Prejuízos fiscais gerados sem imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do exercício	19.136,77	270.251,25
Taxa efetiva de imposto	27,77%	10,25%

IMPOSTO	2015	2014
Imposto corrente do exercício	33.000,24	264.283,22
Imposto diferido gerado no exercício	-13.863,47	5.968,03
	19.136,77	270.251,25

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2011	193.985,86	-100.883,34	93.102,52	-
Prejuízo Fiscal do ano 2012 a)	5.470.396,64	-	5.470.396,64	2017
Prejuízo Fiscal do ano 2013 a)	4.824.760,38	-	4.824.760,38	2018
	10.489.142,88	-100.886,34	10.388.256,54	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2012 e 2013 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2017 e 2018, respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2015	2014
Perdas por Imparidade e Provisões	18.054,45	4.190,98
	18.054,45	4.190,98

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foi como se segue:

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	4.190,98	10.159,01
Movimentos do exercício		
Perdas por Imparidade	-4.190,98	-5.968,03
Provisões	18.054,45	
Saldo em 31 de Dezembro	18.054,45	4.190,98

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2012 a 2015 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014   detalhado conforme se segue:

	2015			2014		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	1.232,70	-	1.232,70	36.626,15	-	36.626,15
Prestações de Servios	13.103.948,62	2.649.593,99	15.753.542,61	15.016.809,18	3.593.682,39	18.610.491,57
Outros	-	-	-	-	-	-
	13.105.181,32	2.649.593,99	15.754.775,31	15.053.435,33	3.593.682,39	18.647.117,72

As prestaes de servios distribuem-se da seguinte forma:

	2015	2014
D1 - Reparao Naval – militar nacional	12.735.019,56	14.766.787,59
D1 - Reparao Naval - militar internacional	2.649.593,99	3.590.182,39
D2 - Reparao Naval - não militar	38.025,92	71.229,56
D3 – Construo -Projetos	133.500,00	-
D4 - Manuteno Industrial	1.500,00	5.415,90
D5 - Laboratórios	80.668,01	94.992,44
D6 - Outros	115.235,13	81.883,69
	15.753.542,61	18.610.491,57

Em 2015, os servios prestados registaram um decréscimo de 2.856.948,96 , face ao ano anterior, devido sobretudo   diminuio significativa no negócio de reparao naval –

militar, que decresceu 16% relativamente ao ano transato, por quebra de intervenções nas reparações para os clientes Marinha Portuguesa e Marinha Real de Marrocos.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2015 e a 2014:

	2015	2014
NRP - António Enes	-	6.568.647,63
NRP - Zaire	1.656.300,00	1.361.166,97
NRP - Hidra	-	218.413,01
NRP - Sagres	-	574.123,51
NRP - Alvares Cabral a)	710.603,00	-
NRP - Tejo a)	616.395,00	-
NRP - Corte Real a)	2.664.486,00	-
PHM EL Lahiq a)	2.649.593,99	3.590.182,39
	<u>8.297.377,99</u>	<u>12.312.533,51</u>
Outros trabalhos - SRU'S e Eventuais	7.087.235,56	6.044.436,47
	<u>15.384.613,55</u>	<u>18.356.969,98</u>

a) – contratos de prestação de serviços em curso (Nota 32)

## 26. Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica é o seguinte:

	2015	2014
I.E.F.P.	12.323,25	16.343,78
Eurovip	9.948,78	-
	22.272,03	16.343,78

No exercício de 2015 o montante de 12.323,25 € (16.343,78 € em 2013), resulta da celebração de programas de estágio profissional e de estímulo ao emprego, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.).

Durante o ano de 2015 foram recebidas verbas no âmbito do projeto EUROVIP. Este projeto visa coordenar Pequenas e Médias Empresas (PME) na área europeia marítima, associações, grandes empresas e instituições de pesquisa, para promover a aplicação dos resultados da investigação e das tecnologias inovadoras nas PME, através da transferência de serviços, de tecnologia e de informação, bem como através da colaboração técnica e operacional.

## 27. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	2015	2014
Subcontratos	922.141,40	588.929,77
Trabalhos Especializados	120.659,47	77.236,26
Publicidade e Propaganda	6.500,58	4.746,12
Vigilância e Segurança	94.293,12	94.305,31
Honorários	48.593,40	48.448,00
Conservação e Reparação	65.241,94	86.702,40
Materiais	28.399,53	44.116,50
Eletricidade	361.551,39	368.488,08
Combustíveis	23.759,41	30.961,22
Gás	48.483,45	46.741,83
Deslocações, Estadas e Transporte	34.252,17	31.971,75
Rendas e Alugueres	140.340,34	171.154,02
Comunicação	18.316,17	19.823,06
Seguros	123.275,53	172.835,08
Contencioso e Notariado	1.111,42	1.260,00
Despesas de Representação	5.245,86	6.858,80
Limpeza, Higiene e Conforto	311.292,74	245.075,16
Diversos	4.945,97	6.195,15
	2.358.403,89	2.045.848,51

Em 2015 houve um incremento de 15% dos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato.

Os principais motivos para esta variação foram os seguintes:

- ❖ A nível dos "Subcontratos" verificou-se um incremento de 333.211,63€ diretamente relacionado com aquisição dos serviços de aprestamento dos compartimentos habitacionais do patrulha EL-Lahiq;

- ❖ Relativamente às rubricas “Trabalhos Especializados” e “Limpeza, Higiene e Conforto”, 90.990,55€ do incremento estão relacionados com aquisição de serviços de: (i) caracterização de emissões gasosas (7.500€), (ii) apoio à obtenção de licenciamento industrial (23.237,50€), (iii) recolha e tratamento de águas residuais (49.840,05€) e (iv) recolha e encaminhamento de materiais de construção contendo amianto (10.413€). Estes serviços foram adquiridos no ano de 2015 e estão também inseridos em diversas ações realizadas pela Empresa com vista a melhorar o seu desempenho ambiental;
- ❖ A diminuição verificada em 2015 nas rubricas de “Conservação e Reparação” e “Materiais” em comparação com 2014 justifica-se pela redução dos gastos de reparação com equipamento do estaleiro (Gruas, Plataformas, Carros Elétricos, Báscula de 60 Toneladas, Equipamento de Raio X). Salienta-se que, dada a idade média dos equipamentos do estaleiro, as despesas de manutenção são imprevisíveis e inopinadas;
- ❖ A diminuição do volume de negócios em 2015 teve reflexo no decréscimo da renda do contrato de concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.º do contrato de concessão (Nota 22);
- ❖ A variação na rubrica “Seguros” justifica-se pela diminuição do prémio de seguro marítimo de responsabilidade civil em resultado do decréscimo do volume de negócios no ano de 2015.

#### 28. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	2015	2014
Remunerações dos Órgãos Sociais	237.011,86	200.333,80
Remunerações do Pessoal	9.881.905,85	10.172.086,49
Encargos sobre Remunerações	2.259.510,65	2.510.555,16
Seguros de Acidentes no Trabalho	138.678,81	141.436,25
Gastos de Ação Social	55.729,80	47.538,33
Outros Gastos com o Pessoal	80.945,91	85.584,87
	12.653.782,88	13.157.534,90

Em 2015 verificou-se um decréscimo nos gastos com pessoal comparativamente com 2014, tendência já registada em anos anteriores. Esta redução resulta da diminuição do efetivo, pese embora tenha ocorrido em 2015 uma reversão de 20% nos cortes salariais vigentes em 2014.

O acréscimo observado ao nível das remunerações dos órgãos sociais resultou do facto de, no ano 2014, o Presidente do Conselho de Administração ter iniciado funções executivas e remuneradas pela Arsenal do Alfeite, S.A. apenas a partir de Maio desse ano.

De se salientar que o número do efetivo era de 516 a 31 de dezembro de 2014 e de 500 em 31 de dezembro de 2015.

No exercício de 2015 e de 2014, foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei 69/2015 de 26 de julho, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e na Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

## 29. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica "outros rendimentos e ganhos" tem a seguinte composição:

	2015	2014
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 17)	2.783.351,37	2.811.941,57
Aluguer de espaços e equipamento	16.763,41	258.342,99
Outros	35.131,48	78.205,20
	<b>2.835.246,26</b>	<b>3.148.489,76</b>

A diminuição global ocorrida nesta rubrica deve-se essencialmente ao registo no ano de 2014 do valor de 227.595,00€ referente à cedência de espaço à empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (Nota13).

## 30. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é o seguinte:

	2015	2014
Ativos Tangíveis (Nota 8)	3.362.400,99	3.396.636,59
Ativos Intangíveis (Nota 9)	880,41	4.771,42
	<b>3.363.281,40</b>	<b>3.401.408,01</b>

As depreciações dos ativos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de dezembro de 2015 ascenderam a 2.783.351,37€ (2.811.941,57€ em 2014).

## 31. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros Obtidos	6.523,80	14.420,99
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 15)	325.997,19	349.097,48
	332.520,99	363.518,47

## 32. Contratos de Prestação de Serviços em Curso

Como o desfecho dos contratos de reparação naval podem ser fielmente estimados, os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos tendo por referência o estado de acabamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

À data de 31 de dezembro de 2015 as percentagens de acabamento dos contratos de prestação de serviços em curso são as que a seguir se apresentam:

	% de Acabamento
NRP - Alvares Cabral	60,24%
NRP - Tejo	30,00%
NRP - Corte Real	35,00%
PHM EL Lahiq	91,84%

Os rendimentos e gastos reconhecidos são os seguintes:

*f. l.*  
*17*

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento	Adiantamento Recebido
Projetos em curso	17.724.212,00	11.857.160,59	3.590.187,60	6.641.077,99	2.320.992,00	695.097,00	105.960,35

	Total 2015	Contratos com margem positiva	Contrato com margem negativa
Réditos Acumulados	10.231.265	3.991.483	6.239.782
Gastos Acumulados	10.697.326	3.535.019	7.162.307
Resultado Acumulado	-466.061	456.464	-922.525

Salienta-se que o resultado acumulado global dos contratos em curso está influenciado pelo resultado estimado de um contrato, cujos custos totais excedem o rédito total do contrato em cerca de 1.002.767€, tendo a perda esperada em 2016 sido reconhecida imediatamente como gasto do período (Nota 18).

### 33. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foi determinado conforme se mostra

	2015	2014
Resultado líquido do período	49.786,47	2.366.750,78
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	0,01	0,37

## 34. Outras Informações

No ano de 2015, correram termos duas ações interpostas pelo consórcio “Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.” e “SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda.” contra a Arsenal do Alfeite, S.A..

No âmbito do primeiro processo de injunção (Processo n.º 1179/13.7BEALM - Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada), a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A. apresentou oposição à injunção, aguardando-se marcação de julgamento.

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT – Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.

Continuou ainda a correr termos o processo de insolvência da “Naveiro – Transportes Marítimos, S.A.” em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A. no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento, à data, da graduação dos créditos reclamados.

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a “FIUTAK Industries GmbH”, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do



crédito de 39.513,42€ acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se notar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A. reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

### 35. Referencial Contabilístico - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho

Com o objetivo de alinhar as NCRF com as IAS / IFRS em vigor e proceder a alterações no tratamento contabilístico de alguns ativos específicos, a Comissão de Normalização Contabilística procedeu à publicação do Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho, que introduz várias alterações às NCRF em vigor em 2015.

As alterações introduzidas têm aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2016, sendo que para a Arsenal do Alfeite S.A. não se estimam quaisquer impactos relevantes nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações.

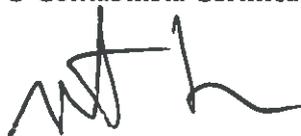
### 36. Eventos Subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação.

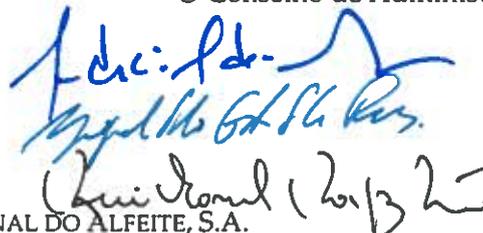
### 37. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo "Sustentabilidade Ambiental" do Relatório do Governo Societário de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

## APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação

*P. L. A.*  
*13/12*

## APENDICE 1

## REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2015, foram as seguintes:

## Mesa da Assembleia Geral

Até 24 de abril de 2015, data em que foram nomeados os órgãos sociais para o triénio 2015-2017:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) <sup>1</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>2</sup>	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012-2014	Presidente	João Carlos Polido Carvalhinho	0,00	0,00	0,00	0,00
2012-2014	Secretário	Dina Filipa Fernandes Silva	0,00	0,00	0,00	0,00

A partir de 24 de abril de 2015:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) <sup>1</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>2</sup>	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2015-2017	Presidente	Nuno Robalo de Almeida de Sousa Moniz	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Secretário	Pedro Miguel Fernandes Baptista	0,00	0,00	0,00	0,00

**Legenda:** (1) Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

- ❖ Reduções Remuneratórias não aplicáveis uma vez que este órgão social não aufer qualquer remuneração.

**Conselho de Administração**

Até 24 de abril de 2015, data em que foram nomeados os órgãos sociais para o triénio 2015-2017:

MANDATO			DESIGNAÇÃO		OPRLO	
(INICIO/ FIM)	CARGO	NOME	FORMA (1)	DATA	IDENTIFICAÇÃO ENTIDADE	PAGADORA (O/D)
2012-2014	Presidente	Jorge Joaquim Crujo Camões	AG	23.03.2012		
2012-2014	Vogal	José Miguel Antunes Fernandes	AG	23.03.2012		
2012-2014	Vogal	Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado	AG	23.03.2012	Marinha	D

Legenda: (1) Indicar Resolução R/AG/DUE/Despacho. Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem;  
O/D: Origem/Destino

A partir de 24 de abril de 2015:

MANDATO			DESIGNAÇÃO		OPRLO	
(INICIO/ FIM)	CARGO	NOME	FORMA (1)	DATA	IDENTIFICAÇÃO ENTIDADE	PAGADORA (O/D)
2015-2017	Presidente	Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	DUE	24.04.2015		
2015-2017	Vogal	Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	DUE	24.04.2015		
2015-2017	Vogal	Rui Manuel Rapaz Lérias	DUE	24.04.2015	Marinha	D

Legenda: (1) Indicar Resolução R/AG/DUE/Despacho Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem;  
O/D: Origem/Destino

EGP				
Nome	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta	
			Vencimento	Despesas de Representação
<b>Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)</b>				
Jorge Camões	S	C	4.578,20	1.600,54
Miguel Fernandes	S	C	3.662,56	1.280,43
Francisco Salvado			4.500,55	1573,39
<b>Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)</b>				
Andreia Ventura	S	C	4.578,20	1.600,54
Miguel Pereira	S	C	3.662,56	1.280,43
Rui Lérias			4.253,38	1.486,98

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

REMUNERAÇÃO ANUAL (€)						
Nome	Variável	Fixa	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Final
<b>Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)</b>						
Jorge Camões	---	36.780,10	36.780,10	- 4.458,95	584,28	32.905,42
Miguel Fernandes	---	29.424,07	29.424,07	- 3.560,29	466,05	26.329,83
Francisco Salvado	---	36.156,27	36.156,27	- 4.383,33	574,37	32.347,31
<b>Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)</b>						
Andreia Ventura	---	57.137,44	57.137,44	- 6.374,15	835,23	51.598,52
Miguel Pereira	---	44.485,33	44.485,33	- 4.937,58	645,08	40.192,82
Rui Lérias	---	54.433,97	54.433,97	- 6.112,53	800,60	49.122,03

Nome	Subsidio de Refeição		BENEFICIOS SOCIAIS (Euros)				Outros	
	valor/dia	Montante Pago no ano	Identificar	Valor	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)								
Jorge Camões	5,00	365,00	Segurança Social	5.405,23	186,91	-	Acid Trabalho	352,35
Miguel Fernandes	5,00	360,00	Segurança Social	6.265,82	485,90	-	Acid Trabalho	181,93
Francisco Salvado	5,00	360,00	CGA / ADSE	7.695,02	-	-	Acid Trabalho	346,38
Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)								
Andreia Ventura	5,00	580,00	Segurança Social	12.274,59	985,23	-	Acid Trabalho	503,70
Miguel Pereira	5,00	710,00	CGA / ADSE	9.570,39	-	-	Acid Trabalho	392,64
Rui Lérias	5,00	700,00	CGA / ADSE	11.690,74	-	-	Acid Trabalho	483,49

## GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (€)

Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)			
Jorge Camões	80	137,57	
Miguel Fernandes	80	774,00	
Francisco Salvado	80	122,66	
Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)			
Andreia Ventura	60	74,17	
Miguel Pereira	50	262,12	
Rui Lérias	50	9,83	

## ENCARGOS COM VIATURAS

Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)									
Jorge Camões	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,62	2.119,20	-
Miguel Fernandes	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,63	2.119,24	-
Francisco Salvado	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,62	2.119,20	-

## Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)

Nome	S	S	Valor	AOV	07/2014	07/2018	Valor	Valor	Valor
Andreia Ventura	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,63	4.652,44	16.878,90
Miguel Pereira (*)	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,62	993,96	16.878,60
Rui Lérias	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,62	4.303,29	16.878,60

(\*) Utilização da viatura no período de 24 de abril de 2015 a 15 de junho de 2015.

## GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS AS VIATURAS (EUROS)

Nome	Plafond Mensal	Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)						
Jorge Camões	400,13	1.539,93	846,10	-	-	-
Miguel Fernandes	320,11	689,47	333,30	-	-	-
Francisco Salvado	393,35	555,46	183,85	-	-	-
Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)						
Andreia Ventura	400,13	815,07	346,25	-	-	-
Miguel Pereira	320,11	862,90	366,25	-	-	-
Rui Lérias	371,75	1.106,98	396,10	-	-	-

## GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (Euros)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras Identificar	Valor	Gastos Totais com Viagens
Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)						
Jorge Camões	-	-	-	-	-	-
Miguel Fernandes	3.114,34	789,59	432,95	Diversas	38,45	4.375,33
Francisco Salvado	612,23	187,40	172,65	Diversas	50,26	1.022,54
Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)						
Andreia Ventura	4.514,79	1.579,00	235,20	Diversas	20,05	6.349,04
Miguel Pereira	-	-	-	Diversas	44,80	44,80
Rui Lérias	-	-	-	-	-	-

Adicionalmente à informação vertida nas tabelas supra, salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, destacando-se as seguintes:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Artigo 41º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015.

### Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Identificação		Designação			Nº de Mandatos Exercidos na Empresa
			N.º Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2015-2017	Fiscal Único	PWC - SROC	183	20161485	DUE	24.04.2015	S	2

REMUNERAÇÃO ANUAL (Euros)					
Nome	Bruto (€)	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Honorários propostos e contratados e adicionais	Valor final
PWC - SROC	18.000,00	1.800,00	-	15.210,00	15.210,00

- ❖ Aplicação das orientações referentes às remunerações vigentes em 2015.

### Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2015 subordinou-se às orientações do Governo sobre esta matéria e ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

## APENDICE 2

## SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações Legais	Cumpriment	Quantificação	Justificação
	o		
	S N N.A.		
<b>Objetivos de Gestão/Planos de Atividade e Orçamento:</b>			
Equilíbrio Financeiro da Empresa	x		Ponto I e II do Relatório & Contas
Implementação das medidas da acionista e tutela	x	100%	Ponto I e II do Relatório & Contas
Redução da despesa	x	100%	Ponto I e II do Relatório & Contas
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	x		Ponto VII do Relatório & Contas
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	x	Sem endividamento	Ponto VII do Relatório & Contas
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	x	Varição de -0,17%	Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	x	100%	Pontos XI do Relatório & Contas - A 31.12.2015, todas as dívidas a fornecedores eram inferiores a 90 dias
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>			
Cumprimento dos objetivos de gestão	x	Não aplicável	Ponto I do Relatório & Contas
<b>Remunerações:</b>			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	x	Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias em 2015	x	€ 17.424,26 de redução remuneratória com reversão de € 2.280,91	Ponto XI do Relatório & Contas
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artigo 75º da Lei 82-B/2014	x	Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	x		Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 38º da Lei 82-B/2014	x	Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Artigo 32º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	x		Ponto XI do Relatório & Contas
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x		Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Despesas Não documentadas - n.º 2 do Artigo 16º do DL 133/2013</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas	x		Não existe qualquer despesa não documentada. Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x		Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x	Não aplicável	Ponto V do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de contratação pública pelas	x	Não aplicável	Ponto IV do Relatório & Contas

participadas			
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x	Não aplicável	Ponto V do Relatório & Contas
<b>Prevenção da corrupção – n.º 1 do artigo 46º do DL 133/2013</b>			
Elaboração e divulgação do relatório anual	x		Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>	x	Não aplicável	Não existiu qualquer recomendação do Tribunal de Contas
<b>Parque Automóvel</b>			
N.º de viaturas	x		Ponto XI do Relatório & Contas
Gastos com viaturas	x		Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (Artigo 61º da Lei n.º 83-C/2013)</b>	x	Vide tabela	Ponto XI do Relatório & Contas
<b>Redução de trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 82-B/2014)</b>			
Nº de trabalhadores	x	Varição de menos 3,2% face a 2014	Ponto IV do Relatório & Contas
Nº de cargos dirigentes	x		Ponto IV do Relatório & Contas
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125º da Lei n.º 82-B/2014)</b>	x	99,9% em 31.12.2015	Ponto XI do Relatório & Contas

# RELATÓRIO E CONTAS

2015

Versão aprovada em Reunião de Conselho de Administração de 15 de março de 2016



Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)



## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Arsenal do Alfeite, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 107.765.237,12 euros e um total de capital próprio de 84.600.847,03 euros, incluindo um resultado líquido de 49.786,47 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161/85*

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Arsenal do Alfeite, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Ênfase**

8 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para o facto de que, conforme referido na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras e tal como em exercícios anteriores, a Arsenal do Alfeite, S.A. apresenta no ativo corrente créditos relativos a financiamentos concedidos à Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., no montante total de 14.802.127,28 euros (incluindo 1.544.893,93 euros de juros vencidos e 200.000,00 euros relativos a um empréstimo cujo prazo de pagamento é automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses) cujas condições de reembolso não se encontram clarificadas, uma vez que o contrato de mútuo, celebrado em 10 de janeiro de 2013, que atualmente suporta o montante de 13.057.233,35 euros, não prevê as condições de reembolso.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

9 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2015

Arsenal do Alfeite, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração  
de 15 de março de 2016

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '17' and a stylized signature.

**Índice**

SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO).....	4
MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	7
ESTRUTURA DE CAPITAL.....	16
PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS.....	19
ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....	21
Mesa da Assembleia Geral .....	21
Administração e Supervisão .....	23
Fiscalização.....	35
ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	39
Estatutos e Comunicações .....	39
Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	41
Regulamentos e Códigos .....	46
Deveres Especiais de Informação.....	49
Sítio de Internet.....	53
Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral .....	54
REMUNERAÇÕES.....	57
TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	63
ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL .....	68
AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	89
(Relatório do Cumprimento das Orientações Legais).....	89
ANEXOS.....	96

# SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)

---



## SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)

O ano de 2015 foi marcado pelas iniciativas da tutela decorrentes do estudo desenvolvido em 2014 por consultores externos relativo a cenários de evolução e a soluções de reestruturação da Arsenal do Alfeite, S.A., e que tiveram expressão em novas políticas de potenciação do espaço, das infraestruturas e da localização da empresa, vertidas em despacho ministerial, e na nomeação de um diferente Conselho de Administração, empossado a 24 de abril de 2015.

Assim, e a par do objetivo de continuidade do cumprimento dos princípios de Bom Governo plasmados no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, procurou o Conselho de Administração, no decurso do segundo semestre, criar as condições espaciais e organizacionais tendentes à implementação de uma Plataforma Naval Global, de modo a permitir desenvolver, nos anos subsequentes, a separação entre os domínios da infraestrutura e das operações, diversificando atividades e alargando a utilização da infraestrutura física a mais operadores através de mecanismos de subconcessão ou outros, na promoção de um quadro efetivo de parcerias e colaborações de natureza estratégica.

Destaca-se a opção do Conselho de Administração de resolver, ao longo do ano, diversos problemas latentes de natureza ambiental e industrial que obrigaram à contratação de novos serviços não planeados, não prejudicando, porém, a apresentação em 2015 de um Resultado Líquido positivo e a continuação da preservação da globalidade das suas competências.

A Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a centrar a sua atividade, no ano de 2015, na reparação e manutenção da esquadra do seu principal cliente - a Marinha Portuguesa - bem como na consolidação da vertente da internacionalização, designadamente, na área da reparação e manutenção de meios navais de Marinhas estrangeiras. As capacidades excedentárias foram pontualmente alocadas à execução de trabalhos destinados a outras entidades nacionais, mas também estrangeiras e na execução de

(17)  
P.M.

serviços de projeto naval, com especial incidência na retoma da atividade de construção naval.

Focados na missão delineada, foi ainda definida, para 2015, a aposta do Conselho de Administração no investimento nos seus recursos humanos, designadamente mediante o recrutamento de trabalhadores de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, mas também por via da melhoria das condições de trabalho e do reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da empresa como seu principal ativo.

CS  
P. V  
M

## MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

*Handwritten signature and initials:*  
P. V.  
M.  
C22

## MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

O Relatório do Governo Societário 2015 da Arsenal do Alfeite, S.A., é marcado por um período de significativa alteração do quadro político e estratégico de referência para efeitos da governação da empresa, com reflexos na composição do Conselho de Administração, que entrou em funções a 24 de abril deste ano. Relevam nesta matéria o estudo realizado em 2014 por uma consultora relativo à situação competitiva, cenários de evolução e soluções de reestruturação da Arsenal do Alfeite, S.A., o despacho do membro do Governo, então responsável, orientador da aplicação dos resultados do referido estudo, as resoluções do Conselho de Ministros envolvendo a estrutura acionista da empresa, a regularização de créditos próprios e, não menos importante, a alteração do ciclo político já perto do fim do ano, com a substituição dos responsáveis governativos pela área. O investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, indispensável para a requalificação do espaço em que se insere a empresa e para a sua competitividade, identificado como incontornável desde 2009, foi reanalisado, fixando-se prioridades e prevendo-se a alocação da regularização de créditos concedidos a parte inicial dos investimentos necessários a realizar.

### Políticas e Estratégia

Tendo por base o diploma legal da sua constituição, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, a Arsenal do Alfeite, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tem por objeto a *“Prestação de serviços que se subsumem na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, no âmbito da defesa nacional, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional. Prestação de serviços compreendidos no seu objecto a outros ramos das Forças Armadas e forças de segurança. Pode ainda desenvolver para clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis, outras atividades relacionadas com o seu objecto, nomeadamente: produção, manutenção e reparação de bens, execução de trabalhos e prestação de serviços de engenharia e serviços de natureza industrial, prestação de serviços de gestão de infraestruturas industriais, de*

*serviços administrativos e complementares e auxiliares da atividade industrial. Pode, igualmente, desenvolver o comércio e indústria de bens e tecnologias militares” (conforme objecto social registado na Conservatória do Registo Comercial de Almada).*

Tendo em consideração o previsto no Contrato de Concessão celebrado entre o Estado português e a Arsenal do Alfeite, SA, em 1 de setembro de 2009, quanto ao objeto da concessão e da possibilidade de subconcessão, e no contexto de reestruturação do Setor Empresarial do Estado na área da Defesa, foi determinado pelo Despacho de 12 de maio de 2015, de S.Ex<sup>a</sup> a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado como Despacho n.º 5051-A/2015, no Diário da República, 2.ª série, de 13 de maio de 2015) que fossem criadas as condições para, a médio prazo, implementar uma Plataforma Naval Global.

Esta Plataforma Naval Global, que dá expressão ao alargamento das atividades prosseguidas, como estatutariamente previsto e concretizando o acordado no Contrato de Concessão, integra, em termos gerais, os seguintes vetores:

- ❖ Separação entre os domínios da infraestrutura e das operações, diversificando atividades e alargando a utilização da infraestrutura física a mais operadores através de mecanismos de subconcessão ou outros, na promoção de um quadro efetivo de parcerias e colaborações de natureza estratégica;
- ❖ Consolidação de um pólo de construção, manutenção e reparação naval militar e civil, que visa primariamente a satisfação das necessidades da Marinha Portuguesa;
- ❖ Criação de um centro de competências navais que explore sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas e a criação de uma plataforma de promoção do empreendedorismo e formação de recursos humanos, desenvolvendo um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

21  
P.M.

Foram publicadas as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 42/2014, de 27 de junho, e n.º 50/2015, de 9 de julho e foram dadas orientações políticas tendentes à devolução de uma parte substancial do capital social da empresa, emprestado anteriormente ao acionista.

Tendo por base este novo desiderato traçado para a Arsenal do Alfeite, S.A., a estratégia da empresa foi ajustada e transposta para os conceitos de visão, missão e valores da empresa, enquanto pilares norteadores da sua existência, e para os referenciais de administração que são os objetivos estratégicos, os objetivos operacionais e as linhas de ação para os alcançar.

Estes elementos refletem uma estratégia de mudança e de adaptação da Arsenal do Alfeite, S.A., protagonizada pelo atual Conselho de Administração, tendente a transformar a área de implantação da empresa num espaço físico estruturante, recuperado e modernizado, em que possam coabitar as operações de construção e reparação destinadas, nomeadamente, à Marinha Portuguesa, bem como a outros clientes militares e de marinha mercante e outras iniciativas, atividades e operadores, numa lógica de complementaridade no âmbito da Economia do Mar e da Defesa.

Para executar esta estratégia de requalificação do espaço e de diversificação das atividades em paralelo com o serviço público a prestar à Marinha Portuguesa, importa estabelecer um Plano de Ação credível, presentemente em desenvolvimento para o triénio 2016-2018, que compreenda objetivos e linhas de ação adequados e recursos que o tornem exequível.

Durante o segundo semestre do ano de 2015, a prossecução destas políticas e a implementação da estratégia para as cumprir continuou a ser muito condicionada pelos constrangimentos decorrentes do facto da empresa ser uma entidade pública reclassificada (EPR), e pelos recursos financeiros existentes.

**Visão**

Implementar a Plataforma Naval Global, com enfoque na satisfação das necessidades de construção, de manutenção e de reparação dos navios da Marinha Portuguesa e desenvolver este tipo de atividade para outros clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis.

**Missão**

Ser a empresa mobilizadora no desenvolvimento de uma Plataforma Naval Global que integre um estaleiro de referência, inovador e competitivo, focado na prestação de serviços de qualidade no domínio da construção e da reparação naval e que promova um centro de competências navais, o empreendedorismo e a formação de recursos humanos na área da Economia do Mar e da Defesa.

**Valores**

Confiança – compromisso na satisfação das necessidades e no relacionamento com os clientes;

Mudança – adaptação à envolvente e espírito de inovação em favor da melhoria contínua;

Responsabilidade – crescimento numa sociedade mais justa e no respeito pelo meio ambiente;

Competitividade – postura dinâmica focada nos resultados e na eficiência;

Liderança – valorização e motivação das pessoas e fomento do espírito de equipa.

**Objetivos Estratégicos**

Os objetivos estratégicos, tendo uma natureza duradoura de médio prazo, refletem genericamente as vertentes identificadas nas políticas superiormente estabelecidas, estão alinhados com a visão e justificam a definição da missão no quadro dos valores assumidos.

- ❖ Requalificar e reordenar o espaço de implantação da Arsenal do Alfeite, S.A., numa lógica de separação entre o domínio da infraestrutura pública e os domínios das operações públicas e privadas;
- ❖ Transformar o atual estaleiro numa unidade moderna e internacionalmente competitiva de construção, manutenção e reparação naval militar e civil, que vise primariamente a satisfação das necessidades da Marinha Portuguesa;
- ❖ Diversificar os operadores e as atividades exercidas no espaço de implantação da Arsenal do Alfeite, S.A., privilegiando parcerias e colaborações de natureza estratégica focadas nas competências navais, no empreendedorismo, na inovação e na formação especializada, em alinhamento com a Economia do Mar e da Defesa.

### Objetivos Operacionais

Os objetivos operacionais, associados ao mandato do Conselho de Administração, sendo de relativo curto prazo, estão mais focados em patamares concretos a atingir, quantificáveis através de indicadores e de metas, e concorrem diretamente para a consecução dos objetivos estratégicos.

- ❖ Resolver as insuficiências da Arsenal do Alfeite, S.A., em termos do licenciamento industrial e ambiental;
- ❖ Desenvolver todas as tramitações necessárias à separação da infraestrutura física relativamente à operação e adaptação da estrutura empresarial a esse desiderato;
- ❖ Modernizar as infraestruturas portuárias e oficinais necessárias ao exercício do serviço público de construção, manutenção e reparação dos navios da Marinha Portuguesa;
- ❖ Sustentar as capacidades existentes na operação do estaleiro, com aumento das competências, da qualidade e da eficiência, num quadro global de gastos operacionais controlados;

- ❖ Ampliar o volume dos serviços externos vendidos pelo operador estaleiro através de melhor planeamento e organização do trabalho e da redução dos tempos de desocupação e da afetação a obras internas;
- ❖ Promover a competitividade através de maior eficiência do trabalho, mediante a aplicação de fatores motivacionais dos trabalhadores e práticas de divulgação dos resultados obtidos e de desempenho coletivo;
- ❖ Facilitar o empreendedorismo, promover a formação, a investigação científica e a inovação e o desenvolvimento de competências navais, nomeadamente, no perímetro da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- ❖ Captar o investimento privado no quadro da requalificação e da reafetação do espaço de implantação da Arsenal do Alfeite, S.A., atraindo instituições, empresas e outras entidades associados à Economia do Mar e da Defesa para se estabelecerem e exercerem a sua atividade, num quadro de cooperação e de parceria estratégica.

No Plano de Ação 2016-2018, estes objetivos são estruturados com a criação individualizada de indicadores de desempenho e de metas anuais a atingir e são igualmente complementados por linhas de ação, a desenvolver ao longo do triénio, visando a prossecução desses mesmos objetivos.

### **Realizações em 2015**

Embora tendo presentes as políticas e a estratégia delineadas, os constrangimentos existentes condicionaram fortemente a administração da Arsenal do Alfeite, S.A., julgando-se oportuno referir sucintamente a atividade desenvolvida em 2015 nesse quadro.

A Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a centrar a sua atividade, no ano de 2015, na reparação e manutenção da esquadra do seu principal cliente a Marinha Portuguesa – bem como na consolidação da vertente da internacionalização, designadamente, na área da reparação e manutenção de meios navais de outras Marinhas estrangeiras. As

capacidades excedentárias foram pontualmente alocadas à execução de trabalhos destinados a outras entidades nacionais, mas também estrangeiras e na execução de serviços de projeto naval, com especial foco na retoma da atividade de construção naval.

Com vista a explorar permanentemente novas oportunidades de negócio, foram desenvolvidos contactos com potenciais novos clientes, designadamente com Angola, Argélia, Filipinas e Uruguai, entre outros.

Sublinha-se, no âmbito comercial, o especial enfoque colocado na garantia da satisfação do cliente com os serviços prestados e produtos fornecidos, quer na qualidade, quer na competitividade dos preços e prontidão da assistência técnica disponibilizada, fomentando relações de confiança mútua, numa perspetiva de longo prazo com clientes e fornecedores.

Focados na missão delineada, foi ainda definida, para 2015, a aposta do Conselho de Administração no investimento nos seus recursos humanos, designadamente mediante o desenvolvimento dos procedimentos legais adequados ao recrutamento de trabalhadores de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, mas também por via do reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da empresa e apostando, igualmente, na melhoria das condições de trabalho proporcionadas aos trabalhadores, num clima de promoção de diálogo, bem-estar, paz social e dignidade do principal ativo estratégico da Arsenal do Alfeite, S.A., os seus trabalhadores.

Por outro lado, mas não menos importante, procedeu-se ao investimento possível em pequenas obras e equipamentos, procurando não só aumentar a eficiência e a capacidade da empresa, mas também assegurar o rigoroso cumprimento do normativo ambiental e industrial vigente.

A Arsenal do Alfeite, S.A., definiu como prioritária, a sua intervenção no rigoroso cumprimento dos normativos vigentes sobre licenciamento ambiental e industrial, tendo dedicado o esforço humano e financeiro adequado e disponível ao seu cumprimento.

A melhoria contínua da estrutura, da organização, dos processos e dos meios para o cumprimento da missão e dos objetivos e melhoria do desempenho ambiental e da segurança e saúde dos trabalhadores continuam a ser assegurados por “ferramentas” enquadradas nos processos do sistema de gestão, tais como, o Plano de Manutenção Anual, o Plano Anual de Formação, o Programa de Auditorias Internas, a identificação de não conformidades e ações corretivas e preventivas, entre outras.

Neste âmbito, foram realizadas, no ano de 2015, 13 auditorias internas da qualidade, registadas 36 fichas de ações corretivas e identificadas pelos auditores internos 37 oportunidades de melhoria que resultaram, já, em 25 ações de melhoria.



## ESTRUTURA DE CAPITAL

---

## ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Arsenal do Alfeite, S.A., é de € 32.400.000,00 (trinta e dois milhões e quatrocentos mil euros), integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 6.480.000 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil) ações, de valor nominal de € 5,00 (cinco euros), conforme determinado nos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro.

No que respeita à sua titularidade, salienta-se que as ações da empresa são detidas, na sua totalidade, pela empresa pública Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A, atualmente em liquidação.

Não existem nos estatutos da sociedade limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações, regendo-se esta matéria pela legislação comercial, bem como pelo definido no Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial), que, genericamente, exige estudo demonstrativo do interesse e da viabilidade da operação pretendida, parecer da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial e autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Defesa.

Ainda sobre esta matéria, refere-se que não existem acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições.

Por fim, e no que respeita à aplicação dos resultados positivos eventualmente apurados em cada exercício, verifica-se que os Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., preconizam o seguinte (no seu art.º 23º), de modo sucessivo:

- ❖ Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- ❖ Constituição e, eventualmente, reintegração da reserva legal e de outras reservas legais que a lei determinar;

- ❖ Dividendos a distribuir;
- ❖ Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas, conforme a assembleia geral determinar;
- ❖ Outras finalidades que a assembleia geral delibere.

## PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

---

*(1)*  
*P. V.*  
*M.*

## **PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS**

Não existem por parte da empresa, nem por parte dos respetivos órgãos sociais quaisquer participações noutras entidades.

Por outro lado, não se registaram no ano de 2015 quaisquer aquisições ou alienações de participações sociais.

*Handwritten signature and initials*

## ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

---



## ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

Nos termos do Artigo 8º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., publicados no Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, a sociedade é estruturada segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do Artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, dispondo dos seguintes órgãos sociais:

- ❖ Assembleia-Geral;
- ❖ Conselho de Administração;
- ❖ Fiscal Único.

As competências dos órgãos sociais encontram-se fixadas na lei bem como nos respetivos Estatutos da sociedade, não tendo os mesmos sofrido alterações desde a sua aprovação e publicação em fevereiro de 2009 (Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro).

### Mesa da Assembleia Geral

Por via de Deliberação Social Unânime por Escrito da acionista datada de 24 de abril de 2015, foram eleitos para o triénio 2015-2017 os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral:

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (C)	Remuneração Anual 2015 (C)			Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
				Bruto (1)	Reduções Remunera- tórias (2)	Reversão Remuneratórias (3)	
2015 - 2017	Presidente	Nuno Robalo de Almeida de Sousa Moniz	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015 - 2017	Secretário	Pedro Miguel Fernandes Baptista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

De se evidenciar a ausência de remuneração dos membros deste órgão.

Não obstante a renúncia dos mesmos com efeitos a 31.12.2014, informa-se dos membros eleitos no triénio 2012-2015:

*Handwritten signature and initials:*  
C11  
F.S.  
M.

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (C)	Remuneração Anual 2015 (C)			Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
				Bruto (1)	Reduções Remunerat órias (2)	Reversão Remuneratórias (3)	
2012 – 2015	Presidente	João Carlos Polido Carvalhinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012 - 2015	Secretário	Dina Filipa Fernandes Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No que respeita às competências deste órgão social, e atendendo ao disposto no Artigo 13º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., verifica-se que compete especialmente à Assembleia Geral:

- ❖ Eleger os órgãos sociais;
- ❖ Apreciar e deliberar sobre todos os documentos de prestação de contas e demonstrações financeiras;
- ❖ Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- ❖ Deliberar sobre quaisquer alterações aos Estatutos, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
- ❖ Deliberar sobre aumentos de capital;
- ❖ Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de participações sociais, bem como de obrigações ou outros títulos semelhantes;
- ❖ Deliberar sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
- ❖ Autorizar o conselho de Administração a realizar investimentos em montante superior a 10% do capital social efetivamente realizado;
- ❖ Autorizar a emissão de obrigações pela sociedade;
- ❖ Deliberar sobre qualquer assunto para o qual tenha sido convocada ou cuja competência resulte da lei ou do contrato social.

Adicionalmente ao acima vertido, informa-se que não foram tomadas, no decorrer do ano de 2015, quaisquer deliberações em sede de Assembleia Geral que carecessem, por imposição estatutária, de maioria qualificada (como alterações aos Estatutos, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade).

(17)  
P.V.  
M.

## Administração e Supervisão

No que respeita ao Conselho de Administração, e de acordo com o preconizado no Artigo 14º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., é este órgão social composto por três a cinco membros eleitos em Assembleia Geral por mandato de três anos, sendo um Presidente e os restantes vogais. Em caso de demissão ou ausência definitiva de um administrador, o Conselho de Administração pode promover a sua substituição por cooptação, sujeita a ratificação da Assembleia Geral.

Nos termos do Artigo 16º dos Estatutos, ao Conselho de Administração compete:

- ❖ Gerir as atividades da sociedade, segundo critérios de eficiência, bom governo societário, sustentabilidade, ética e respeito pelas leis;
- ❖ Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social, que não caibam na competência de outro órgão social;
- ❖ Aprovar todos os documentos de prestação de contas a submeter à Assembleia Geral;
- ❖ Aprovar o plano de atividades, o orçamento e o plano de investimentos, anuais e plurianuais, e as respetivas coberturas financeiras, bem como acompanhar a sua execução;
- ❖ Propor à Assembleia Geral a aquisição, alienação ou oneração de participações sociais, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- ❖ Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações e confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- ❖ Exercer as demais competências que lhe cabem por lei.

Por via da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 24 de abril de 2015, foram eleitos para o triénio 2015-2017 os seguintes membros do Conselho de Administração:

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO Identificaç ão Entidade	Pagadora (O/D)
			Forma (1)	Data		
2015-2017	Presidente	Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	DUE	24.04.2015	N.A.	N.A.
2015-2017	Vogal	Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	DUE	24.04.2015	N.A.	N.A.
2015-2017	Vogal	Rui Manuel Rapaz Lérias	DUE	24.04.2015	Marinha	D

Legenda: (1) Opções de designação: Resolução R/AG/DUE/Despacho; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino, N.A.: Não Aplicável

De se salientar que o Conselho de Administração é composto por 3 membros com funções executivas, não existindo neste órgão social qualquer membro não executivo. Por outro lado, não tem a Arsenal do Alfeite, S.A., um Conselho Geral nem um Conselho de Supervisão.

Recorda-se que a composição do Conselho de Administração em funções entre o dia 1 de janeiro de 2015 e até 24 de abril de 2015, data em que entrou em funções a administração mencionada no quadro anterior, era a seguinte:

Mandato (Início/Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO Identificaç ão Entidade	Pagadora (O/D)
			Forma (1)	Data		
2012-2014	Presidente	Jorge Joaquim Crujo Camões	AG	23.03.2012	N.A.	N.A.
2012-2014	Vogal	José Miguel Antunes Fernandes	AG	23.03.2012	N.A.	N.A.
2012-2014	Vogal	Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado	AG	23.03.2012	Marinha	D

Legenda: (1) Opções de designação: Resolução R/AG/DUE/Despacho; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; N.A.: Não Aplicável

Ainda a respeito dos membros eleitos para o Conselho de Administração, salienta-se que não se registam quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas dos mesmos com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

**Elementos curriculares do Conselho de Administração****Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas**Habilitações Académicas

- ❖ Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa);
- ❖ Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- ❖ Pós-Graduação em Aperfeiçoamento em Arrendamento Urbano, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- ❖ Frequência do 41º Programa de Alta Direção de Empresas da AESE Business School (em curso).

Experiência Profissional

- ❖ Presidente do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. - de abril de 2015 até ao presente;
- ❖ Vogal do Conselho de Administração do Porto de Lisboa, S.A. – de junho de 2009 até abril de 2015;
- ❖ Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. – de janeiro de 2007 até junho de 2009;
- ❖ Adjunta da, então, Secretária de Estado dos Transportes do XVII Governo Constitucional – de julho de 2006 até janeiro de 2007;
- ❖ Coordenadora do Gabinete de Administração Patrimonial, no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça (atualmente Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.) – de maio de 2002 até julho de 2006;
- ❖ Assessora Jurídica do Conselho Diretivo, no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça» (atualmente Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.) – de janeiro de 2001 até maio de 2002;

cl  
P. C.  
M.

- ❖ Advogada da Sociedade de Advogados FERREIRA PINTO & ASSOCIADOS (após fusão com a SÉRVULO CORREIA & ASSOCIADOS, hoje SÉRVULO & ASSOCIADOS), de Setembro de 1998 até Janeiro de 2001.

#### Associações Profissionais

- ❖ Inscrita como Advogada na Ordem dos Advogados, no Conselho Distrital de Lisboa com a cédula profissional n.º 16312 (com inscrição suspensa a seu pedido).

#### Formação Profissional Complementar

- ❖ Participação em diversas conferências, seminários e colóquios.

#### Atividade Internacional

- ❖ Membro da Direção da associação internacional MedCruise (Association of Mediterranean Cruise Ports), desde setembro de 2014 até abril de 2015;
- ❖ Representante da Associação dos Portos Portugueses (APP) na ESPO – European Sea Ports Organisation (na Cruise and Ferry Port Network);
- ❖ Representante da Administração do Porto de Lisboa, S.A. nas diferentes associações internacionais de cruzeiros: MedCruise (a associação dos portos do Mediterrâneo – com 91 membros, 82 dos quais portos); Cruise Europe (a associação dos portos do Norte da Europa e da Europa Atlântica, com cerca de 100 membros) e Atlantic Alliance (associação que promove itinerários no Atlântico e que conta com 18 membros);
- ❖ Representante Nacional (Suplente) no Conselho de Administração da Agência Europeia de Segurança Marítima;
- ❖ Representante do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações/ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. na Organização Marítima Internacional (Legal Committee);
- ❖ Representante da Administração do Porto de Lisboa, S.A. nas reuniões relativas à atividade de cruzeiros, com armadores e operadores internacionais, bem como com outros portos.

Atividade Conferencista

- ❖ Docente em diversos cursos, tais como: I Curso de Pós-Graduação em Direito Marítimo e Portuário do Centro de Direito Marítimo e dos Transportes, IV Curso de Direito Marítimo (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa);
- ❖ Oradora em diversos eventos, tais como: Sessão de Continuidade Alumni AESE 2015 sobre o Turismo Marítimo e Náutico a convite da AESE Business School; Conferência Pan-European Dialogue between cruise operators, ports and costal tourism stakeholders, a convite da Comissão Europeia; Sessão de Abertura da Semana Global do Empreendedorismo, organizado pela Global Entrepreneurship Week; Fórum «Vamos falar sobre Cruzeiros», no Cruise Day Lisbon; .Congresso da AGEPOR (Associação dos Agentes de Navegação), sob o tema «O Mar de Amanhã»; Fórum Ideias Desenvolvimento Local; V Edição das Jornadas de Engenharia do Ambiente a convite do Instituto Superior Técnico;
- ❖ Conferencista em diversos eventos, tais como: 7.º Encontro Transportes em Revista – Competitividade e Futuro, sobre o tema «Intermodalidade» em 13 de novembro de 2012, em Lisboa; Congresso organizado pelo Fórum Empresarial da Economia do Mar «Âncora – O Mar com os pés assentes em Terra», sobre o tema «Cruzeiros marítimos e Náutica de Recreio»; Conferência organizada pela Associação Comercial de Lisboa «Cruzeiros marítimos Um sector em forte crescimento», sobre o tema «A atividade de cruzeiros no mundo, em Portugal e no Porto de Lisboa» em 5 de julho de 2012, em Lisboa; Mini-MBA sobre Direito Marítimo, organizado pela IIR Portugal.

Informação Adicional:

- ❖ Membro do Observatório da Cooperação na Economia do Mar, criado em dezembro de 2014, sob a Presidência do Senhor Dr. António Saraiva (Presidente da CIP), pela «vasta experiência na área portuária e, em particular, turismo marítimo e náutico».

Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

### Habilitações Académicas

- ❖ Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Moderna;
- ❖ Frequência e conclusão com aproveitamento do curso para inspetor tributário (com admissão através do concurso público externo), com formação específica em matéria de impostos e direito tributário;
- ❖ Frequência do II Curso Pós-Graduado em Direito da Defesa Nacional a decorrer presentemente na Faculdade de Direito de Lisboa.

### Experiência Profissional

- ❖ Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. - de abril de 2015 até ao presente;
- ❖ Vogal do Conselho de Administração da Empordef Engenharia Naval, S.A. - de outubro de 2014 até setembro de 2015;
- ❖ Auditor Interno da Autoridade Tributária e Aduaneira - de maio de 2007 até setembro de 2014;
- ❖ Secretário do Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade - de dezembro de 1998 até setembro de 2013;
- ❖ Adjunto de Gabinete de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa - de outubro de 2006 até maio de 2007;
- ❖ Auditor Interno na Direção-Geral dos Impostos - de maio de 2006 até setembro de 2006;
- ❖ Técnico da Administração Tributária Adjunto - de fevereiro de 2002 até maio de 2006;
- ❖ Técnico da Administração Tributária Adjunto Estagiário - de agosto de 1999 até fevereiro de 2002;

### Formação Profissional Complementar

- ❖ Participação em diversas conferências, seminários e colóquios.

(17)  
P. C.  
M.

Informação Adicional:

- ❖ Dirigente Desportivo e Associativo desde 1997 do Grupo Dramático “Ramiro José”, em Lisboa, sendo atualmente Presidente da Direção;
- ❖ Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação das Industrias Navais desde 2015.

**Rui Manuel Rapaz Lérias**Habilitações Académicas

- ❖ Licenciatura em Ciências Militares Navais - ramo Mecânica, pela Escola Naval;
- ❖ Cursos Superior Naval de Guerra (1995), Complementar Naval de Guerra (2001) e de Promoção a Oficial General (2006) pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (Lisboa);
- ❖ Pós-Graduação em *Submarine Design* pelo *University College London*; *Constructors Training Course* pelo *Royal Naval Engineering College*;
- ❖ Msc (Master of Science) in Naval Architecture pelo *University College London*.

Outras habilitações técnicas ou profissionais

- ❖ Participação em diversas Conferências, Seminários e Cursos Profissionais, nomeadamente: *Warships 2002: Naval Submarines 7* (RINA, Londres, 2002); *Supportability Engineering and Logistics Analysis: in a systems engineering context* (Mirce Akademy, Londres, 1999); *Warships 99: Naval Submarines 6* (RINA, Londres, 1999); *Life Cycle Design Using Performance Based Supportability Planning* (SLEE-NAMSA, Luxemburgo, 1998); *Introduction to Modern Life Cycle Cost Analysis* (SLEE-NAMSA, Luxemburgo, 1997); *Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação* (INA, Lisboa, 1997); *Marine Structure Response to Underwater Explosions* (TNO, Delft, 1996); *Conceção e Gestão de Projetos* (INA, Lisboa, 1994).

Experiência profissional

- ❖ Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. - de abril de 2015 até ao presente;

C11  
P.V.  
M.

- ❖ Superintendente das Tecnologias da Informação da Marinha (2014-2015);
- ❖ Diretor do Serviço de Formação da Marinha (2012-13);
- ❖ Assessor do Vice-almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (2011-12);
- ❖ Docente – Coordenador da Área de Ensino de Administração do Instituto de Estudos Superiores Militares (2008-11);
- ❖ Subdiretor da Direção de Navios da Marinha (2006-07);
- ❖ Assessor do Conselho de Administração do estaleiro Arsenal do Alfeite (2004-05);
- ❖ Diretor Interino do Grupo de Projeto para a Aquisição de Submarinos para a Marinha (2003-04);
- ❖ Presidente da Comissão de Avaliação e Chefe da Equipa de Projeto dos Navios Patrulhas Oceânicos para a Marinha (2001-03);
- ❖ Membro do Grupo de Projeto para a Aquisição de Submarinos para a Marinha (1994-2001);
- ❖ Chefe da Divisão de Construção Naval do Gabinete de Estudos da Direção-Geral de Material Naval da Marinha (1990-93);
- ❖ Engº Chefe do Departamento de Propulsão e Produção de Energia da Fragata Alm. Magalhães Corrêa e da Corveta João Roby (1982-86);
- ❖ Engº Adjunto do Chefe de Serviço de Máquinas da Fragata Alm. Magalhães Corrêa (1979-81).

#### Estatuto Profissional e Associações Profissionais

- ❖ Contra-almirante da Marinha Portuguesa, no ativo, engenheiro construtor naval.
- ❖ Membro da Ordem dos Engenheiros, Colégio de Engenharia Naval, cédula nº 32932.
- ❖ Membro da “American Society of Naval Engineers”.

Tendo em consideração a obrigatória apresentação, aquando do início de funções, de uma declaração de cada um dos membros do órgão de administração declarando eventuais participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer

17  
M.

relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, junto se anexa ao presente documento cópia das declarações enviadas à Inspeção-Geral das Finanças de todos os membros do Conselho de Administração que iniciaram funções em 24 de abril de 2015.

No que respeita à avaliação do desempenho dos administradores executivos, realça-se que é a mesma efetuada pela acionista em sede de Assembleia Geral anual, na qual se evidencia o desempenho dos membros do Conselho de Administração.

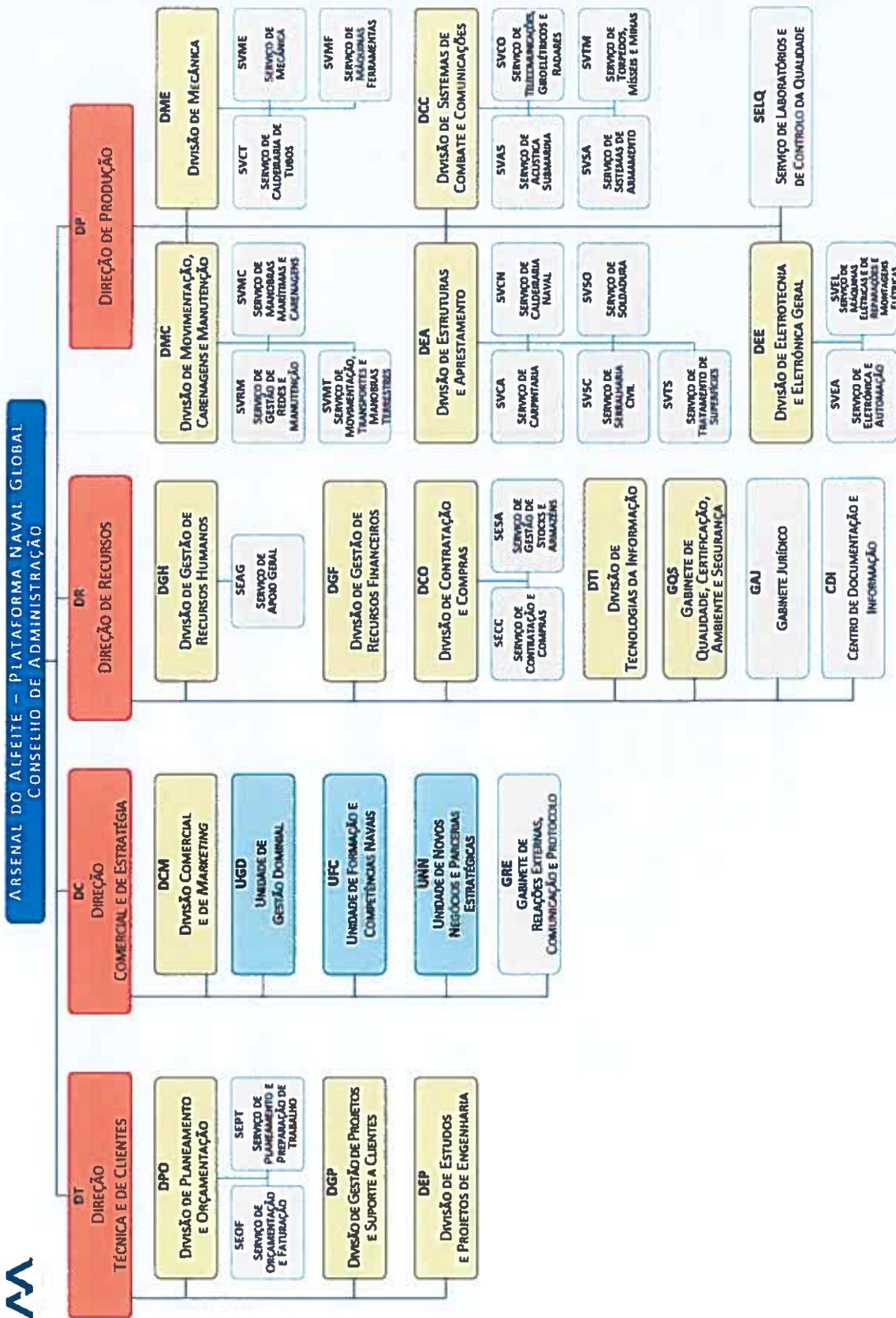
#### **Estrutura de gestão da Arsenal do Alfeite, S.A.**

Tendo em consideração o Despacho n.º 5051-A/2015 de 12 de maio de 2015, de S.Ex<sup>a</sup> a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado no Diário da República, 2ª série, de 13 de maio de 2015), bem como o desiderato da criação de uma Plataforma Naval Global a partir da atual realidade da Arsenal do Alfeite, S.A., deliberou o Conselho de Administração, em setembro de 2015 e nos termos do Artigo 16º dos Estatutos da empresa, reformular e aprovar uma nova estrutura orgânica, a qual entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2015.

Assim, foram publicadas a Ordem de Serviço n.º 5/2015 e a Informação da Direção de Recursos Humanos n.º 31/2015, sendo ambas datadas de 28 de setembro, alteradas pela Ordem de Serviço n.º 6/2015 de 14 de outubro, as quais divulgaram entre os trabalhadores a reformulação orgânica e a designação de dirigentes e chefias de direção, divisão e serviços, que é atualmente a seguinte:



Estrutura Orgânica vigente desde 28 de setembro de 2015



## Designação de dirigentes e chefias de direção, divisão e serviços

Unidade Orgânica	Designação	Sigla	Reporta a	Titular do cargo
I Direção	Direção Técnica e de Clientes	DT	CA	António Mateus
II Divisão	Divisão de Planeamento e Orçamentação	DPO	DT	Luís Alves
III Serviço	Serviço de Orçamentação e Faturação	SEOF	DPO	Mário Peixe
III Serviço	Serviço de Planeamento e Preparação de Trabalho	SPPT	DPO	Ana Paulino
II Divisão	Divisão de Gestão de Projetos e Suporte a Clientes	DGP	DT	Rui Parreira
II Divisão	Divisão de Estudos e Projetos de Engenharia	DEP	DT	Paulo Pinheiro
I Direção	Direção Comercial e de Estratégia	DC	CA	António Mateus
II Divisão	Divisão Comercial e de Marketing	DCM	DC	-
	Unidade de Gestão Dominial	UGD	DC	-
	Unidade de Formação e Competências Navais	UFC	DC	João Cabrita
	Unidade de Novos Negócios e Parcerias Estratégicas	UNN	DC	-
	Gabinete de Relações Externas, Comunicação e Protocolo	GRE	DC	-
I Direção	Direção de Recursos	DR	CA	Pedro Paulouro
II Divisão	Divisão de Gestão de Recursos Humanos	DGH	DR	João Cabrita
III Serviço	Serviço de Apoio Geral	SEAG	DGH	Paula Jeremias
II Divisão	Divisão de Gestão de Recursos Financeiros	DGF	DR	Carla Cardoso
II Divisão	Divisão de Contratação e Compras	DCO	DR	Rui Silva
III Serviço	Serviço de Contratação e Compras	SECC	DCO	Helena Fustiga
III Serviço	Serviço de Gestão de Stocks e Armazéns	SESA	DCO	António Sanches
II Divisão	Divisão de Tecnologias da Informação	DTI	DR	Vítor Nogueiro
II Divisão	Gabinete de Qualidade, Certificação, Ambiente e Segurança	GQS	DR	Paulo Martins
III Serviço	Gabinete Jurídico	GAJ	DR	Sara Muacho
III Serviço	Centro de Documentação e Informação	CDI	DR	-
I Direção	Direção de Produção	DP	CA	Habil Peerally
II Divisão	Divisão de Movimentação, Carenagens e Manutenção	DMC	DP	Carlos Matos
III Serviço	Serviço de Gestão de Redes e Manutenção	SVRM	DMC	Manuel Silva
III Serviço	Serviço de Manobras Marítimas e Carenagens	SVMC	DMC	Pedro Soares
III Serviço	Serviço de Movimentação, Transportes e Manobras Terrestres	SVMT	DMC	João Aleluia
II Divisão	Divisão de Sistemas de Combate e Comunicações	DCC	DP	António Navalhas
III Serviço	Serviço de Acústica Submarina	SVAS	DCC	Francisco Merca
III Serviço	Serviço de Telecomunicações, Giroelétricos e Radares	SVCO	DCC	Domingos Sabino
III Serviço	Serviço de Sistemas de Armamento	SVSA	DCC	Hugo Luz
III Serviço	Serviço de Torpedos, Mísseis e Minas	SVTM	DCC	Carlos Leitão
II Divisão	Divisão de Estruturas e Aprestamento	DEA	DP	Jorge Soares
III Serviço	Serviço de Carpintaria	SVCA	DEA	Mário Figueiredo
III Serviço	Serviço de caldeiraria Naval	SVCN	DEA	Alberto Enes
III Serviço	Serviço de Serralharia Civil	SVSC	DEA	António Barradas
III Serviço	Serviço de Soldadura	SVSO	DEA	João Freire
III Serviço	Serviço de Tratamento de Superfícies	SVTS	DEA	Frederico Marques
II Divisão	Divisão de Eletrotecnia e Eletrónica Geral	DEE	DP	Habil Peerally
III Serviço	Serviço de Eletrónica e Automação	SVEA	DEE	Vasco Adão
III Serviço	Serviço de Máquinas Elétricas e de Reparações e Montagens Elétricas	SVEL	DEE	Américo Siva
II Divisão	Divisão de Mecânica	DME	DP	José Oliveira
III Serviço	Serviço de Caldeiraria de Tubos	SVCT	DME	Rui Rodrigues
III Serviço	Serviço de Mecânica	SVME	DME	Luís Peerally
III Serviço	Serviço de Máquinas Ferramentas	SVMF	DME	Manuel Campos
III Serviço	Serviço de Laboratórios e de Controlo da Qualidade	SVLQ	DP	Maria Afonso

## Funcionamento do Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos da empresa, o Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por mês e reúne extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente por sua iniciativa ou a pedido formulado por escrito de, pelo menos, dois Administradores.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Em 2015, o Conselho de Administração presentemente em funções reuniu e deliberou 16 vezes, tendo estado presentes todos os membros do Conselho nas referidas reuniões (nos termos explicitados), constando todas as suas deliberações das respetivas atas.

No que respeita ao Conselho de Administração em funções até ao dia 24 de abril de 2015, informa-se que o mesmo reuniu e deliberou 3 vezes no período que medeia entre 1 de janeiro de 2015 e a data de cessação do mandato.

No que se refere à **acumulação de funções** por parte dos membros do Conselho de Administração, verificou-se a existência da seguinte situação:

- ❖ **Miguel Fernando Costa da Silva Pereira:** Cargo de Vogal do Conselho de Administração da Empordef – Engenharia Naval, S.A., nos termos do n.º 4 do Artigo 20 do Estatuto do Gestor Público, até 24 de setembro de 2015, data em que procedeu à renúncia ao cargo.

## Fiscalização

Em virtude da estrutura societária adotada ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do Artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais (Artigo 8º dos Estatutos da Arsenal do

Handwritten signature and initials: M. C. 17

Alfeite, S.A.), preconiza o Artigo 19º dos Estatutos da empresa que a fiscalização da atividade societária compete a um Fiscal Único, o qual deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleitos pela Assembleia Geral por um mandato de três anos. Os revisores oficiais de contas designados para o Exercício da revisão legal das contas são, segundo estipula o n.º 1 do art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro, inamovíveis antes de terminado o mandato ou na falta de indicação deste ou de disposição contratual por períodos de quatro anos, salvo com o seu expresse acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respetiva para as demais empresas ou outras entidades. Nas entidades de interesse público (entre as quais empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a 50.000.000€, ou um ativo líquido total superior a 300.000.000€, nos termos do art.º 3.º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro) o período máximo de exercício de funções de auditoria pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de dois anos segundo estipula o n.º 2 do art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em termos estatutários, as competências, poderes e deveres do fiscal único são os que se encontram estabelecidos na lei e nos Estatutos, isto é, as competências previstas nos Artigos 420º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (Artigo 19º e 20º dos Estatutos).

Assim, foi eleito, em sede da Deliberação Social Unânime por Escrito de 24 de abril de 2015, o seguinte Fiscal Único para o mandato 2015-2017, sublinhando-se a manutenção da entidade já em funções no triénio 2012-2015 (nomeação efetuada por via da Assembleia Geral de 23 de março de 2012):

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters "M." and "C/11".

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação		Designação			Nº de Mandatos Exercidos na Empresa	
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Registo na CMVM	Forma	Data		Contratada
2015-2017	Fiscal Único	PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC	183	20161485	DUE	24.04.2015	S	2
Representada por :								
César Abel Rodrigues Gonçalves						R.O.C n.º	740	
Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão						R.O.C n.º	902	
Suplente José Manuel Henriques Bernardo						R.O.C n.º	903	

## REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 €

Nome	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Honorários propostos e contratados e adicionais	Valor Final
PWC - SROC	18.000,00	1.800,00	-	15.210,00 a)	15.210,00

a) – valores de honorários – 14.600,00

## ORGANIZAÇÃO INTERNA

---

*P. ✓  
M.  
c/22*

## ORGANIZAÇÃO INTERNA

### Estatutos e Comunicações

Os Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A. foram objeto da respetiva aprovação por via do Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, o qual procede à constituição da Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos.

No âmbito do diploma mencionado no parágrafo anterior, nomeadamente no n.º 3 do seu Artigo 3º, podem os estatutos da sociedade ser alterados nos termos da lei comercial, sendo esta competência da Assembleia Geral (Artigo 13º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos).

A este respeito, salienta-se que não se registaram quaisquer alterações aos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., pelo que os mesmos se mantêm nos mesmos moldes desde o ano da sua aprovação, isto é, desde 2009.

Tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de Bom Governo, vigora na Arsenal do Alfeite, S.A. uma política de prevenção e gestão de conflitos de interesse que visa garantir que todos os trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., independentemente do tipo de vínculo (sendo entendidos como tal, todos os membros do Conselho de Administração, diretores e demais dirigentes e restantes trabalhadores), atuam no desempenho das suas atividades, ao nível dos procedimentos e da sua organização interna, no sentido de evitar a ocorrência de conflitos de interesse.

Em particular, os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento do que se encontra previsto sobre os princípios de Bom Governo das empresas, bem como, dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de assuntos nos quais possam eventualmente ter interesse, direto ou indireto, por conta própria ou por terceiro, que potencial ou efetivamente entrem em conflito com os interesses da

C22  
P. M.

empresa, respeitando assim as normas aplicáveis no exercício das suas funções. Destaca-se, neste aspeto, a não aprovação por parte de cada membro do Conselho de Administração de despesas por si realizadas.

De salientar que a Arsenal do Alfeite, S.A., definiu, através da aprovação do seu Código de Conduta, de 14 de dezembro de 2009, publicado no sítio internet e intranet, uma série de diretrizes de orientação cujo propósito é garantir o comportamento ético e responsável da organização e dos seus trabalhadores, nas suas relações internas e externas, designadamente no domínio da prevenção de potenciais conflitos de interesse.

Adicionalmente ao acima vertido, os membros do Conselho de Administração observam rigorosamente o regime de impedimentos definido no Estatuto do Gestor Público, bem como as regras relativas ao exercício cumulativo de funções.

A política de prevenção e gestão de conflitos de interesse, para além das normas legais aplicáveis e do Código de Conduta, decorre ainda do compromisso ético assumido no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., aprovado pelo Conselho de Administração, o qual se encontra igualmente publicado no sítio de internet da empresa.

Por forma a evitar ou reduzir ao mínimo o risco de ocorrência de situações potencialmente geradoras de conflitos de interesse, a Arsenal do Alfeite, S.A., além de manter atualizados procedimentos e regras de atuação, implementou um processo para a comunicação de irregularidades, que visa assegurar um conjunto adequado de procedimentos que possam responder de modo eficiente e justo às alegadas irregularidades que sejam relatadas, existindo já, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, um procedimento documentado para o registo e tratamento de reclamações de qualquer natureza por parte de clientes e fornecedores.



Tendo em conta as recomendações sobre esta matéria, a Arsenal do Alfeite, S.A., promove o tratamento de qualquer comunicação de irregularidade que se pense ou saiba ter sido efetuada por qualquer dos membros dos seus órgãos sociais ou trabalhadores e leva a cabo as medidas que considera apropriadas, constatando-se os fundamentos da irregularidade relatada, não sendo tolerada qualquer represália contra quem realize as participações.

### Controlo Interno e Gestão de Riscos

A Arsenal do Alfeite, S.A., dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade e respetivo controlo, enquanto pilar do Governo das Sociedades, pelo que foi devidamente incorporado no seu processo de gestão.

Efetivamente, e embora não disponha de um Sistema de Controlo Interno (SCI) consolidado, dispõe a empresa de um Sistema Integrado de Gestão, certificado pela APCER de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2008. Tal sistema de controlo é transversal a todas as áreas de atividade da empresa, englobando a estrutura orgânica da empresa, procedimentos e integração dos mesmos, bem como os procedimentos de controlo, tais como auditorias internas.

Ciente do papel fundamental que a gestão e controlo de risco tem para a sustentabilidade da empresa, foram todas as matérias atinentes à autoridade, delegação de competências, segregação de funções, numeração de documentos devidamente contemplados no Sistema Integrado de Gestão, com vista a ser assegurado o desempenho eficiente e rentável do estaleiro, procurando ainda disponibilizar informação financeira e de gestão completa, pertinente e fiável e garantir o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 2015, e à semelhança dos anos anteriores, foi dada continuidade ao processo de controlo de riscos, tendo em consideração a dimensão e complexidade da empresa, focado em objetivos de identificação dos fatores de risco ao nível da atividade, bem

como no estudo e implementação das medidas necessárias à redução e/ou eliminação dos seus impactos.

Destaca-se, ainda, a implementação integral das medidas previstas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução têm periodicidade anual, e estando em fase de elaboração a revisão desse Plano com vista ao reforço das medidas implementadas e a divulgação, nos termos legais, da documentação no sítio internet da empresa e da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

O Manual do Sistema Integrado de Gestão, bem como, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas preveem o controlo da atividade da empresa, com vista ao controlo e mitigação de riscos.

Efetivamente, foram estabelecidos processos de monitorização, medição, análise e melhoria para demonstrar a conformidade dos produtos e serviços, assegurar a adequação e eficácia do sistema da qualidade e apoiar a respetiva melhoria contínua.

Os Processos de Monitorização e de Medição, aplicam-se em todas as áreas de atividade abrangidas pelo Sistema Integrado de Gestão da forma seguidamente descrita:

### Satisfação do Cliente

A empresa estabeleceu uma metodologia, documentada num procedimento, para avaliação da satisfação dos clientes, com utilização de questionários.

De se evidenciar neste ponto as conclusões resultante da Ata da reunião de revisão do Sistema de Gestão de 21 de dezembro de 2015, onde se refere a realização de 32 Inquéritos à Qualidade e Satisfação do Cliente, referentes a diversos tipos de projetos,

17  
P  
M

destacando-se o alcance de níveis de satisfação muito positivos, embora haja margem para melhoria.

### Auditoria Interna

O cumprimento dos objetivos do Sistema de Gestão da Qualidade e da conformidade deste com os requisitos da Norma NP EN ISO 9001:2008 é avaliado de forma programada e documentada, através de auditorias que garantem a verificação de todos os aspetos do seu funcionamento e eficácia.

Compete ao Gestor da Qualidade, Ambiente e Segurança, elaborar, fazer aprovar e implementar o Programa Anual de Auditorias Internas da Qualidade (PAIQ).

A frequência das Auditorias Internas da Qualidade (AIQ) é estabelecida de modo a que todos os processos sejam auditados pelo menos uma vez por ano, ou sempre que se verifiquem:

- ❖ Problemas frequentes em produtos, serviços ou processos;
- ❖ Modificação nas técnicas, tecnologias, produtos ou equipamentos;
- ❖ Alterações na organização.

As AIQ são planeadas e realizadas conforme procedimento específico e são efetuadas por colaboradores com formação adequada e independente da área a auditar. Os resultados das AIQ são registados e os relatórios correspondentes são distribuídos conforme descrito no procedimento aplicável.

Compete ao responsável da área auditada analisar as não conformidades constatadas durante as auditorias, investigar as suas causas e propor as devidas ações corretivas.

O Gestor da Qualidade elabora uma análise global, documentada, dos resultados obtidos com as AIQ e do encaminhamento dado às oportunidades de melhoria. Este

documento serve de base de reflexão sobre eventuais tendências relativas às ações corretivas e é presente à revisão do sistema.

### **Monitorização e Medição de Processos**

A monitorização e medição dos processos é efetuada de acordo com o estipulado nos respetivos procedimentos, de execução ou de controlo, para avaliar a aptidão para atingir os resultados planeados. Quando estes resultados não são atingidos, são empreendidas ações corretivas apropriadas que assegurem a conformidade dos produtos.

### **Monitorização e Medição do Produto**

As características dos produtos e serviços são monitorizadas e medidas para avaliar a sua conformidade com os requisitos aplicáveis.

Em complemento do estipulado nos procedimentos aplicáveis a cada processo, durante o planeamento de execução são definidas as ações de verificação, validação, monitorização, inspeção e ensaio específicas de cada produto e serviço, quando devem ser realizadas, os critérios de aceitação respetivos e os registos que evidenciam a realização dessas ações.

São mantidas evidências de conformidade com os critérios de aceitação e de eventuais derrogações autorizadas.

Pese embora o sistema de procedimentos estabelecido na Arsenal do Alfeite, S.A., poderão acontecer desvios em relação aos padrões estabelecidos e não-conformidades, com ou sem ocorrência de produto não conforme.

O Sistema de Gestão da empresa estabeleceu procedimentos específicos em que estão definidas a autoridade e as responsabilidades pela identificação de não-conformidades

22  
P.S.  
M

e pelo tratamento adequado do produto não-conforme, quando exista, por forma a prevenir a sua utilização ou entrega involuntária.

São mantidos registos das não-conformidades e das ações subsequentemente empreendidas, bem como do tratamento do produto não conforme.

A empresa determina, colige e analisa os dados apropriados para demonstrar a adequação e eficácia do seu Sistema de Gestão e para identificar e avaliar as oportunidades de melhoria do sistema.

Isso inclui a análise de dados gerados como resultado das ações de monitorização e medição.

### Melhoria Contínua

A Arsenal do Alfeite, S.A. procura continuamente melhorar a qualidade dos seus produtos e serviços e a eficácia do Sistema de Gestão através do uso da Política, dos objetivos, dos resultados de auditorias, da análise de dados, das ações corretivas e preventivas e das Revisões pela Administração.

### Ações Corretivas

A empresa estabeleceu um procedimento documentado para executar ações corretivas destinadas a eliminar as causas de não-conformidades, de forma a prevenir a sua repetição.

O referido procedimento define a responsabilidade e a autoridade pelas ações de:

- ❖ Análise crítica das não-conformidades (incluindo reclamações de clientes) e determinação das respetivas causas;

cl2  
P.V.  
M

- ❖ Definição das ações corretivas a empreender para assegurar a não repetição de não-conformidades;
- ❖ Implementação das ações corretivas definidas;
- ❖ Avaliação da eficácia e registo dos resultados das ações corretivas;
- ❖ Análise crítica das ações corretivas executadas.

### Ações Preventivas

A Arsenal estabeleceu um procedimento documentado para determinar e eliminar as causas de não-conformidades potenciais, por forma a prevenir a sua ocorrência.

O referido procedimento define a responsabilidade e autoridade pelas ações de:

- ❖ Identificação de não-conformidades potenciais e das suas causas;
- ❖ Definição das ações tendentes a prevenir a possibilidade da ocorrência dessas não conformidades potenciais;
- ❖ Implementação e registo das ações preventivas definidas;
- ❖ Análise crítica das ações preventivas implementadas.

### Regulamentos e Códigos

A Arsenal do Alfeite, S.A., Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, classificada enquanto Entidade Pública Reclassificada (EPR), tem como enquadramento legal o disposto no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, tal como definido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e, subsidiariamente, pelo Código das Sociedades Comerciais.

No exercício de 2015, e a par do devido cumprimento dos regulamentos externos e demais legislação diretamente aplicáveis, vigoram ainda na Arsenal do Alfeite, S.A. os regulamentos internos, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da

atividade, de forma a permitir uma uniformização e melhor racionalização de procedimentos, no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Em 2015, foram publicadas seis Ordens de Serviço (OS), versando sobre as seguintes temáticas:

- ❖ OS 1/2015, de 12 de janeiro: Estrutura Orgânica da Arsenal do Alfeite, S.A. – Missão, atribuições e responsabilidades das unidades orgânicas (altera OS 3/2013, de 27 de agosto);
- ❖ OS 2/2015, de 18 de junho: Nomeação de representante da gestão para a qualidade (revoga OS 1/2012, de 16 de maio);
- ❖ OS 3/2015, de 20 de julho: Regulamento do exercício de cargos em Comissão de Serviço (revoga OS 2/2012, de 22 de maio);
- ❖ OS 4/2015, de 14 de setembro: Crédito de Horas (revoga a OS 2/2009, de 16 de setembro);
- ❖ OS 5/2015, de 28 de setembro: Estrutura Orgânica da Arsenal do Alfeite, S.A. – Missão, atribuições e responsabilidades das unidades orgânicas (revoga OS 3/2013, de 27 de agosto, alterada pela OS 1/2015 de 12 de janeiro);
- ❖ OS 6/2015, de 14 de outubro: Estrutura Orgânica da Arsenal do Alfeite, S.A. – alteração (altera OS 5/2015, de 28 de setembro).

Foram ainda publicados diversos avisos caracterizando-se os mesmos pela adaptação regulamentar às medidas de contenção da despesa impostas pelos instrumentos legislativos.

Para além destes avisos e ordens de serviço, manteve-se em vigor no ano de 2015 o normativo e os regulamentos internos já existentes aprovados pelo Conselho de Administração nos anos anteriores (não obstante a revisão de alguns destes regulamentos no decorrer do ano de 2015), dos quais se destacam os seguintes:

C21  
P.V.  
M.

**NORMAS INTERNAS**

Regulamento de Carreiras e Avaliação do Desempenho

---

Regulamento de Férias. Encerramento para Férias

---

Regulamento da parentalidade

---

Regulamento de uso de veículos da Arsenal do Alfeite, S.A

---

Regulamento do exercício de cargos em comissão de serviço

---

Sistema Integrado de Gestão da Arsenal do Alfeite, S.A.

---

Política Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho

---

Regulamento de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

---

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

---

Regulamento de Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas

---

Regulamento de Faltas, Créditos de Horas e Licenças

---

Regulamento de Fardamento

---

Regulamento de Duração e Organização do Trabalho

---

Código de Conduta

---

Regulamento Retributivo

---

Informação sobre os direitos dos trabalhadores em matéria de igualdade e não discriminação

---

O normativo e os regulamentos internos constantes da tabela acima indicada encontram-se disponíveis para consulta de todos os trabalhadores na intranet da empresa.

Destaca-se, nesta matéria, a existência de um Código de Conduta, atualmente em vigor na Arsenal do Alfeite, S.A., que se mantém inalterado desde o ano de 2009, o qual contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos impostos a todos os colaboradores e funcionários da empresa. Este Código estabelece normas gerais de conduta pautadas pelos princípios da legalidade, boa-fé, verdade, integridade, transparência e lealdade.

De se salientar que para além de constar do sítio de internet, bem como da intranet, e portanto acessível a todos os trabalhadores, esse Código foi objeto de divulgação interna mediante envio, via correio eletrónico, de um aviso alertando para a sua aprovação.

#### Deveres Especiais de Informação

Com o intuito de dar cumprimento aos especiais deveres de prestação de informação, designadamente enquanto empresa pública e entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A., presta as seguintes informações:

#### **Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART)**

Envio anual à Inspeção-Geral de Finanças, até 31 de março, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 491/99, de 17 de novembro, da informação relativa às participações detidas em entidades societárias e não societárias, com referência a 31 de dezembro do ano anterior (sítio <http://ww2.igf.min-financas.pt/sipart>).

#### **Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)**

Nos termos da Lei nº 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, a Arsenal do Alfeite, S.A., procedeu ao carregamento e atualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

10  
P.V.  
M.

**Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO)**

Em conformidade com o artigo 60º do diploma de execução orçamental para o ano de 2015, nomeadamente o Decreto-Lei nº 36/2015, de 9 de março, procede-se, mensalmente, ao carregamento dos encargos com o pessoal no SIGO.

**Sistema de Notação Estatístico Nacional**

Nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de maio, procede-se ao preenchimento do Inquérito aos Empregos Vagos, do Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho e do Inquérito ao Custo da Mão-de-obra.

**Relatório Único**

Este relatório anual sobre a atividade social da empresa é imposto pelo artigo 32º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro que regulamenta o Código do Trabalho e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, alterada, por sua vez, pela Portaria n.º 108-A/2011 de 14 de março.

**Informação sobre rescisões, requalificação e aposentações**

Apuramento mensal para efeitos de reporte à Direção-Geral do Orçamento (DGO) no âmbito do controlo orçamental, através da entidade coordenadora do Ministério de Defesa Nacional.

**Execução Orçamental do Estado para 2015**

Em conformidade com o Artigo 60º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março, a Arsenal do Alfeite, S.A. procede à prestação da seguinte informação:

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental - Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	10
Alterações Orçamentais - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	Serviços Online	Mensal	15

12  
P. M.

Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 10º dia Útil
Compromissos e Contas a Pagar	SIGO	Mensal	10
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços Online	Trimestral	15
Declaração de Compromissos plurianuais, de Pagamentos em atraso e de recebimentos em atraso	Serviços Online	Anual	31 de janeiro
Compromissos Plurianuais	SIGO	Atualização permanente	--
Previsão Mensal da Execução	Serviços Online	Mensal	Calendário Específico
Balanço e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano e orçamento	Serviços Online	Anual	Até ao dia 30 do mês seguinte
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Trimestral	Data indicada pela circular da DGO de preparação do Orçamento do Estado (OE)
Balancete Analítico Previsional para o Ano em Curso e Seguinte	Serviços Online	Trimestral	Data indicada pela circular da DGO de preparação do OE

### Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade
Inquérito aos Empregos Vagos	Serviços Online	Trimestral
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços Online	Mensal
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços Online	Anual
Índice de Custo do Trabalho (ICT)	Serviços Online	Trimestral
Inquérito aos Trabalhos de Reparação – Comércio Internacional – Exportação (IREPEXP)	Serviços Online	Mensal
Inquérito ao Custo de Mão-de-Obra (ICMO)	Serviços Online	Anual

**Prestação de Informação à Empordef**

	Periodicidade	Prazo
Demonstrações Financeiras - Balanço / DR/ Disponibilidades/ DFC	Mensal	15
Relatório de Controlo de Gestão	Mensal	15
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	Mensal	15
Responsabilidades Contingentes	Mensal	15
Dividas Vencidas (art.º 1º DL nº 65-A/2011)	Mensal	15
Avaliação do Cumprimento Plano Red. Custos Operacionais (Despacho nº 902/11 - SETF)	Mensal	15
Acompanhamento do Passivo Remunerado		N.A.
Endividamento Remunerado		N.A.
Execução Esforço Financeiro Público		N.A.
Execução Acompanhamento Passivo Remunerado		N.A.
Execução Responsabilidades com Pensões		N.A.
Execução dos Indicadores Atividade	Mensal	31
Execução da Unidade Tesouraria do Estado	Mensal	31

**Prestação de Informação à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional**

Reporte anual nos termos do Artigo 28º, alíneas a) e b) da Lei 49/2009, de 5 de agosto, no âmbito das condições de acesso e exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

## Sítio de Internet

A Arsenal do Alfeite, S.A. divulga no seu sítio de internet [www.arsenal-alfeite.pt](http://www.arsenal-alfeite.pt) informação institucional, bem como, outras de carácter comercial.

Entre diversa informação disponível, a empresa procede, de forma atualizada, à divulgação da seguinte informação:

Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	--	Os estatutos não sofreram qualquer alteração desde a data da sua aprovação (2009)
Caraterização da Empresa	S	--	Sem alterações desde a data da sua constituição em 2009.
Função de tutela e acionista	S	--	Não se registaram alterações na função de tutela e acionista desde 2009.
Modelo de Governo/ Membros dos Órgãos Sociais	S	abril 2015	Nomeação dos órgãos sociais para o triénio 2015-2017 em 24 de abril de 2015.
Identificação dos Órgãos Sociais	S	abril 2015	
Estatuto Remuneratório Fixado	S	abril 2015	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	abril 2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	abril 2015	RG/RC
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	abril 2015	
Esforço Financeiro Público	S	2015	RG/RC
Ficha Síntese	S	--	
Informação Financeira histórica e atual	S	2015	RG/RC
Princípios de Bom Governo	S	2015	RG/C
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2015	RG/RC
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2015	RG/RC
Outras transações	S	2015	RG/RC
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios			

(11)  
P.M.

Económico	S	2015	RG/RC
Social	S	2015	
Ambiental	S	2015	
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2015	RG/RC
Código de Ética	S	--	

## Legenda:

S - Sim | N - Não | N.A. - Não aplicável | RG/RC - Informações constantes dos sucessivos Relatórios de Governo Societários e Relatórios e Contas da empresa.

## Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Foi celebrado em 01.09.2009, um contrato de concessão entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A, atribuindo a esta última, durante 30 anos, a *“concessão de serviço público que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo todos os sistemas existentes a bordo, do armamento (armamento portátil, torpedos, mísseis e minas) e de outros sistemas navais, a prestação de serviços de sustentação logística dos submarinos, a recuperação de rotáveis, reparáveis e de outros órgãos componentes dos sistemas objeto de manutenção”*.

A par deste propósito geral, é permitido à Concessionária exercer atividades diferentes daquelas que constituem o objeto da concessão, desde que as mesmas não colidam, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, com a execução dos trabalhos compreendidos na atividade concessionada.

No que respeita à remuneração da concessionária e aos critérios para a fixação dos preços, estipula a cláusula 17ª do Contrato de Concessão que terá a Arsenal do Alfeite, S.A., direito a auferir uma remuneração estabelecida em função dos serviços efetivamente executados de acordo com o preço contratualmente estabelecido. De se salientar que preconiza esta mesma cláusula que deverá o preço ser fixado de forma a assegurar a gestão eficiente da atividade concessionada, o equilíbrio económico-financeiro da concessão e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão.

A forma de contratualização da prestação deste serviço com a Marinha Portuguesa encontra-se definida no Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português, bem como em Acordo Tripartido outorgado entre o Estado, a Arsenal do Alfeite, S.A., e a Marinha Portuguesa, na mesma data.

(12)  
P. V.  
M.

---

## REMUNERAÇÕES

---

P. C. 14  
M

## REMUNERAÇÕES

### Competência para a Determinação

Nos termos da alínea g) do Artigo 13º dos Estatutos da Arsenal do Alfeite, S.A., é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos.

Mediante Deliberação Social Unânime por Escrito de 24 de abril de 2015, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, bem como do órgão de Fiscalização da Arsenal do Alfeite, S.A., para o triénio 2015-2017, não tendo sido, porém, definida a remuneração de tais membros, nem designada uma comissão de fixação de remunerações.

Posteriormente, e mediante nova Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 5 de maio de 2015, foram fixadas as remunerações para os membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A.

No que respeita às remunerações, cabe salientar que as mesmas foram estabelecidas pela acionista tendo em consideração a necessária salvaguarda das seguintes premissas de ordem legal:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Artigo 41º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- ❖ Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ❖ Não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015;

- ❖ Os limites mensais de gastos efetuados com combustíveis, portagens e comunicações foram igualmente estipulados.

É de referir que o Código de Conduta, aplicável expressamente aos membros do Conselho de Administração, previne a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros deste órgão e a entidade (como seria o caso da aprovação de despesas por si realizadas – art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

No que respeita à remuneração do Órgão de Fiscalização (Fiscal Único), e tendo em consideração que se manteve em funções a entidade nomeada no mandato anterior, foram mantidas as remunerações praticadas no triénio 2012-2015.

No referente aos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivas remunerações foi mantida a prática anterior no sentido da ausência de remuneração deste órgão.

Tendo em consideração o acima exposto, de seguida se procede à divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais:

#### Mesa da Assembleia Geral

Até 24 de abril de 2015, data em que foram nomeados os órgãos sociais para o triénio 2015-2017:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) <sup>1</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>2</sup>	Reduções (I e i OE)	Bruta após Reduções
2012-2014	Presidente	João Carlos Polido Carvalhinho	0,00	0,00	0,00	0,00
2012-2014	Secretário	Dina Filipa Fernandes Silva	0,00	0,00	0,00	0,00

A partir de 24 de abril de 2015:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (C) <sup>1</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>2</sup>	Reduções (Lei OF)	Bruta após Reduções
2015-2017	Presidente	Nuno Robalo de Almeida de Sousa Moniz	0,00	0,00	0,00	0,00
2015-2017	Secretário	Pedro Miguel Fernandes Baptista	0,00	0,00	0,00	0,00

**Legenda:** (1) Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

- ❖ Reduções Remuneratórias não aplicáveis uma vez que este órgão não auferir qualquer remuneração.

### Conselho de Administração

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta €	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
<b>Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)</b>				
Jorge Camões	S	C	4.578,20	1.600,54
Miguel Fernandes	S	C	3.662,56	1.280,43
Francisco Salvado	OPRLO	N.A.	4.500,55	1.573,39
<b>Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)</b>				
Andreia Ventura	S	C	4.578,20	1.600,54
Miguel Pereira	S	C	3.662,56	1.280,43
Rui Lérias	OPRLO	N.A.	4.253,38	1.486,98

**Nota:** EGP – Estatuto do Gestor Público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem

clp  
M.

REMUNERAÇÃO ANUAL 2015 (€)						
Membro do Órgão de Administração	Fixa	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
<b>Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)</b>						
Jorge Camões	36.780,10	---	36.780,10	- 4.458,95	584,28	32.905,42
Miguel Fernandes	29.424,07	---	29.424,07	- 3.560,29	466,05	26.329,83
Francisco Salvado	36.156,27	---	36.156,27	- 4.383,33	574,37	32.347,31
<b>TOTAL</b>			<b>102.360,44</b>	<b>- 12.402,57</b>	<b>1.624,70</b>	<b>91.582,56</b>
<b>Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)</b>						
Andreia Ventura	57.137,44	---	57.137,44	- 6.374,15	835,23	51.598,52
Miguel Pereira	44.485,33	---	44.485,33	- 4.937,58	645,08	40.192,82
Rui Lérias	54.433,97	---	54.433,97	- 6.112,53	800,60	49.122,03
<b>TOTAL</b>			<b>156.056,74</b>	<b>- 17.424,26</b>	<b>2.280,91</b>	<b>140.913,37</b>

Membro do Órgão de Administração	Valor do Subsídio de Refeição		BENEFÍCIOS SOCIAIS (euros)					Encargo Anual da Entidade
	Diário	Encargo Anual da Entidade	Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
			Identificar	Encargo Anual da Entidade				
<b>Mandato 2012-2015 (até 24 de abril de 2015)</b>								
Jorge Camões	5,00	365,00	Segurança Social	5.405,23	-	186,91	Acid. Trabalho	352,35
Miguel Fernandes	5,00	360,00	Segurança Social	6.265,82	-	485,90	Acid. Trabalho	181,93
Francisco Salvado	5,00	360,00	CGA / ADSE	7.695,02	-	-	Acid. Trabalho	346,38
<b>TOTAL</b>		<b>1.085,00</b>		<b>19.366,07</b>		<b>672,81</b>		<b>880,66</b>
<b>Mandato 2015-2017 (a partir de 24 de abril de 2015)</b>								
Andreia Ventura	5,00	580,00	Segurança Social	12.274,59	-	985,23	Acid. Trabalho	503,70
Miguel Pereira	5,00	710,00	CGA / ADSE	9.570,39	-	-	Acid. Trabalho	392,64
Rui Lérias	5,00	700,00	CGA / ADSE	11.690,74	-	-	Acid. Trabalho	483,49
<b>TOTAL</b>		<b>1.990,00</b>		<b>33.535,72</b>		<b>985,23</b>		<b>1.379,83</b>

**Fiscal Único**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Identificação		Designação			Nº de Mandatos Exercidos na Empresa
			N.º Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	

2015-2017	Fiscal Único	PWC - SROC	183	20161485	DUE	24.04.2015	S	2
-----------	-----------------	---------------	-----	----------	-----	------------	---	---

Membro do Órgão de Fiscalização	REMUNERAÇÃO ANUAL (euros)			
	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor final
PWC - SROC	18.000,00	1.800,00	-	15.210,00 a)

a) – valores de honorários – 14.600,00

## TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

---

*clz*  
*P. V.*  
*M.*

**TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS****Transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas, durante o exercício de 2015, podem ser detalhados como segue:

Entidade	2015				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação	14.802.201,08	-	-	60,00	325.997,19
EMPORDEF – Engenharia Naval, S.A.	-	2.390,72	2.390,72	-	-
FID – Imp. de Investigação e Desenvol. de Eletrónica, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	177.321,51	-	355,00	-	-
IDD – Plataforma das Industrias de Defesa	-	-	-	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	0,00	-	-	450,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	5.491,95	-	-	36.245,00	-
	14.985.014,54	2.390,72	2.745,72	36.755,00	325.997,19

**Outras transações**

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da Contratação Pública. Os procedimentos adotados cumpriram o disposto no diploma mencionado em matéria de aquisição de bens e serviços. Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do Artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Neste sentido, a Empresa procede, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através de uma plataforma eletrónica de contratação pública (Base – Contratos Públicos *Online*).

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública.

Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de fornecedores.

Em 2015 os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços foram:

Procedimentos de Contratação			
	Quantidades	%	% em função do valor contratado
Concurso Público	13	0,37%	16,55%
Concurso Público Urgente	8	0,23%	4,66%
Contratação Excluída	10	0,28%	7,28%
ANCP – UMC/MDN	4	0,11%	10,80%
Ajuste Direto	41	1,16%	24,70%
Ajuste Direto por Critérios Materiais	-	-	-
Ajuste Direto Simplificado	3.468	97,85%	35,85

No que respeita aos ajustes diretos (incluindo ajustes diretos simplificados), a norma seguida na Empresa passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela

(12)  


comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço como previsto no procedimento interno PCA 01 – Aquisição de bens e serviços.

Assim, a Divisão de Contratação e Compras, salvo exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, 3 fornecedores distintos (sendo frequentemente consultadas empresas num número muito maior do que 3), o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto mas também manter um conhecimento atual e pormenorizado do mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, 90% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado.

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	3.191	90,05%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	278	7,84%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	67	1,89%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	4	0,11%
Superior ou igual a 100.000€	4	0,11%
	<b>3.544</b>	<b>100%</b>

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos detalham-se como se segue:

Nome

Condecoating – Tratamento de Superfícies Navais, Lda.

Euromex - Facility Services

Galp Power, S.A.

Humberpinta – Conservação Pintura Naval, Lda.

Vianadecon – Construção Naval, S.A.

Mapfre - Seguros Gerais, SA

CL2

*[Handwritten signature]*

# ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

---

CL  
M.

## ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

Na sua configuração prevalecente, a Arsenal do Alfeite, S.A., pela atividade de serviço público que exerce, pelo número de pessoas que emprega e pela localização das suas infraestruturas ribeirinhas, desempenha um papel significativo e incontornável no espaço geográfico em que está inserido, com impacte na economia e no desenvolvimento social e ambiental.

A sustentabilidade da empresa nestes domínios, tendo que ser obviamente garantida por práticas de gestão prospetivas, racionais e adequadas, decorre também do reconhecimento por parte dos intervenientes interessados (*stakeholders*) do valor que a Arsenal do Alfeite, S.A. representa a nível local, regional e nacional.

Neste contexto, importa referir, entre outros, as deliberações da Assembleia Municipal de Almada e da Câmara Municipal de Almada de reconhecimento do interesse público da empresa e o contrato de concessão do serviço público por um período mínimo de trinta anos na atividade geral de construção, manutenção e reparação dos navios da Marinha Portuguesa em regime de exclusividade.

### 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Conforme já referido, durante o ano de 2015 foram produzidas orientações políticas, subscritas pelo acionista único, tendentes à implementação de uma Plataforma Naval Global, iniciativa que coincidiu com a entrada em funções de um renovado Conselho de Administração da empresa.

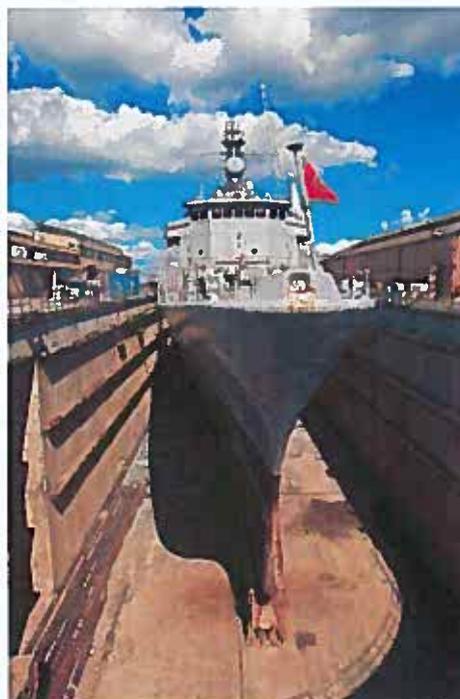
Nesta medida, é lícito afirmar que as metas estabelecidas no Plano de Negócio para o triénio 2013-2015 foram parcialmente atingidas, na medida em que a empresa, à semelhança de 2014, apresenta resultados líquidos positivos, a par de uma melhoria significativa do grau de satisfação do seu principal cliente, a Marinha Portuguesa. As

metas que dependiam da concretização do investimento na modernização das infraestruturas portuárias e oficinais e na requalificação do espaço de inserção do AA SA ficaram necessariamente aquém do previsto dado se terem mantido praticamente inalteradas as reduzidas possibilidades de financiamento.

No que respeita à segunda metade do ano de 2015, já condicionada pelas novas orientações políticas superiores, o Plano de Ação para o triénio 2016-2018, cuja elaboração está em curso, desenvolverá a nova estratégia através do estabelecimento de indicadores e de metas associados aos objetivos estratégicos e operacionais e da definição de um conjunto de linhas de ação a prosseguir.

Contudo, neste segundo semestre de 2015, foram já sendo realizadas algumas ações independentes, de curto prazo, que concorrem para os novos objetivos estratégicos, tendentes a preparar a implementação da Plataforma Naval Global.

A Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a centrar-se na reparação e manutenção da esquadra do seu principal cliente — a Marinha Portuguesa —, bem como na consolidação da vertente da internacionalização, designadamente, na área da reparação e manutenção da esquadra de outras Marinhas estrangeiras. Por outro lado, procurou aplicar as capacidades excedentárias na execução de trabalhos destinados a outras entidades nacionais, mas também estrangeiras e na execução de serviços de projeto naval, com especial foco na retoma da atividade de construção naval.



112  
P. M.

No que respeita às novas áreas de negócio, com reflexos importantes na área principal, foram dados passos importantes com vista à implementação do centro de competências navais bem como — em colaboração com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a IdD- Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. — do Centro Industrial e Tecnológico de Defesa da Arsenal do Alfeite, S.A., ou *Start-Up Defesa Alfeite*.

Nestes termos, e focados na implementação dos objetivos traçados e acima expostos, sem descuidar a necessária sustentabilidade económica, social e ambiental, a empresa apostou no investimento nos seus recursos humanos, designadamente mediante o desenvolvimento dos procedimentos legais adequados ao recrutamento de trabalhadores de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, mas também por via do reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, apostando, igualmente, na melhoria das condições de trabalho proporcionadas aos trabalhadores, num clima de promoção de diálogo, bem-estar, paz social e dignidade do principal ativo estratégico da Arsenal do Alfeite, S.A., os seus trabalhadores.

Por outro lado, mas não menos importante, procedeu-se a pequenos investimentos, pontuais e focalizados, em infraestruturas e equipamentos que permitiram, não só, aumentar a eficiência e a capacidade da empresa, como, também, assegurar o rigoroso cumprimento do normativo ambiental e industrial vigente em cada momento.

## 2. Grau de cumprimento das metas fixadas

O ano de 2015 pautou-se pelo integral cumprimento dado ao disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro em matéria de práticas de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (Artigo 40º e seguintes).

Tendo em vista a criação das condições para a implementação de uma Plataforma Naval Global, destaca-se o cumprimento, no decorrer do segundo semestre do ano de 2015, das seguintes metas:

- ❖ Concretizado o ajustamento e adaptação da estrutura organizacional da Arsenal do Alfeite, S.A., adequando-a às necessidades do principal cliente e do setor, e criando as condições para, a médio prazo, implementar a solução de Plataforma Naval Global aprovada;
- ❖ Desenvolvido um plano preliminar de zonamento e de ordenamento da área geográfica atualmente afeta à Arsenal do Alfeite, S.A., conforme solução preconizada, que permita acolher, para além de outras atividades, um centro de empreendedorismo e um centro de competência naval;
- ❖ Efetuado o levantamento de necessidades e um plano preliminar, parcial, de investimentos, devidamente priorizado, quantificado e calendarizado, que identifica as ações de modernização das infraestruturas portuárias e oficinas a desenvolver para que a Arsenal do Alfeite, S.A. possa operar em condições de competitividade e modernidade, dando resposta prioritariamente às necessidades de manutenção dos diferentes meios da Marinha Portuguesa;
- ❖ Iniciadas, em paralelo, diversas conversações tendentes ao estabelecimento de um quadro efetivo de parcerias e colaborações que permitam desenvolver os planos estratégicos para a Plataforma Naval Global, relevando os trabalhos em curso com a TKMS GmbH e a Marinha Portuguesa para a capacitação da empresa na manutenção e reparação dos submarinos da classe “Tridente”;
- ❖ Clarificada a coexistência territorial com a Base Naval de Lisboa, com a criação das condições compatíveis de circulação e de acesso ao espaço de implantação da empresa, tendo presente a lógica competitiva das operações das atividades associadas às indústrias navais, nomeadamente no que respeita à gestão da cadeia de abastecimento, sem prejuízo da preservação das regras de segurança militar, bem como o disposto no contrato de concessão.

M. V. C. 12  
M.

Por outro lado, e atendendo ao Plano de Negócios para o triénio 2013-2015, aprovado pelo Conselho de Administração em funções no mandato anterior, verifica-se que foram estabelecidos objetivos comerciais, nomeadamente ao nível da venda de bens e serviços, com uma meta de € 15.800.000,00 (valor sem IVA).

Tendo em consideração a rúbrica das vendas de bens e serviços efetivamente concretizados em 2015, cuja informação se encontra detalhadamente vertida no Relatório & Contas de 2015, verifica-se que a meta foi praticamente alcançada, uma vez que se registou um valor de € 15.754.775,31.

Importa sublinhar que a estimativa acima enunciada partia das premissas de celebração de um contrato de fornecimento de três lanchas L145, com entrega de uma lancha por ano até 2015, e de prestação de serviços de manutenção industrial não naval, os quais não se concretizaram, fazendo direcionar ainda mais a atividade do estaleiro para a vertente da manutenção e reparação militar.

### 3. Sustentabilidade Económica e Financeira

A Arsenal do Alfeite, S.A., pautou o ano de 2015 pela busca constante de alternativas que assegurem o desejado desenvolvimento sustentável, abrangendo as capacidades e competências existentes na empresa, tanto na reparação como na construção naval, militar e mercante, tendo em vista reduzir o peso do serviço público nas vendas, a tal ponto que permita suprimir o estatuto de EPR que a empresa presentemente mantém, que a prejudica ao nível da flexibilidade da gestão comercial e financeira, burocratizando o desenvolvimento da sua atividade.





A par da continuidade desse serviço público e da sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, manteve-se a empresa focada na procura de novas oportunidades no segmento da reparação, manutenção e construção naval, bem como na

consolidação da vertente da internacionalização, com especial destaque para as Marinhas de Marrocos, Argélia, Angola e Uruguai, entre outras.

Por outro lado, regista-se ainda, a política adotada pela Arsenal do Alfeite, S.A., com vista à racionalização e flexibilização dos gastos operacionais, materializada numa redução dos encargos, com uma aquisição de serviços a mais baixo preço, o que fomentou uma maior competitividade da empresa.

De se evidenciar, neste âmbito, o vertido no Relatório e Contas 2015 no capítulo referente às medidas de redução de gastos operacionais, tendo-se verificado um decréscimo face ao ano de 2014 e ao ano de 2010, embora não se verifique uma redução do rácio entre gastos operacionais e o volume de negócios devido à diminuição do volume de negócios ocorrida no ano.

Salienta-se, a este respeito, que o ligeiro aumento da rubrica referente a deslocações e estadas de 2015 em relação a 2014 é fruto da nova Visão da Empresa, que levou a um esforço acrescido de promoção da Empresa no estrangeiro. Efetivamente, foram efetuadas diversas ações de desenvolvimento de negócio fora de Portugal, quer de índole própria da Arsenal do Alfeite, S.A. (deslocações a Marrocos) quer inseridas em ações desenvolvidas pela IdD/MDN (deslocações a Angola e Argélia).

P. V. (12)  
M.

Por outro lado, foi ainda alcançada a redução dos gastos associados à frota automóvel, nomeadamente por via da diminuição do número de viaturas, tendo-se passado de 22 contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV), para apenas sete em 2015.

Importa sublinhar, ainda, que para além da redução do número de contratos foi política da empresa proceder à redução do valor das rendas dos contratos de viaturas de uso dos gestores e dirigentes.

#### 4. Responsabilidade Social

A Arsenal do Alfeite, S.A., garante a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e à promoção ou às carreiras profissionais e às condições de trabalho, não privilegiando ou prejudicando as pessoas em razão, nomeadamente, de idade, sexo, capacidade de trabalho reduzida, doença, raça ou religião. É de referir que a empresa tem ao seu serviço 15 trabalhadores com deficiência.

Por outro lado, e dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado, aprovado e publicado um “relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres”, onde se conclui pela existência, por grupos etários, de uma diferença favorável às mulheres, com a maior percentagem (84,18%) na faixa etária dos 40-44 anos, excetuando a faixa etária dos 55-59 anos, em que a diferença é favorável aos homens (46,15%). A análise efetuada nas habilitações revela diferenças salariais a favor dos homens, constatando-se relativamente à remuneração média a percentagem mais elevada (28,37%) nos trabalhadores que possuem o 1º ciclo do ensino básico, valor que no ganho médio é mais elevado nos trabalhadores com o mestrado (32,39%). Nas remunerações médias mensais segundo categorias, verifica-se a maior diferença salarial a favor dos homens na categoria de assistente administrativo (33,16%), apesar de ser a única categoria com maior representação feminina.

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, através de parceria entre o IASFA e a Arsenal do Alfeite, S.A., quanto à frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite, do qual beneficiaram 15 crianças em 2015.

Direcionado ao apoio às famílias, promoveu-se o ensino de natação e da ginástica aos filhos de trabalhadores através de protocolos celebrados com associações locais. Por outro lado, e igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores, foi organizada de 6 a 17 de julho de 2015, uma colónia de férias com a participação de 44 crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos.

Foram, ainda, celebrados protocolos com empresas de diferentes áreas, tendo como beneficiários os trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., para além de parcerias mantidas com a SFUAP, Código Lilás, Clube de Ginástica de Almada e com uma farmácia local.

A ação social dirigida aos trabalhadores desenvolveu-se ainda na área do desporto, destacando-se os torneios de futsal e de pesca, bem como no âmbito do convívio com enfoque na maratona noturna, o Dia da Arsenal do Alfeite e a festa de Natal com a participação dos filhos, enteados e netos dos trabalhadores. Por outro lado, e na área da cultura, destaca-se o concurso de fotografia e os diversos programas de teatro com preços reduzidos.

Ainda no âmbito cultural, refira-se a realização da 6ª edição do “Arsenal Photo”, subordinada ao tema “A essência dos elementos Água, Terra e Fogo e o seu impacto, individual ou em conjunto, na indústria naval”. Este concurso de fotografia, para além da valorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, procurou observar e analisar o trabalho que é executado diariamente no estaleiro, promovendo a identificação dos trabalhadores com a dinâmica atual da organização.

Foram igualmente desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 3 recolhas de sangue pelo Instituto

12  
V3.

Português do Sangue e da Transplantação, IP, que totalizaram 142 dádivas. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, a favor de jovens com deficiência.

Ainda no âmbito da sustentabilidade social, e agora no que diz respeito aos recursos humanos propriamente ditos, deu-se início no ano de 2015 ao processo de recrutamento externo tendo em vista colmatar insuficiências registadas face à constante redução do número de recursos humanos nos últimos anos, designadamente por aposentação ou termo da cedência de interesse público do trabalhador.

Assim, e tendo em consideração a autorização concedida à Arsenal do Alfeite, S.A., a coberto do Despacho de 28 de agosto de 2015, de S.Ex<sup>a</sup> a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, foram lançados procedimentos de recrutamento externo com vista ao preenchimento de 27 vagas de diversas especialidades na categoria de Operários Naval. De salientar que os procedimentos de recrutamento externo foram precedidos da devida verificação junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) relativa à possibilidade de captação de funcionários com vínculo público em situação de requalificação ou qualquer outra situação de mobilidade, tendo essa diligência resultado infrutífera.

## 5. Responsabilidade Ambiental

Com o objetivo de melhorar o seu desempenho ambiental, a Arsenal do Alfeite, S.A., desenvolveu diversas ações de melhoria e adaptação de infraestruturas, de forma a reduzir o impacto e danos ambientais resultantes da atividade do estaleiro.

Assim, a Arsenal do Alfeite, S.A., desenvolveu e elaborou uma série de estudos e documentos no âmbito ambiental e da higiene e segurança no trabalho, os quais se configuram essenciais ao pleno cumprimento de requisitos legais e regulamentares para efeitos da instrução de um processo de licenciamento industrial junto do IAPMEI,

no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e de regularização ambiental.

De entre as diversas medidas implementadas, destacam-se as seguintes:

- ❖ Redução das cubas existentes na decapagem química e lavagem da caldeiraria de tubos para um volume total máximo de 22,55 m<sup>3</sup>;
- ❖ Instalação de um depósito estanque, subterrâneo, de recolha de águas da máquina de lavagem de peças da Divisão de Mecânica com separador de hidrocarbonetos e sistema de bombagem para trasfega para cisterna de transporte;
- ❖ Remodelação da oficina de galvanoplastia, passando a ter tinas com uma capacidade total máxima instalada de 7,28 m<sup>3</sup>;
- ❖ Construção de meios de retenção de efluentes com descarga de águas contaminadas para posterior encaminhamento para tratamento em operador autorizado;
- ❖ Acondicionamento direto dos óleos removidos dos navios em contentores de 1m<sup>3</sup> em local provisório, coberto e impermeabilizado, com posterior transporte para operador de gestão de resíduos licenciado (sendo os *slops* bombeados diretamente para cisterna ou acondicionados em cisterna móvel);
- ❖ Descarga de águas residuais domésticas e de refeitório no coletor municipal, nos termos do contrato entretanto celebrado com os SMAS de Almada;
- ❖ Realização de monitorizações às emissões provenientes das fontes de emissões gasosas identificadas, estando em curso um processo de identificação das fontes em que se revela necessário implementar alterações;
- ❖ Constituição de garantia financeira relativa à responsabilidade ambiental, no cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho;
- ❖ Construção de uma bacia de retenção com impermeabilização para adaptar uma nave coberta reconvertida, provisoriamente, em parque de recolha de resíduos oleosos e perigosos;



- ❖ Início da construção de um parque de resíduos, cumprindo a legislação aplicável;
- ❖ Início de estudos no sentido de se encontrar a solução economicamente mais vantajosa para proceder ao tratamento e deposição das águas residuais industriais, podendo passar pela construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI), para garantir a qualidade final dessas águas residuais.

A par das medidas acima elencadas, encontram-se definidos os procedimentos a observar em caso de ocorrência de emergências, tais como a contenção de derrames de produtos poluentes, estando, de igual modo, definidas metodologias para uma gestão adequada dos resíduos produzidos, criando condições para a separação na origem e aumentando a reciclagem. Os resíduos produzidos são geridos de acordo com a legislação em vigor e o seu destino final é, consoante os casos, o envio para reciclagem, aterros ou tratamento.

A Arsenal do Alfeite, S.A., de forma a manter um registo da sua “pegada” ambiental, faz a monitorização dos consumos de água, gás natural, energia eléctrica e combustíveis e produção de resíduos. Os valores obtidos constam das tabelas seguintes:

#### ENERGIA ELÉTRICA – EDP

Consumo Energia Elétrica (MWh)	2.785
Despesa Energia Elétrica (€)	347.826
Preço do kWh (valor médio) (€)	0,1249
Consumo Energético Energia Elétrica (tep/MWh)	599
Consumo Médio Mensal Energia Elétrica (MWh/mês)	232
Despesa Média Mensal Energia Elétrica (€ /mês)	28.986
Emissão de CO <sub>2</sub> (T)	951

117  


**GÁS NATURAL – Setgás**

Consumo de Gás Natural (MWh)	949
Despesa Gás Natural (€)	48.050
Preço do Gás Natural (valor médio) (€)	0,0506
Consumo Energético Gás Natural (tep/KWh)	204
Consumo Médio Mensal Gás Natural (MWh/mês)	79
Despesa Média Mensal Gás Natural (€/mês)	4.004
Emissão de CO <sub>2</sub> (T)	175

**ÁGUA POTÁVEL - Marinha (Base Naval de Lisboa)**

Consumo de Água Potável (mil m <sup>3</sup> )	28.453
Consumo Médio Mensal de Água Potável (mil m <sup>3</sup> /mês)	2.371

**COMBUSTÍVEIS / GASES**

Gasóleo rodoviário (l)	27749
Oxigénio gasoso industrial (m <sup>3</sup> )	2851,2
Acetileno (Kg)	1302
Árgon Líquido (m <sup>3</sup> )	357
Azoto gasoso (m <sup>3</sup> )	394,8
Dióxido de carbono (Kg)	1382

**PRODUÇÃO DE RESÍDUOS**

	Total (ton)
Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuários de proteção, contaminados por substâncias perigosas	8,405
Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não contaminados	0,375
Ácidos de decapagem	0,2
Banhos de fixação	0,194
Banhos de revelação à base de solventes	0,123
Clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC	0,184
Componentes retirados de equipamentos fora de uso	0,18

122  
 F.V.  
 M.

Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	8,4
Embalagens de papel e cartão	3,36
Embalagens de plástico	0,5
Embalagens de vidro	5,12
Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso contendo componentes perigosos	0,46
Filtros de óleo	0,334
Gases em recipientes sob pressão com substâncias perigosas	0,026
Lamas de fossas sépticas	6,403
Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	0,349
Líquidos de lavagem aquosos	2,484
Líquidos de lavagem aquosos contendo substâncias perigosas	30,665
Madeira	10,5
Madeira contendo substâncias perigosas	7,28
Materiais de construção contendo amianto	32,622
Materiais de isolamento não perigosos	31,425
Misturas betuminosas contendo alcatrão	22,26
Mistura de resíduos de construção e demolição não perigosos	128,72
Mós e materiais de retificação usados não perigosos	0,3305
Outros resíduos contendo substâncias perigosas	1,753
Outros resíduos não anteriormente especificados	0,228
Outros solventes e misturas de solventes	0,1384
Papel e cartão	2,800
Pilhas alcalinas	0,0915
Plástico	0,283
Pneus usados	0,12
Produtos químicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório	0,186

Resíduos biodegradáveis	63,91
Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas	190,2
Resíduos contendo hidrocarbonetos	418,623
Resíduos contendo outras substâncias perigosas	0,614
Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções	0,02702
Resíduos de desarenamento	0,471
Resíduos de desengorduramento contendo substâncias perigosas	0,015
Resíduos de materiais de granalhagem não perigosos	85,56
Resíduos da remoção de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	0,075
Resíduos de soldadura	1,053
Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	23,586
Resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados	48,56
Serradura, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados contaminados com substâncias perigosas	15,5
Serradura, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados não contaminados	2,32
Tintas, produtos adesivos, colas e resinas contendo substâncias perigosas	3,5
Vidro	4,635

## Responsabilidade Económica

### 1. Inovação, investigação e desenvolvimento

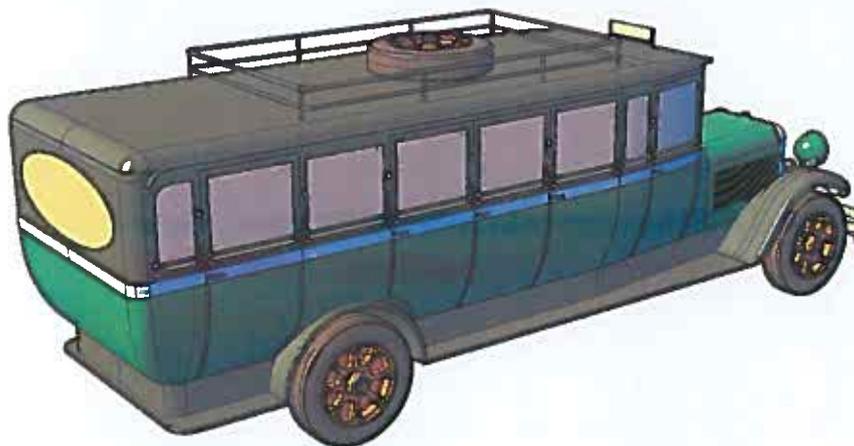
No capítulo da *Inovação e Desenvolvimento*, 2015 foi um ano em que o estaleiro se empenhou fortemente no desenvolvimento de novas capacidades na área dos compósitos, através da incorporação de novos materiais e novas tecnologias.

P.L. <sup>CLL</sup>  
M.

No que se refere a novas embarcações, no essencial, mais do que apostar no desenvolvimento de novos conceitos, o estaleiro apostou na adaptação de alguns dos existentes aos requisitos de potenciais clientes.

## AUTOCARRO

Tendo por destino um espaço público na localidade de Vila Fresca de Azeitão, a edilidade da freguesia de Azeitão encomendou à Arsenal do Alfeite, S.A. a construção de uma réplica do primeiro autocarro dos Belos de 1928, em materiais compósitos, de um autocarro *Studebaker*, o primeiro da antiga companhia "A Transportadora Setubalense", originária dessa mesma zona.



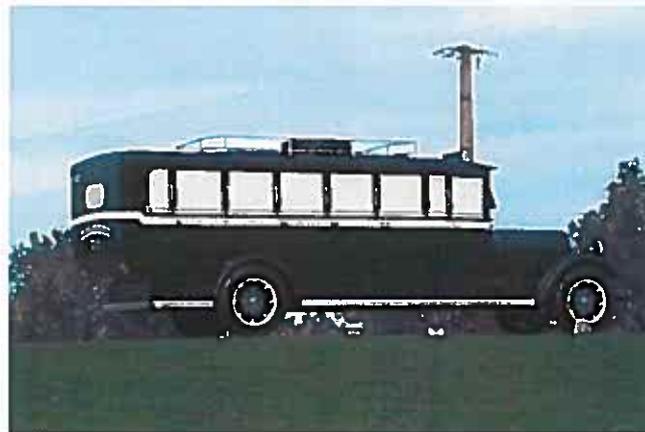
Tratou-se de um trabalho de relevo por obrigar a integrar tecnologias muito recentes, ainda não utilizadas no estaleiro. Para além da utilização de novos desmoldantes (tecido em teflon com desmoldante do tipo químico), foram manufacturados moldes para rodas e outros acessórios realizados em placa trabalhada na máquina computadorizada de controlo numérico e desenvolvida uma estrutura de suporte em perfil pultrudido.

112  
P.V.  
M.

O perfil pultrudido foi também utilizado com sucesso nas escadas do autocarro, servindo para teste do método, com vista à utilização nos navios da Classe “Tejo”, da Marinha Portuguesa, também eles construídos em materiais compósitos.



Por último, de referir ainda a utilização de um material inovador, oferecido para testes pelo próprio fabricante (*Greenfiber*), destinado à substituição da madeira do ripado da grade do tejadilho.



### LANCHA DE FISCALIZAÇÃO L510

Ao longo do ano, a Arsenal do Alfeite, S.A., continuou também a responder a solicitações de potenciais clientes, no que se refere a novos navios, tendo para o efeito realizado algumas adaptações ao seu projeto das lanchas do tipo L510, de forma a responder aos requisitos da Marinha Real de Marrocos.

CLL  
P.L.  
M.



### DOCA FLUTUANTE

Em 2015 foi também feita uma atualização do anteprojetado de uma doca flutuante, possibilitando a sua adaptação aos novos requisitos da Marinha Real de Marrocos.



### NOVOS SALVA-VIDAS PARA O INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS

A forte possibilidade de o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) vir, a curto prazo, a avançar com a construção de uma nova série de salva-vidas, baseada na classe "Vigilante", deu origem a diversas reuniões entre o ISN, a Marinha e o estaleiro. Estas

17  
P.V.  
M.

reuniões tiveram como objetivo dar resposta a novas solicitações ou melhorias que decorrem da utilização extensiva daquelas embarcações.

Dos trabalhos desenvolvidos resultou a revisão de alguns requisitos operacionais, que deram origem a um novo conceito para a embarcação, um pouco mais comprida e dotada de mota de água.

Embora sem carácter definitivo, também foi necessário prever a possibilidade de incorporar, alternativamente, a propulsão por linhas de veios e hélices, de forma a aumentar a fiabilidade desse sistema.



### **FERRY PARA TIMOR-LESTE**

Na sequência de uma encomenda do estaleiro Atlantic Eagle Shipbuilding, da Figueira da Foz, a Divisão de Estudos e Projetos iniciou, também durante 2015, o desenvolvimento do projeto de um navio de passageiros e veículos para Timor-Leste.

Para este trabalho foi necessário recorrer extensivamente a uma metodologia CAD/CAM, para as estruturas e encanamentos, numa dimensão muito superior a qualquer outra anteriormente praticada no estaleiro, o que obrigou a atualizar e rever os processos relacionados.



## 2. Tecnologias de Informação

### SISTEMA DE INFORMAÇÃO (ERP-SIAGIP)

No sentido de capacitar o sistema de informação para incorporar práticas de gestão de processos (*BPM – Business Process Management*) que procuram melhorar a eficácia, eficiência e capacidade de adaptação, foi continuado o desenvolvimento do *software* de um motor de *workflow* e desenvolvida uma nova versão do sistema informático desenvolvido internamente SIAGIP. Esta nova versão permite incorporar desenhos de processos na norma BPMN e gerir os fluxos de trabalho com funcionalidades como notificações, alertas, gestão documental, integração com o correio eletrónico, etc.. Acompanhando o desenvolvimento acima referido foram desenhados na norma BPMN e testados cerca de 30 processos/subprocessos tendo sido implementado um projeto-piloto na área comercial na gestão de pedidos de trabalhos dos clientes. Ficaram assim, no final de 2015, preparadas as condições para que no início de 2016 se coloque em produção uma nova versão do SIAGIP já com um número razoável de processos implementados e testados.



**PARQUE INFORMÁTICO, REDES E COMUNICAÇÕES**

Em 2015, continuou de forma mais acentuada a substituição e melhoria do parque de computadores e impressoras. Iniciou-se também trabalho de forma a fomentar a utilização de equipamentos móveis, *smartphones* e *tablets*, como ferramentas de trabalho, de modo a elevar o nível de informação disponível numa lógica de mobilidade na execução do trabalho.

Ao nível das infraestruturas, foi iniciada a reestruturação da rede de fibra óptica. Neste projeto foi incorporada a capacidade de permitir que os navios da Marinha tenham nas instalações da Arsenal da Alfeite as condições de conectividade *In Port Communications*. Foram também implementadas melhorias significativas em aspetos de segurança e iniciada a preparação para a distribuição global de forma segura de redes sem fios (*WiFi*).

(17)  
P.V.  
M.

**AVALIAÇÃO DO GOVERNO  
SOCIETÁRIO  
(RELATÓRIO DO CUMPRIMENTO  
DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS)**

---

*(L)*  
*P. M.*

## AValiação DO GOVERNO SOCIETÁRIO (Relatório do Cumprimento das Orientações Legais)

A governação da Arsenal do Alfeite, S.A., respeita escrupulosamente os princípios determinados pelos seus Estatutos, bem como os princípios de Governo Societário aplicáveis ao Setor Público Empresarial aprovados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese da avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Público Empresarial, indicando-se, onde for o caso, as medidas não susceptíveis de aplicação em razão da dimensão ou especificidade da empresa, fazendo-se referência à página deste relatório em que o tópico foi objeto de tratamento ou de comentário mais detalhado.

Ref.ª	Recomendação	Aferição do cumprimento		Divulgação internet		Página	Justificação e mecanismos alternativos
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>							
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X	-	X	-	7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X	-	X	-	10	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X	-	X	-	12 e 67	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X	-	X	-	7	
<b>Estrutura de Capital</b>							
1.	Estrutura de capital	X	-	X	-	16	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X	-	X	-	16	

(2)  
L  
B.

Ref.ª	Recomendação	Aferição do cumprimento		Divulgação internet		Página	Justificação e mecanismos alternativos
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
3.	<b>Acordos parassociais. Participações Sociais e Obrigações detidas</b>	X	-	X	-	16	-
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X	-	X	-	18	-
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	-	-	-	X	-	Não aplicável
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	-	-	-	X	-	Não aplicável
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	-	-	-	X	-	Não aplicável
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	-	-	-	X	-	Não aplicável
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	-	-	-	X	38	-
	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X	-	X	-	21	-
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X	-	X	-	21	-
	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado	X	-	X	-	23	-
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X	-	X	-	24	-
3.	Composição, duração do	X	-	X	-	24	-

(??)  
P.V.  
M.

Ref.ª	Recomendação	Aferição do cumprimento		Divulgação internet		Página	Justificação e mecanismos alternativos
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
	mandato, número de membros efetivos.						
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X	-	X	-	24	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X	-	X	-	25	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X	-	X	-	31	Não aplicável
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	-	-	-	-		Não aplicável
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e do Conselho de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X	-	X	-	34	-
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	-	-	-	-	-	Não aplicável
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	-	-	-	-	Não aplicável.	A Fiscalização é assegurada por Fiscal Único - Revisor Oficial de Contas pelo que é tratada neste quadro de seguida (em D.).
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	-	-	-	-	Não aplicável	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	-	-	-	-	Não aplicável	
4.	Funcionamento da fiscalização.	-	-	-	-		
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X	-	X	-	34	

(17)  
P.M.

Ref.ª	Recomendação	Aferição do cumprimento		Divulgação internet		Página	Justificação e mecanismos alternativos
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	Indicação das limitações, legais.	X	-	X	-	34	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X	-	X	-	35	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	-	-	-	-	Não aplicável	
<b>E. Auditor Externo</b>							
1.	Identificação.	-	-	-	X	Não aplicável	A Arsenal do Alfeite, SA, não está sujeita a auditor externo.
2.	Política e periodicidade da rotação.	-	-	-	X	Não aplicável	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	-	-	-	X	Não aplicável	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	-	-	-	X	Não aplicável	
<b>Organização Interna</b>							
<b>Estatutos e Comunicações</b>							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X	-	X	-	38	
2.	Comunicação de irregularidades.	X	-	X	-	38	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X	-	X	-	38	
<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X	-	X	-	40	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X	-	X	-	40	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X	-	X	-	40	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X	-	X	-	40	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X	-	X	-	40	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X	-	X	-	40	
7.	Descrição do processo de	X	-	X	-	40	

122  
 P. 15

Ref.ª	Recomendação	Aferição do cumprimento		Divulgação internet		Página	Justificação e mecanismos alternativos
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
	identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.						
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X	-	X	-	40	
	<b>Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X	-	X	-	45	
2.	Códigos de conduta e de Ética.	X	-	X	-	45	
	<b>Sítio de Internet</b>						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X	-	X	-	52	
	<b>Remunerações</b>						
	<b>Competência para a Determinação</b>						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X	-	X	-	56	
	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>						
	Composição.	-	-	-	-	Não aplicável	
	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X	-	X	-	56	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X	-	X	-	56	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X	-	X	-	56	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	-	-	-	X	Não aplicável	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	-	-	-	X	Não aplicável	
6.	Regimes complementares de pensões.	-	-	-	X	Não aplicável	
	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X	-	X	-	60	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em	-	-	-	-	Não aplicável	

Ref.ª	Recomendação	Aferição do cumprimento		Divulgação internet		Página	Justificação e mecanismos alternativos
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
	relação de domínio ou de grupo.						
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	-	-	-	-	Não aplicável	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	-	-	-	-	Não aplicável	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X	-	X	-	60	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X	-	X	-	57	
<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>							
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X	-	X	-	62	
2.	Informação sobre outras transações.	X	-	X	-	62	
<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>							
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X	-	X	-	67	
2.	Políticas prosseguidas.	X	-	X	-	67	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:						
	a) Responsabilidade social	X	-	X	-	67	
	b) Responsabilidade ambiental						
	c) Responsabilidade económica.						
<b>Avaliação do Governo Societário</b>							
1.	Cumprimento das Recomendações	X	-	X	-	87	

112  
  
 M.

# ANEXOS

---

*f.v. c/12*  
*M.*

**ANEXOS**

Como anexos ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Declarações a que se referem os artigos 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
2. Ata da reunião do órgão de administração em que foi deliberada a aprovação do presente relatório;
3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
4. Ata da reunião da Assembleia Geral que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o Relatório de Governo Societário) relativos ao exercício de 2014.

CLL  
M.

## ANEXO 1

**DECLARAÇÕES**  
**A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51.º E 52.º**  
**DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO**

Eu, Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas, declaro que:

- Não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável;
- Não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013;
- Foi remetido à IGF – Inspeção-Geral de Finanças a declaração referida no ponto anterior.



Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)

Eu, Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, declaro que:

- Não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável;
- Não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013;
- Foi remetido à IGF – Inspeção-Geral de Finanças a declaração referida no ponto anterior.

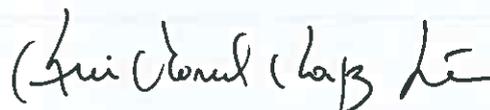


Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)

Eu, Rui Manuel Rapaz Lérias, declaro que:

- Não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável;
- Não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013;
- Foi remetido à IGF – Inspeção-Geral de Finanças a declaração referida no ponto anterior.



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)





ARSENAL DO ALFEITE

INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS  
RUA ANGELINA VIDAL, 41  
1199-005 LISBOAV/ Ref.  
Your refN/Ref.  
Our ref

04763

Data  
Date 04.05.2015ASSUNTO: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ARSENAL DO ALFEITE, S.A. – INÍCIO DE FUNÇÕES – MANDATO 2015-2017  
SubjectExmo. Senhor  
Inspetor-Geral

No cumprimento do estabelecido no Estatuto do Gestor Público (Artigo 22º, n.º 9), bem como no Regime do Sector Público Empresarial (Artigo 52º), junto se remetem declarações referentes aos seguintes membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, com mandato para o triénio 2015-2017, conforme Deliberação Unânime por Escrito da Accionista "Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A":

Presidente: Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Boges

Vogal: Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

Vogal: Rui Manuel Rapaz Lérias

Sem mais assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada consideração e com os melhores cumprimentos,

O Gabinete de Assuntos Jurídicos

  
Sara Huacho

cll  
P.V  
M

## DECLARAÇÃO

Eu, Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas, casada, portadora do Cartão do Cidadão n.º 10613413, com data de validade até 07.04 2018, residente na Rua São Tomás de Aquino, n.º 18E, 1º esquerdo, Lisboa, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, cargo para o qual fui eleita a coberto da Deliberação Unânime por Escrito da Accionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. de 24.04.2015, venho, pela presente, declarar, sob compromisso de honra, o seguinte:

- Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 22º, n.º 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27.03, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31.12 e alterado e republicado a coberto do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18.01, informa-se que não detém a ora declarante, directa ou indirectamente, quaisquer participações e interesses patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A.
- Nos termos do disposto no Artigo 52º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03.10 e alterado pelo Artigo 20º da Lei n.º 75-A/2014, de 30.09, declara ainda não deter quaisquer participações patrimoniais na empresa, bem como, quaisquer relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 30 de Abril de 2015



Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas

## ANEXO

Exmo. Senhor  
 Inspetor-Geral de Finanças  
 Rua Angelina Vidal, n.º 41  
 1199-005 LISBOA

Data:

**Assunto:** Deveres de informação decorrentes do disposto no n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

## IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas
NIF: 214 070 530
Morada: Rua São Tomás de Aquino n.º 18 E, 1.º esq.
Código Postal: 1600-871 Lisboa
E-mail: andreia.ventura@arsenal-alfeita.pt
Telefone: +351 210 950 810

## NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa: Arsenal do Alfeite, S.A.
Tipo: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos
NIF: 508 881 048
Morada da Sede: Base Naval de Lisboa, Alfeite, Almada
Código Postal: 2810-001 Almada
E-mail: arsenal@arsenal-alfeita.pt
Telefone: +351 210 950 810
Fax: + 351 212 740 240
Cargo para o qual foi nomeado/eleito: Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 24.04.2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31.12.2017

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

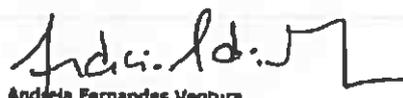
- Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 9 do art.º 22º, do DL n.º 71/2007, 27 de março, que não detenho participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

P-L

12  
M.

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que não detenho participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que não mantenho quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 20 de Agosto de 2015

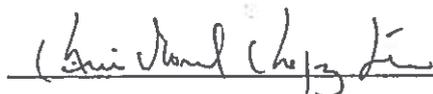
  
Andreia Fernandes Ventura

## DECLARAÇÃO

Eu, Rui Manuel Rapaz Lérias, casado, portador do Cartão do Cidadão n.º 5052938, com data de validade até 19.11.2015, residente na Rua dos Picheleiros, 68, Azeitão, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A, cargo para o qual fui eleito a coberto da Deliberação Unânime por Escrito da Accionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. de 24.04.2015, venho, pela presente, declarar, sob compromisso de honra, o seguinte:

- Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 22º, n.º 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27.03, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31.12 e alterado e republicado a coberto do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18.01, informa-se que não detém a ora declarante, directa ou indirectamente, quaisquer participações e interesses patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A.
- Nos termos do disposto no Artigo 52º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03.10 e alterado pelo Artigo 20º da Lei n.º 75-A/2014, de 30.09, declara ainda não deter quaisquer participações patrimoniais na empresa, bem como, quaisquer relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 30 de Abril de 2015



Rui Manuel Rapaz Lérias



## ANEXO

(NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO)

Exmo. Senhor  
 Inspetor-Geral de Finanças  
 Rua Angelina Vidal, n.º 41  
 1199-005 LISBOA

Data: 24/08/2015

Assunto: Deveres de Informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

## IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Rui Manuel Raposo Lourenço
NIF: 148808614
Morada: Rua dos Pescadores, 23
Código Postal: 2920-591 Azóteu
E-mail: rraposo.lourenco@arsenal-alfeite.pt
Telefone: 210 960 969

## NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Arsenal do Alfeite, SA
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-Identificar): Sociedade Anónima de capitais públicos
NIF: 508 281 048
Morada da Sede: Base Naval de Lisboa
Código Postal: 2810-201 Alameda
E-mail: arsenal@arsenal-alfeite.pt
Telefone: 210 950 800
Fax: 210 948 240
Cargo para que foi nomeado/eleito: Vergeal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 24/08/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 21/10/2017

(\*): Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que não detenho participações e

Interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções.

Qu

Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que detenho as seguintes participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções.

[identificar]

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que não detenho participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.

Qu

De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que detenho as seguintes participações e interesses patrimoniais (noutras empresas/entidades):

[identificar, indicando a(s) empresa(s)/entidade(s) e respetivo(s) e-mail, morada com Código Postal, contacto telefónico, fax e NIF].

3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que não mantenho quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Qu

Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que mantenho as seguintes relações:

[identificar]

*(assinatura)*

## DECLARAÇÃO

Eu, Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, divorciado, portador do Cartão do Cidadão n.º 11057621, com data de validade até 03.11.2019, residente na Rua de São Bento, 199, 5.ª Frente, Lisboa, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., cargo para o qual fui eleito a coberto da Deliberação Unânime por Escrito da Accionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. de 24.04.2015, venho, pela presente, declarar, sob compromisso de honra, o seguinte:

- Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 22.º, n.º 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27.03, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31.12 e alterado e republicado a coberto do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18.01, informa-se que não detém a ora declarante, directa ou indirectamente, quaisquer participações e interesses patrimoniais na Arsenal do Alfeite, S.A.
- Nos termos do disposto no Artigo 52.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03.10 e alterado pelo Artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30.09, declara ainda não deter quaisquer participações patrimoniais na empresa, bem como, quaisquer relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Aimada, 30 de Abril de 2015



Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

## ANEXO

Exmo. Senhor  
 Inspetor-Geral de Finanças  
 Rua Angelina Vidal, n.º 41  
 1199-005 LISBOA

Data:

**Assunto:** Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

## IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Miguel Fernando Costa da Silva Pereira
NIF: 166 256 897
Morada: Rua de S. Bento n.º 199, 5.º frente
Código Postal: 1250-219 Lisboa
E-mail: miguel.silva.pereira@arsenal-alfeita.pt
Telefone: +351 210 950 810

## NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

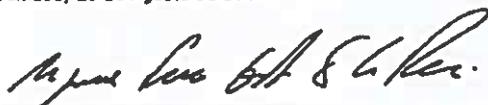
Empresa: Arsenal do Alfeite, S.A.
Tipo: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos
NIF: 508 881 048
Morada da Sede: Base Naval de Lisboa, Alfeite, Almada
Código Postal: 2810-001 Almada
E-mail: arsenal@arsenal-alfeita.pt
Telefone: +351 210 950 810
Fax: + 351 212 748 240
Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 24.04.2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31.12.2017

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que não detenho participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que não detenho participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que não mantenho quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Almada, 20 de Agosto de 2015



Miguel Silva Pereira

ANEXO 2

ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO EM QUE FOI  
DELIBERADA A APROVAÇÃO DO PRESENTE RELATÓRIO

*Handwritten signature and initials*  
C12  
M



## Extrato da Ata n.º 10/CA/2016

-----ATA N.º 10/CA/2016-----

Aos quinze dias do mês de março do ano de 2016, pelas 11:30 horas, reuniu na sala do Conselho da sede social da Arsenal do Alfeite, S.A, na Base Naval de Lisboa, em Almada, o respetivo Conselho de Administração (CA), com a presença de:-----

PRESIDENTE – Dra. Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas;-----

VOGAL Executivo – Dr. Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, e-----

VOGAL Executivo – Alm. Rui Manuel Rapaz Lérias.-----

Aberta a sessão pela Presidente, os membros do Conselho procederam à apreciação dos seguintes assuntos:-----

(...)-----

Aprovação do Relatório e Contas de 2015 e do Relatório do Governo Societário de 2015, que inclui o Relatório do Cumprimento das Obrigações Legais - Apreciado o assunto, o Conselho de Administração deliberou o seguinte: "O CA aprova".-----

Todas as deliberações foram tomadas, salvo se indicado em contrário ou se se decidiu em sentido contrário ao proposto, pelos fundamentos referidos nos documentos indicados (incluindo os despachos sobre eles exarados) e por unanimidade.-----

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração, deu por encerrada a reunião, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho presentes na reunião.-----

Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas

Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

Rui Manuel Rapaz Lérias

1/1

ANEXO 3

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO  
A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 54.º  
DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO



### Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão, o Relatório de governo societário e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a informação prestada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado. Conforme referido no Relatório de Gestão, que contém um capítulo individualizado sobre o cumprimento das orientações legais, de acordo com o modelo previsto no Anexo I do Ofício circular nº 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, datado de 12 de fevereiro de 2016, as mesmas foram cumpridas, designadamente as medidas relativas às remunerações vigentes em 2015. Relativamente ao Relatório de governo societário o mesmo inclui os elementos previstos na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, estando o modelo adotado em conformidade com o preconizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM); e
- v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Santomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3ª, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NIFPº 506 628 752, Capital Social Euro 314 000  
Inserida na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMM sob o nº 2001485

Pracovníkům Členům & Asociátům - Společnost Reviorských Úředníků de Contas, Lda. presta serviços de auditoria aos membros da Associação de Revisores Oficiais de Contas, Lda. sob o nº 183 e na CMM sob o nº 2001485

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) sejam aprovados o Relatório de gestão e o Relatório de governo societário;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



ANEXO 4

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL  
QUE CONTEMPLA A APROVAÇÃO POR PARTE DOS TITULARES DA FUNÇÃO  
ACIONISTA DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS  
AO EXERCÍCIO DE 2014**



Arsenal do Alfeite, S.A.  
Base Naval de Lisboa  
2870-001 Almada C.A.E.: 33150 N.I.F.: 508881048  
Mat. 508881048 de 2009.02.10 em Lisboa Cap.: EUR 32400000,00

## ACTAS

Folha 37

## ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

No dia vinte de Março de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, tendo por base o estabelecido no Art.º 54º do Código das Sociedades Comerciais (Deliberações unânimes e assembleias universais), a Assembleia Geral de accionistas da Sociedade Anónima denominada Arsenal do Alfeite, SA., contribuinte nº 508881048, com sede no Alfeite, Base Naval de Lisboa, Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2014.

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do Exercício de 2014.

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade no Exercício de 2014.

Ponto Quatro: Eleição dos Órgãos Sociais para o Triénio 2015-2017.

Ponto Cinco: Outros assuntos.

A reunião teve lugar na sede da Empresa, sita no Arsenal, Base Naval de Lisboa, Almada e foi presidida pelo representante do Fiscal Único, Senhor Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves, face à renúncia aos cargos, em 31 de Dezembro de 2014, do Presidente e da Secretária da Mesa da Assembleia Geral, por parte do Senhor Dr. João Carlos Polido Carvalhinho e da Senhora Drª Dina Filipa Fernandes Silva, respetivamente. A Assembleia Geral foi secretariada pelo Senhor Dr. António Alberto Martins Afonso.

Para além do Presidente e Secretário acima referidos achavam-se ainda presentes, a totalidade dos membros do Conselho de Administração e o Exmo. Senhor Dr. Eduardo Carvalho, em representação da acionista única, Empordef – Empresa de Defesa (SGPS), S.A., conforme carta mandadeira datada de 20 de março de 2015, todos identificados na folha de presenças anexa a esta acta.

Verificando estar presente ou representada a totalidade do capital social, o Presidente da Mesa questionou o representante da acionista única sobre a vontade da sua representada para reunir em

 JUFIL - PORTO

  
PROCESSADO POR COMPUTADOR

Arsenal do Alfeite, S.A.  
Base Naval de Lisboa  
2870-001 Almada C.A.E.: 33150 N.I.F.: 508881048  
Mat. 508881048 de 2009.02.10 em Lisboa Cap.: EUR 32400000,00

## ACTAS

Folha 38

assembleia universal com dispensa das formalizações prévias. Tendo obtido a expressa manifestação de tal intenção considerou a assembleia regularmente constituída e declarou abertos os trabalhos.

Entrando-se no primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Eng<sup>o</sup> Jorge Camões, que no seu uso realçou o facto de no exercício de 2014 a Empresa ter conseguido um resultado positivo, ao contrário do previsto e como consequência do grande esforço realizado. Foi ainda destacado o facto de se ter conseguido estancar a tendência negativa dos últimos anos, sendo que 2015 será um ano de desafios face à singularidade da carteira de encomendas da Empresa.

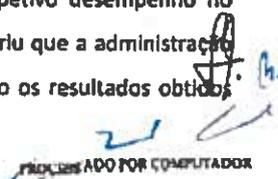
Ainda neste ponto o representante da acionista única solicitou a palavra para realçar o desempenho da administração e, nomeadamente, a capacidade de internacionalização demonstrada e também o facto de ter conseguido a concretização de um contrato plurianual com a Marinha Portuguesa.

Após estes comentários o Presidente da Mesa colocou o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2014 a votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

O Presidente da Mesa passou então à discussão do ponto dois da ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pelo Conselho de Administração no ponto X do Relatório de Gestão, em que se propunha que o resultado líquido de 2.366.750,78 euros (dois milhões trezentos e sessenta e seis mil setecentos e cinquenta euros e setenta e oito cêntimos), apurado no exercício de 2014, fosse aplicado da seguinte forma: i) na conta de Resultados transitados 2.248.413,24 euros e ii) na conta de Reserva legal 118.337,54 euros.

De seguida entrou-se na discussão do ponto 3 da ordem de trabalhos, tendo o representante da acionista única proposto e votado favoravelmente, nos termos do disposto no artigo 455º n.ºs 1 e 2 do Código das Sociedades Comerciais, um voto de louvor e de confiança aos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade e a todos os seus membros relativamente ao respetivo desempenho no exercício de 2014. Ainda neste âmbito, o representante da acionista única referiu que a administração da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. acolheu com agrado os resultados obtidos.

 JUPIL PORTO

  
PRODUZIDO POR COMPUTADOR

Arsenal do Alfeite, S.A.  
Base Naval de Lisboa  
2870-001 Almada C.A.E.: 33150 N.I.F.: 508881048  
Mat. 508881048 de 2009.02.10 em Lisboa Cap.: EUR 32400000,00

## ACTAS

Folha 39

pela Arsenal do Alfeite e voltou a salientar que estes em muito se deveram ao bom desempenho e aos esforços da atual administração, apesar dos constrangimentos colocados pelo facto de se tratar de uma Empresa do Sector Empresarial do Estado e que faz parte das Entidades Públicas Recllassificadas.

Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Mesa passou ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos e deu de novo a palavra ao representante da acionista única que, no seu uso, referiu que este ponto teria de ser deixado em suspenso, uma vez que não recebeu quaisquer indicações das tutelas para a eleição dos órgãos sociais da Empresa para o trlénio 2015-2017.

Finalmente entrou se no ponto cinco da Ordem de Trabalhos e o Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a vontade de discutir algum outro assunto. Nesta altura o Presidente do Conselho de Administração, Eng<sup>o</sup> Jorge Camões, solicitou a palavra e referiu a boa relação conseguida entre todos os membros do Conselho de Administração e o facto de, em conjunto, terem conseguido atingir, claramente, os seus objetivos. Realçou ainda que apesar de opiniões divergentes sempre se procurou atingir consensos e isso foi sendo conseguido e foi a chave do sucesso.

Não tendo sido manifestada qualquer intenção de abordar outros assuntos, o Presidente da Mesa e representante do Fiscal Único declarou os trabalhos encerrados pelas quinze horas e trinta minutos, tendo a presente ata sido lavrada, lida, aprovada por unanimidade.

A acta foi lavrada de seguida e vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa.

  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

  
O Secretário da Mesa da Assembleia Geral

## RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

2015

Versão aprovada em Reunião de Conselho de Administração de 15 de março de 2016

O Conselho de Administração,

  
Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)

  
Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)